



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Cláudia Ferreira Pinto da Silva

**Enegrecer a Psicologia e a academia: um caminho que começou no nosso
corpo**

Rio de Janeiro

2019

Cláudia Ferreira Pinto da Silva

Enegrecer a Psicologia e a academia: um caminho que começou no nosso corpo

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Formação Humana e Cidadania.

Profa. Dra. Giovanna Marafon

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S586 Silva, Cláudia Ferreira Pinto da.
Enegrecer a Psicologia e a academia: um caminho que começou no nosso corpo/ Cláudia Ferreira Pinto da Silva. – 2019.
129 f.

Orientadora: Giovanna Marafon.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades.

1. Políticas Públicas – Teses. 2. Psicologia – Teses. 3. Racismo – Teses. 3. Educação – Teses. I. Marafon, Giovanna. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. III. Título.

es CDU 159.9::378

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Claudia Ferreira Pinto da Silva

Enegrecer a Psicologia e a academia: um caminho que começou no nosso corpo

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Formação Humana e Cidadania.

Aprovada em 26 de agosto de 2019.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Giovanna Marafon (Orientadora)
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – FEBF/UERJ

Prof.^a Dr.^a. Janaina Damaceno Gomes
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – FEBF/UERJ

Prof. ° Dr. Vinicius Ferreira Baptista
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Rio de Janeiro
2019

DEDICATÓRIA

Aos meus mais velhos e ao meus mais novos que me permitiram chegar até aqui.

Aquela que me (ori)enta e é dona do meu orí

Aos meus filhos Ary Roberto e Arthur por caminharem ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha ancestralidade, aos que fizeram a travessia em navios tumbeiros, representados por Maria Eufrásia, Edith e Alberto, meus avós por todas as batalhas vencidas que me permitiram chegar até aqui sem me calar honrando a memória do meu povo.

Aos meus pais Roberto e Ana Maria que da maneira que puderam e souberam me proporcionaram a oportunidade de estudar.

A minha irmã Ana Paula por ter dividir comigo nessa vida momentos únicos que só irmãs podem viver.

Aos meus filhos Ary Roberto e Arthur que viveram cada momento dessa jornada, que enxugaram minhas lágrimas, que acreditaram na minha capacidade, fizeram os corres de documentos, leram textos. Sem vocês eu não chegaria até aqui. Sou grata ao universo que me deu a honra de ser mãe de vocês. As minhas filhotinhas Nina e Mel que ficaram ao meu lado durante todos os momentos dessa escrita, que deitaram no computador pedindo carinho e dormiram ao meu lado enquanto eu lia nas madrugadas, amor sem limite.

Ao meu sobrinho Adriano e à filha que a vida me deu, Tamires, sou grata pela vida de vocês e por ter a oportunidade de nos encontrarmos nessa vida.

À minha amiga-irmã Maria da Conceição Nascimento que acreditou em mim desde que me conheceu, sem a qual eu não chegaria nem a tentar uma seleção para o mestrado, gratidão pela leitura dos meus textos desde o pré-projeto, gratidão por ouvir minhas angústias e seguir comigo rumo a caminhos futuros, como você diz: “seremos doutoras”.

À minha orientadora Giovanna Marafon por aceitar orientar uma pessoa que estava há tanto tempo longe da universidade, por acreditar na formação que a vida me deu e apostar que esse seria o caminho da minha escrita, nunca vou me esquecer do nosso primeiro encontro no qual você me disse: “a universidade precisa de pessoas como você”. Gratidão por todas as brigas que comprou, por acreditar numa universidade diversa, por aprender para ensinar, não tendo vergonha disso, foi um período de aprendizado mútuo e por isso chegamos juntas até aqui.

Obrigada ao meu grupo de pesquisa por ler meus textos, dar opiniões, por compartilharmos nossos receios acadêmicos e sermos mulheres que lutam para que outras mulheres possam chegar onde chegamos. Sem nossas trocas de afetos seria impossível terminar esse trabalho.

Aos professores que estiveram na minha qualificação e principalmente a minha banca de defesa que topou num tempo muito curto estar comigo nesse término de mestrado, por

acreditarem que o lugar de uma mulher negra é onde ela quiser, gratidão pelo apoio para que eu continue minha caminhada.

Aos mais velhos e mais novos militantes do Movimento Negro que me ensinaram a me tornar MULHER NEGRA, por abrirem um mundo novo para mim, somos malungos e seguiremos juntas/os em nossos cuidados coletivos nessa maafa, buscando nosso Quilombo e fazendo Palmares de novo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Me gritaram negra

Tinha sete anos apenas,
apenas sete anos,
Que sete anos!
Não chegava nem a
cinco!
De repente umas vozes na
rua
me gritaram Negra!
Negra! Negra! Negra!
Negra! Negra! Negra!
Negra!
“Por acaso sou negra?” –
me disse
SIM!
“Que coisa é ser negra?”
Negra!
E eu não sabia a triste
verdade que aquilo
escondia.
Negra!
E me senti negra,
Negra!
Como eles diziam
Negra!
E retrocedi
Negra!
Como eles queriam
Negra!
E odiei meus cabelos e
meus lábios grossos
e mirei apenada minha
carne tostada
E retrocedi
Negra!
E retrocedi . . .
Negra! Negra! Negra!
Negra!
Negra! Negra! Neeegra!
Negra! Negra! Negra!
Negra!
Negra! Negra! Negra!
Negra!
E passava o tempo,
e sempre amargurada
Continuava levando nas
minhas costas
minha pesada carga

E como pesava!...
Alisei o cabelo,
Passei pó na cara,
e entre minhas entranhas
sempre ressoava a mesma
palavra
Negra! Negra! Negra!
Negra!
Negra! Negra! Neeegra!
Até que um dia que
retrocedia , retrocedia e
que ia cair
Negra! Negra! Negra!
Negra!
Negra! Negra! Negra!
Negra!
Negra! Negra! Negra!
Negra!
Negra! Negra! Negra!
E daí?
E daí?
Negra!
Sim
Negra!
Sou
Negra!
Negra
Negra!
Negra sou
Negra!
Sim
Negra!
Sou
Negra!
Negra
Negra!
Negra sou
De hoje em diante não
quero
alisar meu cabelo
Não quero
E vou rir daqueles,
que por evitar – segundo
eles –
que por evitar-nos algum
dissabor
Chamam aos negros de

gente de cor
E de que cor!
NEGRA
E como soa lindo!
NEGRO
E que ritmo tem!
Negro NegroNegroNegro
NegroNegroNegroNegro
NegroNegroNegroNegro
NegroNegroNegro
Afina!
Afina! compreendi
AFINAL
Já não retrocedo
AFINAL
E avanço segura
AFINAL
Avanço e espero
AFINAL
E bendigo aos céus
porque quis Deus
que negro azeviche fosse
minha cor
E já compreendi
AFINAL
Já tenho a chave!
NEGRO
NEGRONEGRONEGRO
NEGRONEGRONEGRO
NEGRO
NEGRONEGRONEGRO
NEGRO
NEGRONEGRO
Negra sou!

Victoria Santa Cruz

RESUMO

PINTO, Claudia Ferreira Pinto da. *Enegrecer a Psicologia e a academia: um caminho que começou no nosso corpo*. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

A pesquisa apresenta como o Movimento Negro restitui à Psicologia no que diz respeito à temática das relações raciais, influenciando psicólogas/os e pesquisadoras/es a questionarem as práticas da ciência e da profissão Psicologia. Para isso, importa problematizar tanto a formação, quanto as possibilidades de atuação de psicólogas/os em seu cotidianos diante do racismo e do sofrimento psíquico que o mesmo causa nos processos de subjetivação de pessoas negras, e também nos das pessoas que praticam o racismo. A partir da militância, incluindo a minha, nos movimentos negros e no eixo de relações raciais no sistema Conselhos de Psicologia, nesta dissertação investigo a existência de profissionais de Psicologia que atuam em diversas áreas e vem implementando novas práticas e discursos que atendam dignamente a população negra e indígena.

Palavras-chave: Psicologia. Racismo. Movimento Negro. Militância. Restituição.

ABSTRACT

PINTO, Claudia Ferreira. *Blackening Psychology and the Academy: a path that began in our bodies*. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

This research presents how the Black Movement restores Psychology regarding race relations issues, influencing psychologists and researchers in questioning the practices of science and the Psychology profession. For this, it is important to problematize both the formation and the possibilities of actions of psychology in their daily lives in face of racism and the psychological suffering that it causes in the processes of subjectivation of black people, and also of those people who practice racism. From the militancy experience, including mine, in black movements and in the Race Relations axis of the Psychology Councils system, this dissertation investigates the existence of Psychology professionals who works in different areas implementing new practices and speeches that answers black and indigenous people with dignity.

Keywords: Psychology. Racism. Black Movement. Militancy. Refund.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Marcha Contra o Genocídio do Povo Negro RJ-2014	33
Figura 2 -	Marcha das mulheres negras em Brasília (2019).	34
Figura 3 -	Sankofa.....	36
Figura 4 -	Documento escrito por Rui Barbosa.	40
Figura 5 -	Aqaltune	43
Figura 6 -	Jornal O Clarim da Alvorada com uma reportagem sobre a mulher negra no Brasil	45
Figura 7 -	Jornal da Frente Negra Brasileira.....	46
Figura 8 -	Escola Frentenegrina	46
Figura 9 -	Grupo tirado em frente da sede da Delegação da F. N. B.	46
Figura 10 -	Rosas Negras	47
Figura 11 -	Sede da UNE no Flamengo, Rio de Janeiro (RJ), 1944: aula de alfabetização e cultura geral para adultos, organizada pelo do TEN e ministrada pelo professor Ironides Rodrigues	50
Figura 12 -	Jornal O Quilombo - FNB.....	50
Figura 13 -	Peça O Filho Pródigo, Teatro Ginástico, RJ, 1947	51
Figura 14 -	Caminhada em São Paulo, 1978.....	53
Figura 15 -	Escadaria do Teatro Municipal de São Paulo, 1978.....	53
Figura 16 -	Ação do MNU “Zumbi está vivo” na Cinelândia RJ em 1983	53
Figura 17 -	Lélia Gonzalez MNU, ato Rio de Janeiro	54
Figura 18-	Exército de prontidão para impedir a Marcha contra a farsa da abolição - 11 de Maio de 1988.....	55
Figura 19 -	Marcha contra a farsa da abolição - 11 de Maio de 1988	55
Figura 20 -	Panfleto de convocação para a Marcha de 1988.	55
Figura 21 -	Jornal da época.	56
Figura 22 -	Marcha Zumbi dos Palmares Brasília-DF, 20 nov. 1995.....	56
Figura 23 -	Documento.	59
Figura 24 -	IPCN é marca na Av. Mem de Sá	62
Figura 25 -	Fachada do IPCN	62
Figura 26 -	Jornal IPCN	62
Figura 27 -	Reunião da diretoria do IPCN	63
Figura 28 -	Beatriz Nascimento, Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez.....	63

Figura 29 - Logo da Marcha das Mulheres Negras 2015.....	67
Figura 30 - Conceição Evaristo, Angela Davis e Benedita da Silva no Encontro Nacional de Mulheres negras 30 anos.....	68
Figura 31 - Logo do Encontro Nacional de mulheres negras 30 anos	68
Figura 32 - Adinkra.....	70
Figura 33 - Angela Davis em sua conferência em Salvador - 2017.....	77
Figura 34 - Foto da matéria em 2015.....	87
Figura 35 - Raça/cor de psicólogas/os no Brasil.....	92
Figura 36 - Distribuição de psicólogas/os segundo raça/cor.....	92
Figura 37 – Rendimento de psicólogas/os segundo raça/cor.....	93
Figura 38 - Distribuição de psicólogas brasileiras por cor ou raça declarada.....	95

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	UM CAMINHO QUE COMEÇOU NO NOSSO CORPO	15
1.1	Corpo da mulher negra, o primeiro corpo	16
1.2	Corpo psicóloga/o negra/o e psicóloga/o branca/o	22
2	UBUNTU	28
3	SANKOFA	36
3.1	Os Quilombos	42
3.2	A Imprensa Negra	44
3.3	Frente Negra Brasileira	45
3.4	Teatro Experimental do Negro	48
3.5	Movimento Negro Unificado	52
3.6	Movimento Negro na Ditadura Civil-Militar	57
3.7	Instituto de Pesquisa das Culturas Negras	61
3.8	O Movimento Que Faz Movimento	63
3.9	As Mulheres Negras em Movimento	65
4	“UMA CABEÇA NÃO FAZ UM CONSELHO, DUAS OU TRÊS CABEÇAS PENSAM MELHOR QUE UMA”	70
4.1	Cotas Raciais	70
4.2	Um Longo Caminho que se arrasta por 400 anos	72
4.3	Corpo Cotista	80
4.4	Corpo Mestranda	82
5	“NÃO DEIXE O QUE VOCÊ NÃO PODE FAZER AFASTÁ-LO DO QUE VOCÊ PODE.”	86
6	“Não se pode esconder a fumaça se você acendeu um fogo”	91
6.1	A Psicologia (In) Visível	91
6.2	A Psicologia Visível	96
7	“QUANDO UM TOLO NÃO CONSEGUE ESCURECER O MARFIM, ELE TENTA CLAREAR O ÉBANO”	99
8	“AQUELE QUE APRENDE, ENSINA”	113
8.1	A Psicologia e um pouco de sua história	113
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
	REFERÊNCIAS	123

INTRODUÇÃO

Durante dois anos pesquisando e escrevendo, chega o dia de fazer a introdução da dissertação, a sensação de chegar ao final que é o início é muito boa e ao mesmo tempo assustadora, agora a escrita não é só minha, vai para o mundo. Uma sensação doída de ter que deixar a cria, acreditar que foi feito o melhor possível.

Escolher sobre o que pesquisar foi a parte mais difícil, fiz o pré-projeto para pesquisar a formação da/o psicóloga/o, o título era: “A ‘universalidade’ da Psicologia e a invisibilidade das relações raciais”, depois dos primeiros meses de mestrado já não lembrava mais. A pesquisa seguiu e novas leituras, conversas, palestras, orientações, quando percebi tudo tinha mudado, mas até a qualificação ainda não tinha entendido o rumo que a pesquisa estava seguindo, levei meses para entender quando a banca disse que era para deixar aparecer mais a minha militância e foi nela que encontrei meu lugar, onde fiquei mais à vontade para falar e continuar a pesquisa foi (n)o Movimento Negro que me movimentou, que me movimenta, lugar onde aprendi muito. Seguindo os caminhos dos que vieram antes, dos que caminham junto comigo, tudo isso não podia ficar de fora deste trabalho.

E foi assim com e no Movimento Negro que o tema das relações raciais sempre fez parte do que era preciso restituir à Psicologia, que questionar a formação através da militância é um caminho possível, foi assim que, acompanhando o caminho já trilhado por muitas/os psicólogas/os militantes, percebi que algo já está sendo semeado. Compreendi isso tendo contato com os conselhos de Psicologia e com as pessoas que estão levando as pautas raciais para todos os eventos e publicações. Foi conhecendo os coletivos que percebi mais ainda que existe uma nova Psicologia sendo construída no Brasil. Sem a militância incansável isso não seria possível.

Entendendo que o Brasil é um país pluriétnico, quanto a isso ninguém tem dúvidas, somos formados por povos indígenas, brancos e negros. Porém, o que sabemos sobre os indígenas, que são os povos originários desse país? O que sabemos sobre os povos negros que foram sequestrados em África e aqui escravizados?

É sabido que o racismo foi historicamente construído e não tem fator genético que o justifique, como as ciências tentaram nos fazer acreditar, dentre elas a própria Psicologia. O racismo deixa marcas não só na população negra, mas em todos os indivíduos envolvidos num sistema de ensino eurocêntrico, que desde a formação básica conta uma história única, a do colonizador. O ensino das relações étnico raciais é uma política pública antirracista e de busca de uma igualdade social, pois a pessoa que vive a opressão do racismo é afetada de diversas formas, seja na saúde, na educação, no trabalho, ela vive diariamente uma realidade desumana.

A Psicologia no Brasil se constituiu e ainda se constitui de forma pretensamente “universal”, com teorias e práticas basicamente eurocêntricas. Neste trabalho proponho observar outras formas de práticas dessa Psicologia que atenda a população negra, pois mesmo sendo maioria não é vista pela Psicologia com suas singularidades. O epistemicídio invisibiliza as pesquisas para práticas psicológicas outras que possam atender a pluralidade da população brasileira. Até os dias atuais as consequências de 400 de escravidão e os efeitos da colonização são nítidos nos privilégios da população branca. Sendo a Psicologia uma profissão de profissionais em sua maioria brancos, pensar esses lugares é fundamental. Pensar uma Psicologia plural, na qual negros possam lidar com o sofrimento causado pelo racismo e serem entendidos, o que envolve uma formação na qual as relações raciais atravessem todas as disciplinas e intelectuais negras e negros possam ser lidos. Assim se poderá chegar a um entendimento que somos uma nação pluriétnica e cada povo traz consigo suas ancestralidades que devem ser respeitadas.

Do percurso dentro do movimento negro, como mulher negra, psicóloga, sendo requisitada diversas vezes por profissionais e estudantes de Psicologia sobre como lidar em suas práticas com o racismo, trouxe questões para este estudo, buscando a afrocentricidade como agência africana para o povo negro do continente e em diáspora, reconectando o povo negro a sua história e ancestralidade, como forma de buscar práticas psicológicas que atendam a população negra. Uma nova Psicologia deve ser construída e também uma nova academia. Africanizar é preciso como uma cultura que sempre se disponibilizou a trocas e nesse percurso teve sua história sequestrada. Ainda não existe uma conclusão sobre que Psicologia é essa, a pesquisa ainda está percorrendo caminhos que podem não trazer respostas definitivas e nem é essa a intenção, ser africano é usar a poliracionalidade na construção de caminhos possíveis. É em busca desses caminhos, a serem caminhados e construídos, que apresento a pesquisa e convido leitoras e leitores a acompanharem.

Não numerei o sumário e nem os capítulos por ter escolhido provérbios africanos que se complementam e cumprem seu lugar de forma simples ao falar por eles. Apresentarei aqui a sequência final, após os provérbios mudarem de lugar diversas vezes.

Começando pelo corpo, o primeiro corpo que habitou esse lugar denominado planeta, o corpo africano, partindo desse princípio, apresentarei como esse corpo foi desconstruído durante a colonização e passou a ser um corpo negro e assim um corpo objeto, sem alma, uma peça, mercadoria, traficada pelo Atlântico e chegando ao Brasil. Sem perder sua ligação com África, esse corpo negro busca ser mais que um corpo no mundo, busca ser um corpo negro no mundo. Na negritude se afirma um corpo negro.

Depois o caminho percorrido no coletivo, na militância que constitui o que sou: um corpo mulher negra militante, na luta que denuncia o racismo, que não aceita mais se calar, que busca abrir caminhos com o corpo, para outros corpos negros.

Sendo um corpo atemporal voltamos ao Movimento Negro, um pouco desse percurso que começa com os primeiros negros sequestrados em África, seguir acompanhando o movimento da história, fazendo história, desconstruindo histórias, para que os que vieram depois pudessem ter uma base para continuar lutando até que negras e negros sejam verdadeiramente livres.

Por causa dos que vieram antes chego ao mestrado, registro minha história para que os que virão depois de mim saibam que é possível, que nosso corpo é político, que ser cotista é posicionamento político, um passo dado no caminho para reparação histórica do Estado brasileiro para com o povo negro e indígena, um caminho impossível de seguir sem apoios, sem o coletivo.

Ser militante negra e psicóloga, aprender que as duas coisas não caminham separadas, que andam juntas e por isso são escritas em conjunto. O Movimento Negro já faz parte da história da Psicologia no Brasil, abrindo caminhos para que as relações raciais sejam uma pauta permanente tanto no Conselho Federal de Psicologia, como nos Conselhos Regionais. Têm sido criadas resoluções, publicações, eventos e grupos de trabalhos com a temática racial em todas as instâncias do sistema conselhos.

A Psicologia que não se aprende na academia: o quanto o racismo afeta negras e negros? Como lidar com a subjetividade de pessoas negras? A Psicologia não pode se considerar universal e enquadrar todas as pessoas em técnicas criadas por quem vive realidades eurocêntricas. O sofrimento que essa Psicologia causa à população negra brasileira precisa ser problematizado e os limites dessa psicologia evidenciados.

O perigo da história única, o epistemicídio que silencia e apaga aquilo que amedronta a hegemonia acadêmica. A educação que se ensina desde a formação básica até a pós-graduação tem um pensamento dominante e esse pensamento é branco, sendo o negro objeto de estudo. A história única é uma forma de genocídio, pois não permite que um povo que é a maioria do país conheça sua própria história. Não sendo diferente na formação em Psicologia.

E o movimento não para, o Movimento Negro restitui a Psicologia, provocando questionamentos sobre uma ciência criada e baseada no princípio de que existia uma raça inferior, e essa raça era a negra. Um movimento que restitui a profissionais brancas/os que são também pessoas racializadas, a partir da discussão da branquitude, provocando o sistema conselhos e os profissionais de Psicologia para que possam perceber que não somos todos iguais, que a universalidade não existe, que é preciso pensar e inventar uma nova Psicologia no Brasil.

1 UM CAMINHO QUE COMEÇOU NO NOSSO CORPO

Um corpo no mundo – Luedji Luna (2017)¹

Atravessei o mar
Um sol da América do Sul me guia
Trago uma mala de mão
Dentro uma oração
Um adeus
Eu sou um corpo
Um ser
Um corpo só
Tem cor, tem corte
E a história do meu lugar
Eu sou a minha própria embarcação
Sou minha própria sorte
E Je suis ici, ainda que não queiram não
Je suis ici, ainda que eu não queria mais
Je suis ici agora
Cada rua dessa cidade cinza sou eu
Olhares brancos me fitam
Há perigo nas esquinas
E eu falo mais de três línguas
E palavra amor, cadê?
Je suis ici, ainda que não queiram não
Je suis ici ,ainda que eu não queira mais
Je suis ici, agora
Je suis ici
E a palavra amor cadê?

¹ **Luedji Luna** é mulher, negra, cantora e compositora. Nascida no Cabula, criada em Brotas e vive em São Paulo.

Trechos de escuta cotidiana de psicólogas negras² em quaisquer lugares que atuem.

- Oi moça!
- Pois não.
- Eu tenho um horário marcado com a psicóloga.
- Sim, qual o seu nome?
- É que eu quero falar com a doutora psicóloga.
- Eu sou a psicóloga.
- Você? Ah tá...

- E aí, o que você faz?
- Eu sou psicóloga.
- Psicóloga? Ai... que legal...

- Você é psicóloga, né?
- Sim, sou.
- É que tem uma pessoa precisando muito, mas não pode pagar. Você que é militante, atende de graça?

- Lembrei de você. Tem uma ONG precisando de uma psicóloga voluntária, como você é militante da causa negra, pensei logo em você.
- Mas não tem nem ajuda de custo?
- Não. A ONG tem pouco dinheiro para pagar profissionais, então só paga os necessários, o resto é voluntário.

- “Cada rua dessa cidade cinza sou eu
Olhares brancos me fitam
Há perigo nas esquinas
E eu falo mais de três línguas”³
Hoje em dia a pergunta mais comum:
- Você tem consultório?
- Não.
- Estou procurando uma/um psicóloga/o, mas quero uma/um psicóloga/o negra/o.
Você pode me indicar?
- Posso sim.
- Que bom! Estava fazendo terapia, mas a/o psicóloga/o não me entende.

1.1 Corpo da mulher negra, o primeiro corpo

Antes da escravização e da colonização nas Américas e, existiam muitos povos no continente africano, com costumes e tradições bem distintas, ocupando territórios cujas fronteiras nada tinham a ver com as demarcações que conhecemos atualmente. Estas foram resultado da interferência do europeu (colonizador) sobre a África; até mesmo essa denominação foi uma distinção feita pelos europeus. Até então esses povos não se reconheciam como africanos, e sim como pertencentes a um determinado povo que tinha

² Aqui no feminino pois psicólogas são a maioria entre profissionais de Psicologia.

³ Citei aqui esse trecho da música, pois em relação ao corpo negro não importa se fala mais de três línguas, se tem um diploma, os olhos brancos fitam esse corpo sempre como ameaça e esse corpo está sempre em perigo em cada rua, em cada esquina. Hoje é dia 15/08/2019 e nessa semana, 5 jovens negros estudantes e trabalhadores foram assassinados no Rio de Janeiro, o corpo negro está sempre em perigo.

língua e cultura próprias. Modos de vida, concepções de mundo muito diferentes do que os europeus consideravam como expressão de humanidade, daí não tratarem esses homens e mulheres como seres humanos e sim como peças, mercadorias que podiam ser comercializadas.

Para o Brasil, durante o período da escravidão, foram trazidas cerca de seis milhões de africanos, isso em números oficiais, pois existia o tráfico clandestino. Pertenciam a diferentes grupos, e por isso não falavam a mesma língua, tampouco tinham os mesmos costumes e tradições, esses homens e mulheres tiveram que “esquecer” sua cultura, sua religião, enfim, todo seu modo de vida durante o cativeiro. Na verdade, toda a diversidade que caracterizava esses povos foi apagada, restando apenas um corpo para o trabalho forçado nos engenhos e nas minas. Reduzidos a um corpo cujo valor residia apenas na capacidade para o desempenho do trabalho servil, os escravizados não tinham outro caminho senão trabalhar de sol a sol, sofrendo castigos e sendo descartados quando seu corpo não tinha mais condições de trabalho cativo.

Não tinham outra identificação, senão a de escravo de um tal senhor, sendo somente um NEGRO!

Naqueles tempos, o termo Negro era sinônimo de escravo e remetia sempre ao que se conferiu aos negros pelos europeus – o estigma da inferioridade. Entretanto, muitos africanos escravizados já eram hábeis na arte da metalurgia, da mineração e também no comércio, enfim, uma cultura exuberante que os brancos cuidaram de apagar de todas as maneiras, inclusive demonizando sua religião, obrigando-os ao batismo na fé católica. Contudo, os escravizados conseguiram manter vivas as suas tradições e encontraram formas de (re)construir sua cultura. Fugas, rebeliões, quilombos, irmandades foram os meios encontrados para se manterem vivos e ativos.

Embora vivessem nas condições mais adversas, os escravizados conseguiram manter entre eles laços de solidariedade que permitiram alcançar a liberdade e esse foi o legado que hoje nos sustenta. Conseguindo nos livrar do estigma de inferioridade, passamos a ver que ser negro não se resume a ser escravizado, nem tampouco um ser inferior, mas ser parte de um povo em luta por manter viva sua cultura, por restituir ao corpo a potência de existir.

Com a valorização do que é negro, vem a busca de valorizar tudo que o negro é, tudo que vem com os negros que vieram da África. Começando pelo corpo, pois “o corpo negro não se separa do sujeito. A discussão sobre regulação e emancipação dos corpos negros diz respeito a processos, vivências e saberes produzidos coletivamente (GOMES, 2017, p. 94). Ainda segundo a autora, as produções coletivas não excluem a individualidade do negro: “há

aqui um entendimento de que como ‘somos um corpo no mundo’, somos sujeitos históricos e corpóreos no mundo. A identidade se constrói de forma coletiva, por mais que se anuncie individual”. (GOMES, 2017, p.94)

E em todo esse contexto se encontra o corpo negro psicóloga/o, por isso no título desse trabalho a palavra ENEGRECER, uma palavra que já foi utilizada para depreciar, humilhar o negro, também foi sendo ressignificada como potência. As palavras para os africanos têm força, não são desperdiçadas, aprendemos a ressignificá-las. Gosto muito da frase: “Se a coisa está preta, a coisa está linda”.

No Brasil, a escravidão se deu até quase o final do século XIX. No ano de 2018 o MN fez vários eventos pois completavam 130 anos da considerada farsa da abolição, pois a condição da população negra no Brasil continua sendo de extrema pobreza, o genocídio aumenta, a liberdade não chegou. Foram 400 anos de escravidão que produziram sofrimento, angústia, banzo, que ainda perduram. Todo esse sofrimento levou muitos negros e negras a acreditarem que precisavam se aproximar da brancura, pois tudo que era de origem africana era desvalorizado, considerado ruim, pecado, sujo. E tudo relacionado ao branco era supervalorizado. Esse foi um dos motivos pelos quais boa parte da população aderiu ao mito de democracia racial, os negros passam a acreditar que os miscigenados teriam mais chances de ascensão social do que os negros mais retintos, por isso muitos de nós ouvimos de nossos familiares – eu ouvia muito da minha avó: “é preciso clarear a raça”, “é preciso limpar o útero”, “é preciso limpar o sangue”.

Nessa fuga simbólica, eles desejam compensar-se da discriminação social e racial de que são vítimas no processo de interação com as camadas *brancas* dominantes que projetam uma sociedade democrática *para elas*, criando, por outro lado, uma ideologia escamoteadora capaz de encobrir as condições reais sob as quais os contatos interétnicos se realizam no Brasil.

Como vemos, a identidade étnica do brasileiro é substituída por mitos reificadores, usados pelos próprios não-brancos e negros especialmente, que procuram esquecer e/ou substituir a concreta realidade por uma dolorosa e enganadora magia cromática na qual o dominado se refugia para aproximar-se simbolicamente, o mais possível dos símbolos criados pelo dominador. (MOURA, 1988, p. 63-64)

Segundo Moura “estabeleceu-se no Brasil uma ponte ideológica entre a miscigenação (que é um fato biológico) e a democratização (que é um fato sociopolítico)” (MOURA, 1988, p. 63), porém Munanga diz que os mestiços passaram a ser uma “categoria intermediária” (MUNANGA, 1999, p.15) o que era irreal pelo fato do racismo no Brasil se dar pela cor da pele. Com a intervenção, estudos e denúncias do MN que podemos ter o entendimento de que a real intenção do incentivo à miscigenação era acabar, exterminar, a população negra no

Brasil, já que as vantagens dos miscigenados eram mínimas, mesmo assim este se tornou um projeto de Estado.

Foi preciso “a construção de um discurso do negro sobre o negro, no que tange a sua emocionalidade” (SOUZA, 1983, p. 17). Emocionalidade construída diante de um discurso em que a branquura é o ideal a ser alcançado (FANON, 2008).

O movimento negro foi e tem sido fundamental nessa desconstrução, reforçando positivamente o ser negro e incluindo os ditos “mestiços” no grupo de pessoas negras, hoje chamados de negros de pele clara. A educação e as redes sociais têm tido uma grande influência nesse processo de reconhecimento da Negritude, da “história que a história não conta”⁴, de nossa ancestralidade, dizendo que somos a maioria no Brasil e que vamos/estamos ocupando espaços aos quais antes não chegávamos por que somos/éramos impedidas e impedidos.

Aos poucos, no Brasil, ter um corpo negro, expressar a negritude começa a ser percebido socialmente como uma forma positiva de expressão da cultura e da afirmação da identidade. Essa percepção passa de um movimento interno construído no seio da comunidade negra – não sem conflitos e contradições – para um movimento externo de valorização da estética e da corporeidade negra no plano social e cultural – também não sem conflitos. (GOMES, 2017, p.95)

Então enegrecer, tornar-se negro, é um processo lento, doloroso, porém no decorrer desse processo passamos a ter a certeza de que é muito importante pertencer ao povo que traz no seu corpo, na sua pele a cor dos primeiros humanos desse planeta, corpos que guardam uma memória ancestral. Até podemos nos afastar por um tempo de nossa Mãe África, mas quando o tambor toca é difícil que o corpo fique parado.

É pela capacidade de perceber, captar, processar, recalcar, dizer, sentir, traduzir e enunciar mensagens pela via do corpo que, desde quando os africanos aqui chegaram, tem permitido a construção desta experiência de mundo que chamamos, hoje, de Diáspora africana. (TAVARES, 2012, p. 63)

Esse trecho do trabalho foi escrito no dia seguinte à V Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro, realizada em 28 de julho de 2019, na qual ao som do tambor, uma multidão de mulheres negras marchou, dançou...

Toca meu tambor de samba – Paulina Chiziane (2018)⁵

Toca meu tambor de samba
E leva saudades à minha mãe África
Diz-lhe que já não tenho nome, nem terra
Tiraram-me tudo, mas a minha alma, não!

⁴ Trecho do samba “História para ninar gente grande”, enredo da Escola de Samba Mangueira em 2019.

⁵ Paulina Chiziane foi a primeira escritora a ter um livro publicado em Moçambique, hoje é reconhecida internacionalmente.

Toca mais alto meu tambor de samba
 Preenche este vazio em que me suspendem
 Embala a minha angústia e a minha saudade
 Diz à minha mãe que resistirei e ao lar voltarei!
 Até das tangas fui despojado à espada
 O colar de missangas foi arrancado à bruta
 Diante dos navios de escravatura
 Tiraram-me tudo, mas a minha alma, não!

Com o tocar do tambor convoco a ancestralidade de Neusa Santos Souza, o tocar do tambor que enegrece, que faz avivar em nós o tornar-se negra e negro. É enegrecendo que encontramos “uma das formas de exercer autonomia” (SOUZA, 1983, p. 17). Segundo a autora, essa autonomia é possível quando se possui um discurso sobre si, podemos entender que é quando deixamos de ser tema de pesquisa e para dizer que falamos nós por nós. Dessa forma o discurso “faz muito mais significado quanto mais fundamentado no conhecimento concreto da realidade” (SOUZA, 1983, p. 17). A realidade baseada no conhecimento de onde viemos, de nossa história, do enegrecer tem muito mais significados quando somos nós que contamos nossas histórias, baseadas no que só nós conhecemos da realidade de ser negra e negro.

A descoberta de ser negra é mais que a constatação do óbvio. (Aliás o óbvio é aquela categoria que só aparece enquanto tal, depois do trabalho de se descortinar muitos véus). Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. **Mas é também sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em sua potencialidade.** (SOUZA, 1983, p. 18). (negrito nosso)

Nossos corpos negros vêm resgatando histórias, enegrecendo a Psicologia, a academia, a câmara dos vereadores e dos deputados, seguindo o que diz Fanon (2008): “Tendo o campo de batalha sido delimitado, entrei na luta.” (FANON, 2008, p. 107). Já conhecemos o campo, o que o campo nos reserva, não tem volta, como disse Nego Bispo⁶ (2019): “não estamos em crise, sempre estivemos em guerra”, por isso aqui chegamos, aqui estamos, aqui vamos permanecer, na verdade sempre estivemos, mas não quiseram nos ver.

Dos teóricos que não conhecia antes da militância, encontrei Aimé Césaire e seu Discurso sobre a Negritude, de 1983. Por meio dele percebo mais ainda o quanto ressignificar termos utilizados contra negras e negros faz parte do fortalecimento da luta contra a opressão e o racismo. Aimé Césaire, da Martinica, Léopold Sédar Senghor, do Senegal, e Léon-Gontran Damas, da Guiana, “firmaram um pacto triunviral que fundou formalmente a Negritude”

⁶ Neste ano de 2019 tive a honra de almoçar com Nego Bispo e depois ouvi-lo numa palestra, onde aprendi muito com sua sabedoria quilombola de quem conhece a terra, pois sempre viveu dela.

(MOORE, 2010, orelha da capa), entre eles, Césaire foi quem mais trazia o termo em suas falas e dizia: “Negro sou, Negro ficarei!”

A Negritude é um dos mais revolucionários conceitos de luta social surgidos no Mundo Negro contemporâneo, tanto na definição dos contornos culturais, políticos e psicológicos, da descolonização, como na determinação dos parâmetros da luta contra o racismo. (MOORE, 2010, p. 7)

Trago aqui um trecho do Discurso de Césaire que está na contracapa do livro escrito por Carlos Moore, e mais algumas partes escolhidas por mim, esse discurso foi proferido durante a I Conferência Hemisférica sobre a Negritude: “Negritude, Etnicidade e Culturas Afro nas Américas”, evento dedicado a Aimé Césaire, que aconteceu em Miami, de 26 a 28 de fevereiro de 1987. O Brasil foi representado nesta conferência por Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento.

Ao ter a palavra, Césaire fez seu Discurso sobre a Negritude que complementa o que foi dito até aqui sobre Enegrecer e que está em sintonia com o pensamento de autoras e autores citados até o momento, pois foi um intelectual, poeta muito admirado e lido pela sua importância política para a libertação do povo negro.

De fato, a Negritude não é essencialmente da natureza biológica. (...) A Negritude, aos meus olhos não é uma filosofia. A Negritude não é uma metafísica. A Negritude não é uma pretenciosa concepção do universo. É uma maneira de viver a história dentro da história: a história de uma comunidade cuja experiência parece, em verdade, singular, com suas deportações de populações, seus deslocamentos de homens de um continente a outro, suas lembranças distantes, seus restos de culturas assassinadas. (...) Vale dizer que a Negritude, em seu estágio inicial, pode ser definida primeiramente como tomada de consciência da diferença, como memória, como fidelidade e como solidariedade. Mas a Negritude não é apenas passiva. Ela não é da ordem do esmorecimento e do sofrimento. Ela não é nem da ordem do patético e da cor. Não é nem emoção nem dor. A Negritude resulta de uma atitude ativa e agressiva do espírito. Ela é um despertar, um despertar de dignidade. Ela é uma rejeição, e rejeição da opressão. Ela é luta, isto é, luta contra a desigualdade. Ela é também revolta (...) uma revolta ao que eu chamaria de reducionismo europeu. (...) Nós somos daqueles que se recusam a esquecer. Nós somos daqueles que recusam a amnésia mesmo que seja como saída. Nosso engajamento só terá sentido se se tratar de um *reenzaizamento* e também de um desabrochar, de uma superação e da conquista de uma nova e mais ampla fraternidade. (CÉSAIRE, 1987, apud MOORE, 2010, p. 107-114)

Césaire dizia que o conceito de Negritude partiu da Revolução Haitiana, segundo Moore (2010), existe um silêncio sobre esse fato, para nós o que importa é que é a Negritude. Enegrecer é um passo para nossas revoluções pessoais e para o povo negro no Brasil e a força necessária na luta contra o racismo.

1.2 Corpo psicóloga/o negra/o e psicóloga/o branca/o

O filósofo Jayro Pereira de Jesus (2017)⁷ diz que: por termos vivido a colonização, nossas subjetividades negras e brancas são ocidentalizadas. Então tornar-se negro, como já dito, passa pelo corpo, pela alma, pelo espírito e pela produção de subjetividade. Se identificar como negra e negro sem questionar o quanto estamos afastados da história do povo negro, da ancestralidade, é ter um corpo negro que continua reproduzindo padrões ocidentais inclusive reproduzindo opressões contra outros corpos negros. Sendo a branquitude que faz essa incitação subjetiva durante toda colonização.

Para brancas e brancos, perceber que sua subjetividade também foi colonizada é reconhecer os privilégios que a branquitude lhe oferece, um/a profissional psi não tem como escutar para além de si próprio se não se questionar sobre ser branca/o num país onde a manutenção de seu privilegio custa a vida de outras pessoas.

Wades Nobles em sua palestra no I Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) das Relações Raciais e Subjetividades (I PSINEP) se apresenta não como um psicólogo negro e sim como um psicólogo africano, trazendo para o seu corpo psicólogo negro a africanidade.

Tem sido uma rotina para muitas/os psicólogas/os negras/os receberem solicitação de pessoas negras para que indiquem profissionais negras e negros, com a condição que esses profissionais entendam a temática racial e sobre o sofrimento psíquico que o racismo causa. Essa é uma consciência de que não basta a/o profissional ter a pele negra, mas é necessário que tenha se tornado negro, que tenha enegrecido. Alcançar esse entendimento faz toda diferença na relação do profissional de Psicologia com as pessoas atendidas seja em que espaço for.

Neste texto já falei sobre como é ser psicóloga/o negra/o, que tudo passa primeiro pelo corpo e também pela subjetividade, agora falarei sobre a relação com as pessoas negras e brancas que buscam algum tipo de atendimento, seja por vontade própria ou por encaminhamento de alguma instituição.

Quando recebemos uma pessoa enquanto psicólogas/os, e essa pessoa é negra, ela pode não reconhecer-se negra, ou pode entender que tem a pele negra mas não tornou-se negra reconhecer-se negra, ou como diz Neuza (1983) tornando-se negra; ou estar no processo doloroso do reconhecimento da negritude; ou no processo libertador do conhecimento da sua negritude/se tornar negra. Recebemos pessoas brancas que se reconhecem brancas e os

⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=XLFjMLv04gI>

privilégios que isso lhes traz; ou pessoas brancas que nunca nem pararam para pensar que são brancas; ou pessoas brancas que reconhecem que são racistas; ou pessoas brancas que se dizem não racistas, mas sua fala e prática não percebem que estão sendo racistas; ou pessoas declaradamente racistas. Será que nessas situações faz diferença se a/o psicóloga/o é negra/o ou branca/o?

Psicólogas brancas e psicólogos brancos também recebem pessoas como as descritas acima, se esse profissional se reconhece *branco* a escuta será uma, se não se reconhece nesse lugar não conseguirá lidar com a dimensão de quem está no processo de tornar-se negro. O que não podemos perder de vista é o fato que são profissionais O que não podemos perder de vista é o fato que são profissionais que segundo a sua formação e sendo cadastrado em um conselho de Psicologia estão aptos a atuar.

Esta(e) profissional pode ter como objeto de análise e intervenção a pessoa alvo do preconceito e discriminação, visto que tais fenômenos podem impactar a saúde física ou mental, o desempenho intelectual e educacional, a autoestima e a afirmação identitária, entre outros aspectos. Inversamente, também pode ter como foco de atenção pessoas com alto grau de preconceito e/ou personalidade autoritária. Pois, através de seus campos de atuações e linhas teóricas, é capaz de produzir tecnologias interventivas com o intuito tanto de lidar com o sofrimento psíquico decorrente do racismo, quanto de oferecer estratégias para redução de preconceito e discriminação. (MELO, 2019, p. 24)

Existe um discurso que é das pessoas “desconstruídas”, pessoas brancas/os que dizem não ser racistas. Mas, se não se consideram racistas, já tem algo errado, o branco pode ter um olhar de que a sociedade racista, entender seus privilégios, ser parceiro na luta antirracista, mas só pode fazer isso se entender que isso é uma desconstrução diária que parte do reconhecimento do racismo. Grada Kilomba (2016) ao falar sobre esse lugar do branco também afirma que o racismo é um problema do branco, dessa forma o branco que faz parte de uma luta antirracista precisa primeiro reconhecer onde está o seu racismo.

...muitos brancos progressistas que combatem a opressão e as desigualdades silenciam e mantêm seu grupo protegido das avaliações e análises. Eles reconhecem as desigualdades raciais, só que não associam essas desigualdades raciais à discriminação e isso é um dos primeiros sintomas de branquitude. Há desigualdades raciais? Há! Há uma carência negra? Há! Isso tem alguma coisa a ver com o branco? Não! É porque o negro foi escravo, ou seja, é legado inerte de um passado no qual os brancos parecem ter estado ausentes. (CARONE, 2014, p.27)

Cotidianamente vemos um clássico exemplo de branquitude quando a/o branca/o não percebe que entrou numa vaga de emprego, enquanto um negro mais qualificado não entrou. Quando não percebe que pessoas negras são revistadas nos bancos, no transporte público e acha que é normal, não se pergunta: porque não fui revistado? Quando não se incomoda que

as vagas para cotistas existem, mas não são preenchidas. Quando não percebe que pode até mesmo escolher com quem se relacionar, sem se dar conta da solidão da mulher negra.

Ser “desconstruído” significa reconhecer os sintomas de branquitude, não pactuar com outros brancos para não perder privilégios. Vejo-me implicada no fato de não acreditar que as pessoas brancas estejam dispostas a abrir mão de anos de privilégios, ninguém quer abrir mão de privilégios, isso só ocorrerá com políticas públicas eficazes e (trans)formação humana. E isso também diz respeito à relação psicóloga/o população atendida, pois enquanto a minoria dos corpos psis⁸ forem negros como estarmos em espaço de igualdade de condições na disputa por poder? As pessoas negras ou indígenas terão escolhas se querem ser atendidas pelo profissional negro, branco, indígena?

Durante essa pesquisa me deparei com o trabalho de Iray Carone sobre paridade racial nas pesquisas e busquei relacionar o termo ao atendimento psicológico, mas poderia ser para falar sobre qualquer tipo de atendimento que pessoas negras buscam receber e para refletir sobre o que tem feito negras/os a buscarem profissionais negra/os, ou até mesmo espaços onde o atendimento preferencial é para pessoas negras. Iray Carone (2014) apresenta esse assunto de forma brilhante em seu texto “Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira”, ela fala sobre a tensão nas entrevistas e traz algumas questões que entendo também podem ser aplicadas aos atendimentos psicológicos já que a entrevista é parte da grande maioria dos atendimentos psicológicos.

A busca de maior densidade psicológica nas entrevistas inspiradas na clínica não poderia a nosso ver, desconsiderar a possibilidade de a relação entre o entrevistador e o entrevistado estar sendo afetada pelas tensões entre brancos e negros. O pesquisador negro não estaria, nesse sentido, em melhores condições que um pesquisador branco (ou de fenótipo branco) para entrevistar sujeitos negros? Será que brancos deveriam entrevistar brancos e negros entrevistar negros, de acordo com uma espécie de paridade racial nas entrevistas? (CARONE, 2014, p. 20-21)

Isso não é uma questão frequente para pessoas brancas, pois normalmente elas são atendidas por pessoas brancas, educadas por pessoas brancas, tendo inclusive mais opções quando se sentem mais confortáveis com profissionais brancos. Carone (2014) fala sobre uma antropóloga chamada Angela Gilliam, que alertava para a paridade racial, baseada em suas pesquisas científicas “sobretudo por pertencermos a um país racializado, atravessado por tensões nem sempre explícitas e declaradas entre brancos e negros. (CARONE, 2014, p. 20-21)

⁸ Ao usar o termo “psis” ou “psi” me refiro aos profissionais das áreas da Psicologia ou seja psicólogas/os, sendo um termo comum usado pela categoria.

Essa é uma experiência bem comum na área da saúde quando olhamos para os profissionais de clínicas ou hospitais públicos, que atendem diariamente pessoas negras. Vivo essa experiência com meu pai no hospital onde faz tratamento. Em mais de quatro anos, meu pai nunca foi atendido por um/a profissional negro/a, quando fica internado a maioria dos pacientes são negros, são corpos negros nas mãos de corpos brancos. No caso do meu pai eu sou psicóloga e assim coloco meu corpo nesses espaços, mas também é preciso buscar parcerias geralmente com a enfermagem para não ser mais um corpo negro jogado num corredor. Uma vez retirei meu pai de um hospital nessa situação, fui ameaçada pelo assistente social, branco, e precisei dizer que sabia mais que ele sobre meu pai e sobre o que eu estava fazendo. Se não fosse por isso ele não estaria vivo. Talvez por esses motivos não indico pessoas negras para atendimento com pessoas brancas. Para além de sermos um país racializado somos um país racista.

No texto “QUANDO A IDENTIDADE RACIAL DO PESQUISADOR DEVE SER CONSIDERADA: paridade e assimetria racial” (2012), Lia Vainer, psicóloga, branca, faz um recorte de sua tese de doutorado, no qual ela relata que participava de uma reunião e, ao comentar o tema de sua tese, com um amigo, dizendo que as pessoas brancas não se consideram racializadas, que ao serem perguntados a que raça pertenciam não responderiam serem da raça branca. Então eles fazem a pergunta para várias pessoas: qual é sua raça? E somente uma pessoa disse ser branca. Ao fazerem a mesma pergunta para pessoas negras, todas responderam com alguma pertença racial, mesmo quando brincam que eram moreninhos. Com isso se entendia que a pessoa não se considerava branca, pois para brancos ser branco é o “normal”, universal”. Nesse mesmo texto de múltipla autoria, Lourenço Cardoso, historiador, negro, ao fazer uma pesquisa sobre brancos, na Europa, observou que os brancos se incomodavam com ele como pesquisador negro pesquisando pessoas brancas, já que o contrário é visto como o “normal”. Eliane Silva Costa, psicóloga, negra, também no mesmo texto fala sobre uma experiência marcante durante uma pesquisa e mostra o quanto fatos históricos vivenciados por pessoas negras fazem parte até hoje do cotidiano dessas pessoas. Como diz Fanon (2008), a violência racial não chega ao inconsciente pois ela se dá no cotidiano da pessoa negra, faz parte da consciência. Eliane relata a fala de uma quilombola que disse ter primeiro olhado a cor dela, e que seu corpo negro foi visto a princípio de forma ameaçadora, pois podia ser uma “capitã do mato”. Os quilombolas são constantemente perseguidos, assassinados para se retirarem de suas terras, por isso o medo de qualquer pessoa estranha ao grupo. Depois, ela passou a ser aceita por intermédio de uma Fundação que a

apresentou ao grupo e só dessa forma ela conseguiu fazer sua tese intitulada “Racismo, política pública e modos de subjetivação em um Quilombo paulista”.

Considero muito importante a indicação de profissionais negras/os que tenham enegrecido. Eliana Silva Costa (2012, p.26) afirmou que:

Discutir paridade e assimetria racial em pesquisas qualitativas requer pensar em efeitos psíquicos e sociais que o colonialismo e o racismo impuseram em sujeitos brancos e negros. Nem todos os brancos se identificam com a branquitude. Nem todos os negros se identificam com o ideal de branqueamento apregoado pelo racismo; assim sendo, nem todos negam sua própria negrura. Não se identificar com essas modalidades de dominação exige trabalho psíquico intenso, consciente, cotidiano. Demanda labuta psíquica e política colocar-se contra a maré.

São esses efeitos do colonialismo que precisam ser trabalhados por psicólogas/os negras/os e brancas/os. Não está dado, não é algo fácil, é cotidiano, é político e é da produção de subjetividade. Quando o negro busca atendimento também está nesse processo de se reconhecer colonizado e já em seu cotidiano entende que seu corpo negro é político.

Negros que se afirmam como tal, talvez no primeiro instante já olhem para o negro entrevistador como um provável parceiro e queiram discorrer sobre suas visões de mundo, ou até mesmo prefiram participar de uma entrevista desenvolvida por um branco para que, assim, seu combate ao racismo seja propagado entre aqueles que precisam se reconhecer como mantenedores dessa prática de opressão[...] Negros e brancos, quem deve estudar quem? Acreditamos que a paridade e a assimetria racial são recursos possíveis e necessários para a realização de pesquisas acerca das relações raciais, cada qual colabora de forma singular com esse que é um campo de pesquisa que ainda precisa ser ampliado no Brasil.(SCHUCMAN; COSTA; CARDOSO, 2012, p. 27)

Uma das falas de Carone (2014) é muito importante ao pensarmos a prática de atendimento psicológico seja em que espaço for, pois ela afirma que é preciso entendermos que trabalhamos com angustias, ansiedades, medos, dor, sofrimento. É importante que cada vez mais negras e negros se sintam confiantes na presença da/o profissional.

A paridade surgiu, portanto, como uma nova exigência a ser observada nas entrevistas para propiciar o discurso livre do entrevistado, a despeito desse discurso livre ser entendido como modulador/entrecortado pela angustia e ansiedade psicológicas. (CARONE, 2014, p.21)

Como manter um discurso livre quando quem ouve não entende ou acha que “é coisa da cabeça” de quem fala? Para que a situação não provoque mais sofrimento, seria a paridade racial nos atendimentos psicológicos uma forma de diminuir essa angustia e ansiedade psicológica? Ainda é uma questão, pois estamos chegando agora nesse lugar, de ser pesquisador/a, não pesquisado/a, de com nossos corpos negros enegrecer os espaços, porém esperando que um dia nossos corpos não precisem ser lembrados a todo momento que são corpos negros.

De todas as “Histórias”, a maior e mais significativa é a do próprio Homem, simbiose de todas as “Histórias”, uma vez que, segundo o mito, foi feito com uma parcela de tudo o que existiu antes dele. Todos os reinos da vida (mineral, vegetal e animal) encontram-se nele, conjugados a forças múltiplas e a faculdades superiores. Os ensinamentos referentes ao homem baseiam-se em mitos da cosmogonia, determinando seu lugar e papel no universo e revelando qual deve ser sua relação com o mundo dos vivos e dos mortos. Explica-se tanto o simbolismo de seu corpo quanto a complexidade de seu psiquismo: “As pessoas da pessoa são numerosas no interior da pessoa”, dizem as tradições bambara e peul. (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p. 184)

Seguindo esse ensinamento de Hampâte Bâ, Antonacci (2017), analisa que o corpo africano, sendo um corpo habitado por tantas pessoas, não pode ter limites nem fronteira. Nossos corpos dizem quem somos e é nessa reconstrução desse corpo AFROdiaspórico que nos encontramos, que enegrecemos os espaços “sendo corpos forjados em culturas orais e vivendo memória corporal – única instância que não lhes foi expropriada na diáspora -, refizeram-se entre nós, colorindo, ritmando, reencantando nossos universos”. (ANTONACCI, 2017, p.150)

Que a Psicologia que praticamos não aprisione os corpos, que reavive nossas memórias, para que as tradições possam ser vividas.

“O que está guardado na minha gente, em mim dorme o leve sono. E basta apenas um breve estalar de dedos, para as incontidas águas de memória jorrarem os dias de ontem sobre os dias de hoje”.

Conceição Evaristo (Becos da Memória)

2 UBUNTU⁹

Vivi muitos anos buscando entender meu lugar nesse mundo, acreditando que se algo não estava dando certo era porque eu não estava me empenhando suficientemente. Por mais que eu soubesse que essa sociedade é racista, acreditava que se algumas pessoas conseguiam chegar a alguns lugares eu também poderia chegar se fosse boa o suficiente, me espelhava no indivíduo e não via o coletivo. Reproduzi opressões e tive depressões.

Sempre entendi que minha vida de mulher negra já era uma militância, mas o vazio e a solidão sempre se faziam presentes, tentei por um tempo a militância partidária, mas era um espaço onde os corpos negros militantes sangravam exatamente por participarem de um espaço onde não se aceitava que o racismo era uma questão que afetava a militância negra. Passei então um bom tempo sem estar em espaços coletivos. Mas a solidão não é para o povo preto e um dia resolvi que precisava sair do lugar que estava, juntei-me aos coletivos, no Movimento Negro, e nesses espaços fui descobrindo que não era eu que estava errada, que o racismo nos mata de diversas formas e por pouco eu não morri, só não morri porque “a gente combinamos de não morrer”. (Conceição Evaristo em “Olhos d’água”, 2016)

Comecei a andar por diversos coletivos, conhecer entidades do Movimento Negro e a fazer parte do Fórum de Enfrentamento ao Genocídio do Povo Negro. O Fórum foi um espaço que me trouxe diversos encontros que só a força da ancestralidade pode explicar. As reuniões aconteciam na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ou em favelas do Rio de Janeiro. Esse Fórum foi constituído em 2014, após o assassinato de Cláudia da Silva Ferreira, no dia 16 de março desse mesmo ano, mulher negra que ao sair para comprar pão para seus filhos e sobrinhos na favela onde morava, foi baleada durante uma operação policial. Diante do desespero dos moradores da favela, os policiais colocaram Cláudia viva na caçamba de um camburão, para ser “socorrida”, entretanto, num determinado momento numa avenida, a caçamba abriu e Cláudia foi arrastada viva pelas ruas de Madureira¹⁰, não resistindo, morreu. A forma como Cláudia foi “socorrida” revela mais uma vez como corpos negros são tratados, como corpos descartáveis.

Sempre que ouvia o nome Cláudia da Silva Ferreira nos noticiários sentia uma angústia, pensava logo nos meus filhos, que ela era mãe como eu, negra, tia, irmã, filha. Eu

⁹ Filosofia africana que trata da importância das alianças e do relacionamento das pessoas, umas com as outras. Na tentativa da tradução para o português, ubuntu seria “humanidade para com os outros”. Uma pessoa com ubuntu tem consciência de que é afetada quando seus semelhantes são diminuídos, oprimidos. <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/ubuntu-filosofia-africana-que-nutre-o-conceito-de-humanidade-em-sua-essencia>

¹⁰ Bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro.

pensava que aquele corpo negro arrastado podia ser o meu. Algumas pessoas achavam que meu nome nas redes sociais era uma homenagem à Claudia, de alguma forma é porque somos todas Claudias.

Nunca esqueceremos Claudia e Patrick – Helen Nzinga¹¹

Uma mulher guerreira lutadora, sonhadora, sua família não tem mais a mãe preta provedora
auxiliar de limpeza, quatro filhos para cuidar, tinha mais quatro sobrinhos total de oito no seu lar
foi no Morro do Congonhas o trágico acontecido é impossível esquecer doí no peito o ocorrido
era um dia se semana comum como os outros, toda luminosidade do sol sobre o seu rosto
ao sair de casa para ir comprar o pão, seu corpo foi alvejado, outra inocente ao chão quando a vi eu chorei **uma parte de nós que se foi**, meu amor saiba que eu não te esquecerei jamais.

Diante de fato tão grave, diversas entidades do movimento negro se reuniram buscando formas de combater e denunciar o genocídio do povo negro em curso no Brasil há séculos. No estado do Rio de Janeiro fica mais evidente esse genocídio com a implantação das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) desde 2008, nas favelas, com o intuito de diminuir o “crime organizado” e com uma declaração de guerra às drogas, porém desde sua implementação muitos moradores, inclusive crianças, foram covardemente assassinados, sendo os homens jovens negros os que mais morrem.

Nessa andança conheci muitas pessoas, conheci famílias destruídas, muitas mães que tiveram seus filhos jovens assassinados pelo Estado, outras com seus filhos encarcerados, moradores de favelas militarizadas, moradores de ocupações, pessoas que estavam sendo retiradas de suas moradias no processo de gentrificação¹² (principalmente porque o Rio de Janeiro se preparava para receber as olimpíadas e jogos da copa do mundo), estudantes de coletivos negros (como aprendi com essa juventude!). Mas como mãe de dois jovens negros, foi no encontro com outras mães que senti a dimensão do genocídio. Foi quando percebi que os casos de assassinatos de jovens em minha família faziam parte desse genocídio, chorei com

¹¹<https://soundcloud.com/helen-araujo-9/nunca-esqueceremos-claudia-e-patrick/>

¹² O termo refere-se a processos de mudança das paisagens urbanas, aos usos e significados de zonas antigas e/ou populares das cidades que apresentam sinais de degradação física, passando a atrair moradores de rendas mais elevadas. Os “gentrificadores” (*gentrifiers*) mudam-se gradualmente para tais locais, cativados por algumas de suas características - arquitetura das construções, diversidade dos modos de vida, infraestrutura, oferta de equipamentos culturais e históricos, localização central ou privilegiada, baixo custo em relação a outros bairros -, passando a demandar e consumir outros tipos de estabelecimentos e serviços inéditos. A concentração desses novos moradores tende a provocar a valorização econômica da região, aumentando os preços do mercado imobiliário e o custo de vida locais, e levando à expulsão dos antigos residentes e comerciantes, comumente associados a populações com maior vulnerabilidade e menor possibilidade de mobilidade no território urbano, tais como classes operárias e comunidades de imigrantes. Estes, impossibilitados de acompanhar a alta dos custos, terminam por se transferir para outras áreas da cidade, o que resulta na redução da diversidade social do bairro. Fonte: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrifica%C3%A7%C3%A3o>

elas uma dor que vem desde África. Quando Maria Firmino dos Reis narra a dor de uma mulher que foi sequestrada em África e forçada a deixar seus filhos para trás; quando Conceição Evaristo, em Becos da Memória, narra a dor de um pai que vê sua filha ser vendida e guarda durante toda a vida aquele sofrimento. Vejo nessas dores a mesma dor por séculos. Indico um documentário feito com essas mães que fizeram do luto luta contra o racismo, contra o genocídio do povo negro: “Cada luto, uma luta”¹³.

Cabô – Luedji Luna
 Cabô, vinte anos de idade
 Quase vinte e um
 Pai de um, quase dois
 E depois das 20 horas
 Menino, volte pra casa!
 Cabô
 Ô neide, cadê menino?
 Cabô, quinze anos de idade
 Incompletos seis
 Eram só 6 horas da tarde
 Cabô, cadê menino?
 Quem vai pagar a conta?
 Quem vai contar os corpos?
 Quem vai catar os cacos dos corações?
 Quem vai apagar as recordações?
 Quem vai secar cada gota
 De suor e sangue
 Cada gota de suor e sangue
 Cabô

Ter a dimensão do genocídio da população negra me fez problematizar a experiência vivenciada durante um período em que trabalhei no Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro, atendendo famílias que ali chegavam procurando seus parentes “desaparecidos”– a maioria jovens negros. Mesmo ficando destroçada quando um corpo era identificado, não tinha o entendimento do genocídio, pois a princípio aqueles jovens que chegavam ao IML eram tratados como delinquentes, o que para o Estado legitima a (forma da) morte deles.

Foi na militância que entendi a dimensão do projeto para eliminar os indesejados pela sociedade. Os corpos negros ainda são tratados como corpos sem alma, não importa a classe social a que negras e negros pertençam, sempre será um corpo negro, como canta Elza Soares em sua música *A Carne*: “a carne mais barata do mercado é a carne negra”. A situação é tão explícita que parece ser impossível ser ignorada, mas infelizmente é.

¹³ <https://www.youtube.com/watch?v=qDyyoYgYsaY>

O genocídio do negro no Brasil é um projeto político desde o pós-abolição, quando o Estado com seu projeto eugenista¹⁴, busca formas de acabar com a população negra, considerada um entrave ao desenvolvimento do país. Busca-se com a mestiçagem, embranquecer o povo. Em 1911 o Brasil participou do Congresso Universal das Raças, realizado em Londres. O antropólogo e médico João Baptista de Lacerda foi um dos representantes do Brasil com sua tese “Os mestiços do Brasil”, uma apresentação muito esperada pois o país era visto como tendo uma cordialidade entre raças, por causa da mestiçagem.

Logo no início de sua conferência, Lacerda chamou a atenção para o fato de que, tanto do ponto de vista social quanto antropológico, a questão dos mestiços teria “uma importância excepcional no Brasil”, uma vez que a miscigenação entre brancos e negros era livremente aceita no país”. (SOUZA e SANTOS, 2012, p.753)

Ao final de sua apresentação, Lacerda garantiu que em um século não haveria mais negros e mestiços no Brasil. Paralelo ao projeto de embranquecimento, ocorrem os assassinatos, encarceramento em massa, principalmente de jovens em idade reprodutiva, segundo o Atlas da violência 2017¹⁵;

o que se observou nos dados é um futuro da nação comprometido. Entre 2005 e 2015, nada menos do que 318 mil jovens foram assassinados. Analisando o ano de 2015, a participação do homicídio como causa de mortalidade da juventude masculina, entre 15 a 29 anos de idade, correspondeu a 47,8% do total de óbitos (e 53,8% se considerarmos apenas os homens entre 15 a 19 anos). Nesse último ano, 60,9 indivíduos para cada grupo de 100 mil jovens, entre 15 e 29, foram mortos. Se considerarmos apenas a juventude masculina, este indicador aumenta para 113,6.

Dentro desse futuro comprometido no qual se mata jovens negros, também ocorre o aumento do assassinato de mulheres negras, não podemos esquecer a fala do ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, ao defender o aborto como meio de diminuir a violência ao dizer: “Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal”¹⁶, em sua fala ele deixa claro a comparação entre brancos e negros ao ser referir à países localizados no continente africano. Judith Butler, ao falar sobre as vidas passíveis de luto, diz que “uma vida específica não pode ser considerada lesada ou

¹⁴ A ideia de eugenia foi disseminada por **Francis Galton**, responsável por criar o termo, em 1883. Ele imaginava que o conceito de seleção natural de Charles Darwin – que, por sinal, era seu primo – também se aplicava aos seres humanos. Seu projeto pretendia comprovar que a capacidade intelectual era hereditária, ou seja, passava de membro para membro da família e, assim, justificar a exclusão dos negros, imigrantes asiáticos e deficientes de todos os tipos. Fonte: <https://www.geledes.org.br/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>

¹⁵ http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf

¹⁶ Fonte: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>

perdida se não for primeiro considerada vida” (BUTLER, 2018, p.13). Ouvimos diariamente na mídia o atual governo estadual e federal justificarem que certos corpos ditos “marginais” são matáveis. Novamente, um cotejamento junto aos dados atuais:

Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%. Considerando apenas o último ano disponível, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 a cada 100 mil mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres neste grupo. 0,0 2,0 4,0 6,0 8,0 10,0 12,0 São Paulo Distrito Federal Santa Catarina Piauí Maranhão Minas Gerais Paraíba Paraná Mato Grosso do Sul Rio de Janeiro Brasil Tocantins Rio Grande do Sul Mato Grosso Amazonas Bahia Pernambuco Alagoas Sergipe Amapá Rondônia Espírito Santo Pará Goiás Ceará Acre Rio Grande do Norte Roraima 39 A desigualdade racial pode ser vista também quando verificamos a proporção de mulheres negras entre as vítimas da violência letal: 66% de todas as mulheres assassinadas no país em 2017. (Atlas da Violência Ipea, 2019, p. 38-39)

Numa das reuniões do Fórum contra o genocídio, citado acima, conheci uma psicóloga e um psicólogo, que faziam parte de um fórum de psicóloga/os negras/os e que participaram do Encontro de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/res (PSINEP). Após esse encontro foi criado um fórum de psicólogas/os negra/os no Rio de Janeiro com a intenção de criar um núcleo regional da ANPSINEP (Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/res). Fui a uma das reuniões e me encontrei mais ainda, pois eram profissionais com as mesmas questões que eu tinha, mas que já faziam um percurso por outras leituras da Psicologia. Logo depois que comecei a participar do Fórum de psicólogas/os negras/os fui convidada para fazer parte como colaboradora de um eixo da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRPRJ), chamado Eixo de Relações Étnico Raciais, no qual hoje divido a coordenação conjunta com duas psicólogas.

Poder estar com profissionais de Psicologia com corpos que passavam pelo mesmo atravessamento que o meu, pelas mesmas experiências, me fez querer cada vez mais me aprofundar nesse caminho para mim já sem volta. Hoje já não existe mais o fórum, mas já construímos a ANPSINEP-RJ na qual hoje divido, com Maria da Conceição Nascimento, a Coordenação Regional.

Em 2005 é criada na Bahia, pelo Quilombo X, a campanha “Reaja ou será morta, reaja ou será morto”¹⁷, que foi agregando movimentos sociais de diversas partes do Brasil e do mundo na luta contra o genocídio do povo negro, um dos slogans da campanha é: “**Frente ao genocídio do povo negro, nenhum passo atrás!**”. Em 2013 aconteceu a I Marcha

¹⁷ <http://www.reajaouseramortx.com/>

(inter)nacional contra o genocídio do povo negro. O Rio de Janeiro participou com uma marcha no Centro da cidade.

Um momento marcante pra minha trajetória no movimento negro, foi participar aqui no Rio de Janeiro, da II Marcha (inter)nacional contra o genocídio do povo negro, em 2014, nesse ano a marcha foi da favela de Mangueiras até o Complexo do Alemão. Pude participar de toda organização, como representante do CRPRJ, com reuniões feitas nas favelas, foram momentos de muitas trocas, ouvindo as histórias contadas por quem estava naquele momento vivendo em favelas militarizadas. Na foto abaixo foi o momento da chegada da marcha ao Complexo do Alemão¹⁸.

Figura 1 - Marcha Contra o Genocídio do Povo Negro RJ-2014



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Depois, em 2015, tive a oportunidade de participar em Salvador da III marcha (inter)nacional contra o genocídio do povo negro, com as falas de representantes de diversos países sobre o genocídio negro em escala mundial. Participei com o apoio do CRPRJ que entendeu a importância da marcha e apoiou a ida de duas psicólogas, uma militante do Movimento Negro e a mãe de Rafael Braga¹⁹.

¹⁸ Fotografia retirada do facebook: <https://web.facebook.com/247924485404457/photos/a.251968935000012/257266827803556/?type=3&theater>

¹⁹ Rafael Braga Vieira preso no dia 20 de Junho de 2013 durante uma manifestação na Avenida Presidente Vargas – Centro do RJ, que tinha a participação de milhares de pessoas. Nesse dia houve uma ação violenta por parte da polícia militar, algumas pessoas foram presas e soltas logo depois, menos uma pessoa, um “rapaz jovem, negro, de família pobre, catador de latinhas, que sequer participava daquele protesto, foi preso por portar duas pequenas garrafas de produtos de limpeza, considerados como potenciais aparatos explosivos pela polícia, pelo Ministério Público e pela Justiça. Mesmo com a existência de um laudo pericial que atestou a impossibilidade daqueles produtos serem utilizados como bombas, o sistema de justiça criminal preferiu seguir pelo já conhecido caminho **da seletividade penal, da criminalização da pobreza e do racismo**. Não à toa, Rafael foi o único condenado no contexto das manifestações, ainda que não fosse manifestante e não tivesse praticado crime algum. Sentenciado a cinco anos de prisão”. <https://anistia.org.br/sobre-rafael-braga-e-seletividade-sistema-de-justica-criminal/>

Seguindo a trajetória de militância, fiz parte da criação da OLPN – Organização para Libertação do Povo Negro²⁰, que tem como bandeira da reparação histórica para o povo negro e o povo indígena, com a proposta de um projeto de lei de iniciativa popular para que o Estado repare os danos que existem até hoje. Povos negros e indígenas sofrem por causa da colonização e pela convivência do Estado em mais de 500 anos de exploração.

Participei representando o CRPRJ da construção da Marcha das Mulheres Negras²¹, em 2014. Durante esse processo de mais de um ano conheci diversas mulheres negras e suas formas de militância e as especificidades de ser mulher negra no Brasil. Estamos na base da pirâmide deste país, lutamos desde que fomos sequestradas em África. Lutamos para que nossa importância vital na história do Brasil seja reconhecida. A “Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver”, foi realizada no dia 18 de novembro de 2015 em Brasília com a presença de mais de 50 mil mulheres de diversos estados do Brasil, contou também com a participação de mulheres de diversos países.

Figura 2 - Marcha das mulheres negras em Brasília (2019).



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Nesses espaços de encontros e reencontros, conheci muitos militantes que por muitos anos já participavam do movimento negro e conheci suas histórias, suas trajetórias. Também conheci jovens militantes e com eles aprendi novas formas de pensar sobre o que é ser negro, aprendi com eles que sou uma mulher africana em diáspora²². E aprendi com todos o que é irmandade preta, encontrei meu Quilombo.

²⁰O objetivo da organização foi para construir um projeto de lei de iniciativa popular pedindo a reparação histórica para negros e indígenas.

²¹<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf>

²²Diáspora foi um fenômeno histórico e social caracterizado pela emigração forçada de homens e mulheres do continente africano.

Não separado de toda essa experiência tem o lado psicóloga, em todos os espaços onde eu chegava, quando sabiam que eu era psicóloga, sempre solicitavam apoio, me senti incapacitada pois a partir do conhecimento que passei a ter comecei a questionar: *o que a Psicologia que eu conhecia tinha para oferecer ao povo negro?*

Toda essa parte sobre a militância diz sobre os caminhos trilhados até o mestrado, foi a partir da militância que comecei a questionar a formação, por isso entendo que esse percurso faz parte do caminho e da questão da pesquisa. Como é possível para uma psicóloga não militante da causa antirracista entender a subjetividade da pessoa negra se a formação não fornece elementos necessários para compreender a diversidade, tendo um olhar ainda do sujeito universal? O genocídio se dá também por caminhos subjetivos.

3 SANKOFA

Figura 3 - Sankofa²³



Fonte: <http://todosnegrosdomundo.com.br/memorias-da-africa-em-ferro-a-mensagem-subliminar-esculpida-em-antigos-portoes/>

Se wo were fi na wo sankofa a yenkyi
(Nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou atrás)

Minha avó (OLIVEIRA, Maria Eufrásia, ano, vida, páginas infinitas)²⁴ me dizia ver espíritos, eu perguntava se ela não tinha medo. Ela me respondia: “minha filha, tenha medo dos vivos, eles que fazem o mal”. Falar da minha avó me faz pensar a minha construção enquanto mulher negra, nunca tinha me sentido tão próxima dela como agora, pois como só conheci essa avó, é a minha presença ainda viva na memória de minha ancestralidade. Ela nunca conseguiu me contar sobre nossa história, sobre sua família, acho que como eu ela não guardou muitas lembranças do passado.

Minha avó, como ela dizia, só sabia desenhar as letras do seu nome. Como as pretas minas²⁵, era quitandeira, fazia doces, muitas vezes me sentei com ela no quintal para ralar laranjas com ralador feito de tampa de lata, ajudei a acender o fogão a lenha e a vi mexendo aqueles tachos de doces enormes em silêncio. Quantas negras não trabalharam e trabalham em

²³ O ideograma Sankofa pertence a um conjunto de símbolos gráficos de origem akan (povos da África ocidental) chamado adinkra. Cada ideograma, ou dinkra, tem um significado complexo, representado por ditames ou fábulas que expressam conceitos filosóficos. Segundo o professor E. Ablade Glover, da Universidade de Gana em Kumasi, capital do povo asante, o ideograma sankofa significa “voltar e apanhar de novo aquilo que ficou para trás”. Aprender do passado, construir sobre suas fundações: “Em outras palavras, significa voltar às raízes e construir sobre elas o desenvolvimento, o progresso e a prosperidade de sua comunidade, em todos os aspectos da realização humana” (GLOVER, 1969 *apud* LARKIN, 2008 p. 31)

²⁴ O filósofo Renato Nogueira diz que avó e avô são autores.

²⁵ Os minas vinham da África Ocidental uma região chamada Costa da Mina ou Costa dos Escravos, tinham grande habilidade com comércio. “No cenário do mercado tal como foi registrado por viajantes, memorialistas e pelos mais famosos fotógrafos do Rio de Janeiro oitocentista – mas, comparativamente, pouco abordado pela história social e econômica da cidade – destacaram-se as quitandeiras minas, como eram chamadas, com seus tabuleiros, turbantes, panos da costa, sentadas diante das mercadorias à espreita dos fregueses... vinha da África Ocidental, ou melhor, das regiões chamadas de Costa da Mina ou Costa dos Escravos” (FARIAS, 2015, p. 15).

silêncio?! Ela me chamava de menina, era raro falar meu nome, quando falava dizia em bom pretoguês²⁶ Craudia.

Ralar laranja, descascar frutas, bater roupa, acender o ferro à brasa, costurar na máquina, como brinquei naquela máquina e já adulta costurei muito nela também, é o único objeto que guardei dela.

Na casa dela quando eu era criança não tinha luz, a gente usava lamparina com querosene, me lembro do cheiro, a falta de luz não era problema, pois ela e um vizinho mais velho juntavam as crianças e contavam “causos”, como da mula sem cabeça, saci Pererê, coisas do interior, que dava um medo, mas era bom de ouvir.

Casou-se duas vezes, com homens brancos, pois dizia que tinha que clarear a raça. Teve oito filhos, sempre trabalhando, meus tios e tias não concluíram o ensino fundamental, foram trabalhar cedo, minha mãe voltou para escola já adulta, mas abandonou no último ano do ensino médio. Meu avô faleceu quando minha mãe era bebê, a única coisa que sabia dele é que era loiro com olhos azuis, não sei o nome dele, na certidão da minha mãe só consta o nome da minha avó, era tão comum certidões só com nome da mãe, faz pouco tempo uma prima mais velha me mostrou a única imagem que ficou dele, um retrato pintado e no retrato ele não tem cabelos pretos e olhos castanhos. Eu acabei chamando de avô o segundo marido de minha avó até descobrir o quanto ele era agressivo com ela e com minha mãe, apesar de sempre demonstrar muito carinho por mim, não tive mais contato com ele, que já faleceu.

Entre os netos e netas de Dona Maria Eufrásia de Oliveira ou Maria Eufrásia de Sousa, ela assinava das duas formas, eu sou a mais velha, a primeira que fez faculdade, agora tem algumas bem mais novas que eu que também fizeram, tenho muitos primos e primas, alguns não conheço pessoalmente, alguns não conheceram minha avó.

Volto a essa parte do texto quase finalizando a escrita dessa dissertação para falar da minha família paterna. Ouvindo Nilma Lino²⁷ (2019) falar sobre a trajetória acadêmica dela, num certo momento ela disse que ouviu que: “nossa escrita é um acerto de contas com a nossa história”, não sei se a palavra é acerto de contas, mas existe um resgate e para quem chega no mestrado na minha idade tem muito para ser resgatado.

²⁶ É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse “r” no lugar do “l”, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o “l” inexistente. Afinal, quem é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí fora. Não sacam que tão falando pretoguês. (GONZALEZ, 2018, p. 208)

²⁷ Fala que ocorreu em uma roda de conversa com Nilma Lino Gomes, que aconteceu em agosto no CEFET, chamada “Trajetórias Acadêmicas”

Não conheci minha avó nem meu avô paterno, mas sei que ela se chamava Edith e ele Alberto, é o que consta no documento do meu pai. Eles tiveram dois filhos, mas por alguma circunstância da vida esses filhos foram criados em colégio interno, meu pai nunca falou sobre eles, sabia que tinha um irmão que a vida fez com que ele reencontrasse depois de mais de vinte anos, chegaram a frequentar a casa um do outro. Conheci meus três primos, só que eles não conseguiram mais criar o vínculo de irmãos, com o tempo as visitas diminuíram até que não se viram mais. Eu estava entrando na adolescência, não entendi o motivo do afastamento, porém não sabia como encontrar meu tio, algumas vezes perguntei e só ouvia que tinham perdido contato. Hoje não lembro mais o nome dos meus primos.

No dia nove de agosto desse ano, aconteceu o Seminário de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia, algumas falas me fizeram lembrar da história do meu pai, uma foi sobre homens negros e afetos, que nós mulheres negras passamos a vida lidando com homens negros em nossas famílias percebendo o quanto o racismo foi fazendo com que toda relação afetiva lhes fosse negada. bell hooks, em seu maravilhoso texto “Vivendo de Amor”, me fez entender todo esse processo pelo qual o povo negro passou, em que não podiam ter relações de afeto pois não sabiam por quanto tempo estariam juntos, as famílias eram separadas o tempo todo. Outra fala foi de uma mãe que teve seu filho assassinado pelo Estado e enterrado sem o nome dela na certidão de óbito, era perder o filho mais de uma vez. Minha avó paterna não pôde criar os filhos dela, eles nunca foram adotados, meu pai saiu do internato para o exército e depois foi trabalhar. O vínculo dele foi com pessoas brancas que o impediram de caminhar, ele não sabia fazer nada sem antes consultar essas pessoas, hoje meu pai está doente, essas pessoas não estão mais vivas.

Não sei o quanto tenho de minha avó Edith nem o quanto ela teria para me ensinar, sei o que tenho do meu pai, sou muito parecida com ele fisicamente, sei que ainda hoje construo com ele o vínculo de afeto ao ter que cuidar dele, obvio que meu pai não sabia dar o que não recebeu. Foi aprendendo a reverenciar minha ancestralidade e minha história que aprendi a entender meu pai e sua história, foi vivendo de amor com as pessoas que fui conhecendo e com os meus filhos que aprendi que podemos resgatar, perdoar, criar relações afetuosas.

É necessário venerar os antepassados e a tradição: o passado ensina, orienta. As contadoras de histórias, as “pretas velhas”, as cantigas e as palmas...: tudo são ensinamentos e valores de uma tradição corporal que dão sustento, estruturam personalidades e transmitem pedagogia. (CARNEIRO, 2005, p. 27)

Comecei falando de meus antepassados, para introduzir um capítulo sobre o Movimento Negro (MN) e sobre as mulheres negras que, com sua força vital, sempre foram resistência nesse movimento que começou em África na resistência à escravidão.

Quando os africanos foram sequestrados e trazidos para o Brasil, dentro de navios *tumbeiros*²⁸, eram formados laços de união entre os que vinham no mesmo barco e eles chamavam uns aos outros de **Malungos**²⁹. Fazer a travessia no mesmo barco era tão marcante que simbolicamente todos passavam a se reconhecer como parentes, a ponto de não se casarem entre si, eram companheiros de infortúnio. Mesmo vindo de lugares diferentes, falando línguas diferentes, sempre existiu entre os africanos algo que os unia, uma ancestralidade comum.

Negras e negros sempre se moveram em busca de liberdade, e contra o racismo, se organizando de formas diversas sendo em Quilombos, associações, entidades, o que leva a questão: se é um só Movimento Negro ou se são Movimentos Negros? Nessa pesquisa trarei o entendimento de Lélia Gonzalez de que são “movimentos negros... no movimento negro” (GONZALEZ, 2018, p. 148).

Desde que chegaram em terras distantes, os africanos reinventaram formas de viver longe de sua terra e como descendentes de africanos longe de África, em diáspora causada pelo “*maafa*”³⁰, foi necessário manter-nos em constante movimento. Beatriz Nascimento chama a civilização africana e americana de Transatlântica, pois o tipo de vida que aqui chega é africana e uma relação entre escravizados é construída a nível da alma.

É a transmigração de uma cultura e de uma atitude no mundo, de um continente para outro [...] havia uma relação escravos-escravos um intercâmbio. E essa troca está a nível do “*soul*”, da alma do homem escravo. Ele troca com o outro a experiência do sofrer, a experiência da perda da imagem, a experiência do exílio.”. (NASCIMENTO, 2018, p.327)

E é por essa troca que no Brasil vários grupos de negras e negros se uniram em lugares e momentos distintos, porém com o mesmo objetivo primeiro: conquistar a liberdade, a abolição da escravidão e, até hoje, na luta antirracista. Abordarei brevemente aqui somente sobre o Movimento Negro (MN) no Brasil, mas em toda diáspora houve negras e negros escravizados e, em África. Devido à colonização, o Movimento Negro também existe e resiste. Porém, como o objetivo nessa pesquisa é abordar a importância do MN nos espaços

²⁸ Assim chamados, pois cerca de metade dos africanos trazidos morriam na travessia transatlântica,

²⁹ Palavra de origem banto que significa grande barco, canoa ou companheiro de infortúnio.

³⁰ Termo cunhado pela antropóloga Marimba Ani que significa desastre, grande tragédia, em swahili, para descrever o holocausto africano, pois ela entende que a palavra holocausto não cabe para explicar o tráfico de africanos.

onde negras e negros resistem e como esse movimento chega à Psicologia optei por trazer apenas alguns que tiveram alcance nacional e que em alguns momentos agregaram pessoas de diferentes entidades ou grupos. É muito importante frisar que qualquer pesquisa sobre o negro no Brasil esbarra na falta ou na dificuldade de acesso a documentos.

O registro documental dos movimentos negros da primeira metade do século que se seguiu à Abolição da Escravatura é bastante precário. Escassos livros, folhetos, jornais e documentos relativos às organizações e atividades coletivas da população afro-brasileira nesse período estão em grande parte esgotados, guardados em arquivos particulares, perdidos ou de alguma forma inacessíveis. Essa precariedade do registro decorre, em grande parte, da trajetória de uma comunidade destituída de poder econômico e político e de um movimento composto de entidades perenemente sujeitas à instabilidade e à falta de recursos, infra estrutura, espaço físico e apoio de outros setores da sociedade civil. (NASCIMENTO, 2008, p. 94-95)

Sabe-se que grande parte dos arquivos sobre a escravidão foi queimado por ordem de Rui Barbosa³¹, existem fontes contraditórias quanto ao argumento de que os arquivos foram queimados para apagar a vergonha da escravidão. Segue um trecho do documento escrito por Rui Barbosa autorizando a queima dos documentos³².

Figura 4 - Documento escrito por Rui Barbosa.

Ruy Barbosa, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda e presidente do Tribunal do Tesouro Nacional: considerando que a nação brasileira, pelo mais sublime lance de sua evolução histórica, eliminou do solo da pátria a escravidão – a instituição funestíssima que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade, inficionou-lhe a atmosfera moral; considerando que a República está obrigada a destruir esses vestígios por honra da pátria, e em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira; resolve:

1. Serão requisitados de todas as tesourarias da Fazenda todos os papéis, livros e documentos existentes nas repartições do Ministério da Fazenda, relativos ao elemento servil, matrícula dos escravos, dos ingênuos, filhos livres de mulher escrava e libertos sexagenários, que deverão ser sem demora remetidos a esta capital e reunidos em lugar apropriado na Recebedoria.

2. Uma comissão composta dos Srs. João Fernandes Clapp, presidente da Confederação Abolicionista, e do administrador da Recebedoria nesta capital dirigirá a arrecadação dos referidos livros e papéis e procederá à queima e destruição imediata destes, o que se fará na casa da alfândega desta capital, pelo modo que mais conveniente parecer à comissão. Capital Federal, 14 de dezembro de 1890. Ruy Barbosa.

Fonte: Ale Santos, 2018.

³¹ Que hoje dá nome a um Instituto Histórico: Fundação Casa de Rui Barbosa.

³² A figura 4 está numa entrevista de Ale Santos do dia 17/12/2018, no site: <https://theintercept.com/2018/12/16/rui-barbosa-quadrinho/>. Ao consultar a obra completa de Rui Barbosa que foi digitalizada não consegui encontrar esse artigo completo.

Com a queima dos arquivos, alguns escravocratas deixaram de receber indenização após a assinatura da lei áurea, mas a queima dos arquivos para o movimento negro foi para dificultar uma posterior indenização aos descendentes de escravizados, pois tais documentos hoje permitiriam que negras e negros tivessem acesso à história de seus antepassados. E de quem os comprou. Ao fazer tirinhas³³ sobre o ato de Rui Barbosa, o escritor Alê Santos foi muito atacado nas redes sociais, pelos defensores de Rui Barbosa, parte de sua resposta foi:

Não tínhamos ideia de que essa polêmica ganharia tamanha dimensão. O dano que as fogueiras causaram a pessoas como eu, que tiveram dificultada ou impossibilitada a pesquisa sobre a origem da própria família – sequer conheço meu sobrenome original –, ou pela possibilidade de eu, e não quem era dono de meus antepassados, pedir indenização ao estado é conhecido e debatido no movimento negro há muito tempo. Não é uma tese nova e muito menos descabida. (SANTOS, 2018)

Os defensores de Rui Barbosa alegam que o fato dele ser considerado abolicionista justifica o fato de queimar os documentos. O que eles não falam é que os grandes abolicionistas nesse país foram negras e negros que faziam caixinha para comprar a alforria uns dos outros, que nos Quilombos ou nas irmandades negras e até nas senzalas articulavam formas de acabar com a escravidão. Sabemos também que pessoas brancas apoiaram a luta pela abolição, mas não podemos ver essas pessoas como protagonistas dessa luta.

Quando a Lei Áurea foi assinada, muitas negras e negros já eram livres, a maioria vivendo em situação extremamente precária e contando uns com os outros. Apesar da comemoração pela liberdade, a verdadeira liberdade ainda não tinha sido alcançada, por isso o 13 de maio de 1888 passa a ser chamado como o dia da falsa abolição.³⁴

Para termos uma noção cronológica, em 1560 começa o tráfico de africanos para o Brasil, em 1850 é legalmente proibido o tráfico de pessoas escravizadas, essa lei foi chamada de Lei Eusébio de Queiroz, foi assinada por exigência da Grã-Bretanha, porém após a lei o preço da chamada “mercadoria” aumentou e com ela o tráfico clandestino, daí surgiu a expressão “lei para inglês ver”. Pois eram leis criadas de forma falseada como a “lei do ventre livre 1871”, na qual era previsto que a criança fosse entregue ao Estado ou ficasse com os senhores até a idade de 21 anos, o que era comum, pois os senhores usavam a mão de obras dos considerados “livres” como forma de pagamento pela “despesa” de ficar com a criança em sua propriedade. Também a “lei do sexagenário, 1885” que considerava livres os

³³A falta desses documentos dificultou, mas esperamos que não seja empecilho para a reparação histórica para o povo negro e indígena. As tirinhas são publicadas no Twitter de Alê e podem ser acessadas através do link <https://twitter.com/Savagefiction/status/1066467785566502912> vários personagens contam sobre como Rui Barbosa, que era considerado abolicionista, acaba queimando a única prova da proveniência de muitos negras e negros que chegavam ao Brasil.

³⁴Uma excelente matéria sobre a abolição pode ser vista em: <https://www.bbc.com/portuguese/resources/idth/lutapelaabolicao>

escravizados com mais de 60 anos, porém poucos usufruíram dessa lei, pois devido ao trabalho árduo, raramente os escravizados viviam até tal idade, o que acabava por beneficiar os senhores que se livravam dos escravizados idosos. Em 1888 foi assinada a “lei áurea” por uma pressão internacional e principalmente pelo movimento abolicionista brasileiro. Quando a lei foi assinada, muitos negros já eram “livres”. Dessa forma, todas essas leis podem ser consideradas “leis para inglês ver”.

3.1 Os Quilombos

Muitos africanos que foram trazidos para o Brasil sabiam ler, escrever, eram profundos conhecedores de matemática, engenharia, agricultura e, sim, muitos deles eram reis, rainhas, príncipes, princesas, circulando assim o conhecimento e possibilitando também o desenvolvimento de grandes latifúndios e a exploração de minérios.

Sabe-se que boa parte dos africanos trazidos como escravos era composta de presos políticos por lutas contra-hegemônicas na África. Muitos deles eram pessoas de alto nível intelectual. Enquanto da Europa vinham degredados, da África vinham príncipes, princesas e sacerdotes, a exemplo de OtampêOjaró, filha gêmea do Alaketu (rei de Ketu), fundadora do primeiro terreiro de Ketu na Bahia... uma elite africana formou-se aqui por meio de um implícito pacto simbólico entre indivíduos de etnias diferentes. (SODRÉ, 2017, p. 91)

Um grande exemplo de como o conhecimento circulava foram os Quilombos, nesses espaços negros e negros procuravam reproduzir o que conheciam, reconstruindo organizações bem próximas das que existiam na África. No período colonial, os integrantes dos Quilombos eram em sua maioria negros, mas também abrigavam indígenas e mulheres brancas.

Abordarei o Quilombo mais conhecido, Palmares, mas os Quilombos em geral tinham sistemas bem parecidos. Situado na serra da Barriga, que hoje pertence ao estado de Alagoas, era conhecido pelos escravizados como Reino dos Palmares. A chegada de Aquilone em Palmares é um marco na história desse Quilombo, ela fugiu grávida para Palmares e lá foi reconhecida por sua realeza e grande guerreira que era, passando a ser uma das grandes lideranças do Reino e entre seus descendentes estaria seu neto Zumbi dos Palmares. Com o exemplo de Palmares, percebemos que os Quilombos não eram espaços de negros que fugiam sem razão, existia um projeto de vida que era viver como viviam em África.

O quilombola típico, se assim pode dizer, não fugia apenas por maus tratos e da escravidão. Um homem em condições físicas e psíquicas normais, embora vivendo sob um sistema de instituição vigorosamente opressora, poderia voluntariamente imaginar para si instituições mais de acordo com as suas potencialidades e aptidões, o que era impossível de realizar dentro da ordem social escravocrata. O Quilombo não foi o reduto de negros fugidos: foi a sociedade alternativa que o negro criou. (NASCIMENTO, 2018, p. 101)

A capacidade de organização e articulação dos povos negros não é surpreendente, as comunidades africanas construíram isso por milhares de anos. Palmares ficava no meio da mata, lugar de difícil acesso, a entrada dos Quilombos era como labirinto, resistiu por mais de 100 anos (segundo pesquisas, de 1590 até 1694). A relação dos Quilombos com a sociedade se dava de diversas formas, principalmente através do comércio. Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual, uma pesquisadora dos Quilombos nos explica porque tanta perseguição a essas comunidades, que viviam entre momentos de paz e de guerra. Ela nos dá uma excelente explicação do real motivo dos ataques aos Quilombos que não era pela fuga dos escravizados e sim por questões econômicas:

Os momentos de paz correspondem, basicamente, ao desenvolvimento social e econômico dos Quilombos. Períodos em que se desenvolveram a agricultura, a pecuária, a fabricação de instrumentos de trabalho e das armas para a defesa. Nesses períodos, os Quilombos chegaram a estabelecer relações econômicas dentro do sistema, alugando suas pastagens para o gado de pequenos proprietários, comerciando seus produtos com os habitantes das vizinhanças. Por isso a repressão que sofreram não se explica, ou não se esgota, no fato de que os negros rebeldes prejudicavam a sociedade colonial diminuindo seu potencial de mão de obra. A sociedade os reprimiu mais duramente em momentos de crise econômica, quando os Quilombos vitoriosos chegaram a representar uma ameaça, como seus concorrentes dentro do próprio sistema. (NASCIMENTO, 2018, p.99-100)

Hoje os ataques aos Quilombos ainda são frequentes, o assassinato de quilombolas está ligado à disputa por território, mesmo “a Constituição de 88 garantindo que os Quilombos recebessem suas titulações isso ainda não aconteceu com a maioria deles por estarem em espaços muito valorizados”. (SIQUEIRA, s.d.) Outro motivo é que a organização do povo negro sempre amedrontou a sociedade branca tanto nos espaços rurais como nos urbanos, por serem formas de “organização política e social com implicações ideológicas muito fortes na vida do negro no passado e que se projeta”. (NASCIMENTO, 2018, p.98)

Figura 5 - Aqaltune



Fonte: <https://ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/12428/conheca-aqaltune-avo-de-zumbi-dos-palmares>

Poema Sobre Palmares (1972 – 1987) – fragmentos
Oliveira Silveira³⁵

Nos pés tenho ainda correntes,
nas mãos ainda levo algemas
e no pescoço gargalheira,
na alma um pouco de banzo
mas antes que ele me tome,
quebro tudo, me sumo na noite
da cor da minha pele,
me embrenho no mato
dos pelos do corpo,
nado no rio longo
do sangue,
voo nas asas negras
da alma, regrido na floresta
dos séculos, encontro meus irmãos,
é Palmar,
estou salvo!

3.2 A Imprensa Negra

Durante todo período colonial e imperial, negras e negros sempre encontraram maneiras de se comunicar, seja através dos tambores transmitindo mensagens que só o povo negro entendia, das músicas, danças, e até das tranças que muitas vezes eram desenhos de rotas de fugas.

A imprensa negra foi se tornando mais uma das formas do povo negro se expressar e sempre se destacou com a publicação de jornais que circulavam denunciando o racismo e mostrando que negras e negros brasileiros eram intelectualmente capazes de falar de si e por si. “O Governo, sendo composto de brancos, não deveria ser obedecido pelas classes heterogêneas.” Assim declarava o jornal “O Homem de Cor” em sua primeira edição, de 1833. (NETO, 2016). Foram diversos jornais dentre eles “O Clarim da Alvorada”, lançado em 1924 em São Paulo. Na imagem abaixo uma reportagem sobre a mulher negra no Brasil.

³⁵Poeta Oliveira Silveira, fragmentos acima são do livro *Poema sobre Palmares*.

<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autores/11-textos-dos-autores/852-oliveira-silveira-poema-sobre-palmares>

Figura 6 - Jornal O Clarim da Alvorada com uma reportagem sobre a mulher negra no Brasil



Fonte: <https://ceert.org.br/noticias/comunicacao-midia-internet/5999/resistencia-imprensa-jornal-o-clarim-dalvorada>

3.3 Frente Negra Brasileira

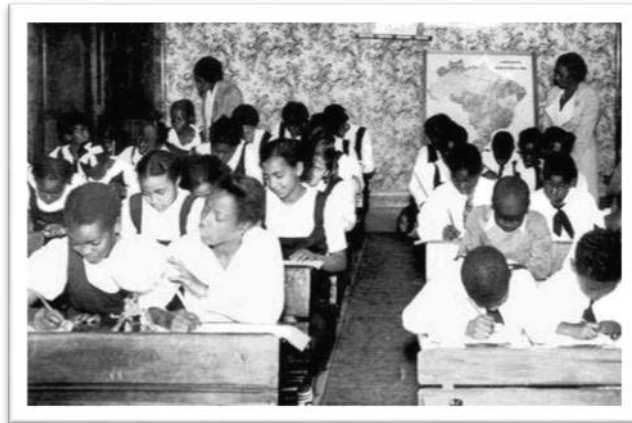
Em 1931 surge em São Paulo a Frente Negra Brasileira (FNB) e logo depois se espalha por outros estados. A FNB teve um papel importante na educação de negras e negros, pois promovia cursos profissionalizantes e incentivava a entrada de negros na vida acadêmica, chegou a ter sua própria escola Frentenegrina e o jornal A Voz da Raça.

Figura 7 -Jornal da Frente Negra Brasileira



Fonte:
<http://www.quilombhoje.com.br/blog/?tag=frente-negra>

Figura 8 - Escola Fretenegrina



Fonte: <http://www.quilombhoje.com.br/blog/?tag=frente-negra>

Figura 9 - Grupo tirado em frente da sede da Delegação da F. N. B.



Fonte: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon299056/icon981690.jpg

Em 1936 a FNB se torna um partido político, que em 1937 é extinto com o decreto de Getúlio Vargas que extinguiu os partidos políticos. Com essa pressão, a FNB foi se dissolvendo apesar de diversas tentativas de se manter em alguns espaços, se dividindo e mesmo mudando de nome não resistiu à repressão e acabou.

A participação das mulheres negras na FNB, de acordo com um dos seus fundadores, o ativista Francisco Lucrecio, foi fundamental para que a Frente Negra crescesse em todo país.

eram mais assíduas na luta em favor do negro, de forma que na Frente [Negra] a maior parte eram mulheres. Era um contingente muito grande, eram elas que faziam todo “movimento”. Ainda que outros estudos considerem a afirmação acima um tanto exagerada, torna-se importante registrar que as afrodescendentes exerciam várias funções na FNB. Na Cruzada Feminina, elas eram mobilizadas, visando à realização de trabalhos assistencialistas. Já as Rosas Negras se dedicavam a organizar bailes e festivais artísticos. (LEITE, 2017, n.p.)

Figura 10 - Rosas Negras



Fonte: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>

A Frente Negra Brasileira é uma referência para o Movimento Negro nos dias atuais, principalmente no que diz respeito à educação digna para negras e negros. Alguns coletivos negros hoje se espelham nesse exemplo criando escolas negras e cursos preparatórios para concursos públicos, para os ainda chamados pré-vestibulares comunitários e cada vez mais cursos visando a entrada de negras e negros nos programas de pós-graduação. Na UERJ existe um coletivo de alunos chamado Frente Negra UERJ³⁶ que, seguindo o legado dos seus mais velhos, continuam reivindicando educação pública digna e a permanência do povo preto na universidade. Para ouvir os protagonistas da FNB existe um documentário da CULTNE - Acervo da Cultura Negra chamado Frente Negra Brasileira³⁷.

³⁶ <https://web.facebook.com/frentenegrauerj/>

³⁷ Parte 1: <https://www.youtube.com/watch?v=j4H-dqC4Kug>
 Parte 2: <https://www.youtube.com/watch?v=E9wfuqzbyfg>
 Parte 3: https://www.youtube.com/watch?v=jL_SOM-moSw

3.4 Teatro Experimental do Negro

A arte em suas diversas formas de representação sempre foi para o negro espaço de manutenção e expressão histórica de sua cultura, nesse sentido o Teatro Experimental do Negro conhecido por TEN, fundado por Abdias do Nascimento, foi de grande importância no MN, o TEN que resistiu de 1944 a 1968, tinha o teatro como base mas tinha a atenção voltada para diversas frentes, como a educação (alfabetização) e a publicação do Jornal Quilombo. Tinha como propósito exaltar a estética negra na arte. Participavam do TEN atrizes, atores, militantes, empregadas domésticas, dentre outros. Abdias do Nascimento foi preso (por resistência contra o regime do Estado Novo) na Penitenciária do Carandiru em 1942, criou o Teatro do Sentenciado, onde os presos criavam e encenavam seus próprios textos, pode-se entender que esse teatro foi o precursor do TEN.

Se hoje aumentam o discurso e os estudos sobre branquitude, no TEN esse já era um tema muito discutido, principalmente por Guerreiro Ramos que utilizou o termo brancura ao falar e pesquisar o branco.

Muita importância também dedicou o TEN na criação de uma pedagogia para educar o branco de seus complexos, sentimentos disfarçados de superioridade. Mostrar ao branco – ao brasileiro de pele mais clara a impossibilidade de o País progredir socialmente, enquanto ele insistir no monopólio de privilégios coloniais, mantiver comportamento retrógrado, mascando-se de democrata e praticando à socapa a discriminação racial. E discriminando logo o negro que realmente sangrou, suou, morreu, chorou, para construir economicamente este país. Ensinar ao branco que o negro não deseja a ajuda isolada e paternalista, como um favor especial. Ele deseja e reclama um status elevado na sociedade, na forma de oportunidade coletiva, para todos, a um povo com irrevogáveis direitos históricos. (NASCIMENTO, 1982, p. 37)

O papel político do TEN foi um grande incômodo para a sociedade naquele momento, era extremamente monitorado pela censura, principalmente suas peças teatrais.

Em 1945 o TEN organizou em São Paulo a Convenção Nacional do Negro Brasileiro e em 1946 a Convenção foi realizada no Rio de Janeiro. Na Convenção de 1945 foi redigido um Manifesto à Nação Brasileira:

reivindicando que a nova Carta Magna explicitasse a origem étnica do povo brasileiro, definisse o racismo como crime de lesa-pátria e punisse a sua prática como crime. O Manifesto também demandou políticas positivas de igualdade racial, como bolsas de estudos e incentivos fiscais (IPEAFRO, s.d.)

Em 1950 realiza-se o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro que “se definiu como um evento de estudo e reflexão e, ainda, um acontecimento político de cunho popular, em contraste a outros certames como os Congressos Afro-Brasileiros de Recife (1934) e Salvador

(1937), que tratavam o negro como um simples objeto de pesquisa”. (Ipeafro, s.d.) Não por acaso em 1951 é assinada a lei Afonso Arinos que incluía entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Para o Movimento Negro, com essa lei, o Brasil admite oficialmente que existe “preconceito” no país.

Em 1989 é sancionada a Lei Caó, que “define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor”³⁸, o nome é dado em homenagem a seu autor Carlos Alberto de Oliveira, que com o apoio da então deputada federal Benedita da Silva conseguem a aprovação da lei não sem muita briga como diz Benedita: “Foi uma batalha, eu e Caó trabalhamos muito para passar essa lei. A principal argumentação dos deputados contrários é de que não tem racismo no Brasil, e que nós queríamos imitar os Estados Unidos. Infelizmente, essa visão ainda persiste. A figura do Caó era de muito prestígio, e dava credibilidade para essa articulação”³⁹.

Abdias ao criar o TEN sabia que abalaria e denunciaria a estrutura racista do Brasil, o que levou, no ano de 1966, o Ministério das Relações Exteriores a impedi-los de se apresentar no 1º Festival de Arte Negra no Senegal, com a alegação de que não eram representativos da cultura brasileira, não sendo essa a única vez que o mesmo fato aconteceu, mas o TEN continuou sendo fiel a seus propósitos de denunciar o racismo.

Fiel à sua orientação pragmática e dinâmica, o TEN evitou sempre adquirir a forma anquilosada e imobilista de uma instituição acadêmica. A estabilidade burocrática não constituía o seu alvo. O TEN atuou sem descanso como um fermento provocativo, uma aventura da experimentação criativa, propondo caminhos inéditos ao futuro do negro, ao desenvolvimento da cultura brasileira. Para atingir esses objetivos, o TEN se desdobrava em várias frentes: tanto denunciava as formas de racismo sutis e ostensivas, como resistia à opressão cultural da branquidão; procurou instalar mecanismos de apoio psicológico para que o negro pudesse dar um salto qualitativo para além do complexo de inferioridade a que o submetia o complexo de superioridade da sociedade que o condicionava. Foi assim que o TEN instaurou o processo de revisão de conceitos e atitudes visando à libertação espiritual e social da comunidade afro-brasileira. Processo que está na sua etapa inicial, convocando a conjugação do esforço coletivo da presente e das futuras gerações afro-brasileiras. (NASCIMENTO, 2004, p. 223)

A CULTNE também tem um documentário sobre o Teatro Experimental do Negro, com o título Black Experimental Theater - Teatro Experimental do Negro - Abdias Nascimento⁴⁰. Outro documentário foi produzido pelo Itaú Cultural em 2016 chamado O Teatro Experimental do Negro – Ocupação Abdias Nascimento, apresenta entrevistas com participantes do TEN⁴¹.

³⁸http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7716.htm

³⁹ Entrevista: *Lei Caó, a mais importante no combate ao racismo, compelta 30 anos*. Carta Capital 06/01/2019 disponível no site: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/lei-cao-a-mais-importante-no-combate-ao-racismo-completa-30-anos/>

⁴⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=6Vv2wkQBQs>

⁴¹ <https://www.youtube.com/watch?v=Fj9CI0oCUoA>

Fonte: <http://jornalquilombo.blogspot.com/>

Figura 13 - Peça O Filho Pródigo, Teatro Ginástico, RJ, 1947



Elenco da peça O filho pródigo, de Lúcio Cardoso. Teatro Ginástico (RJ). 1947.

Fonte: <http://rapefilosofia.blogspot.com/2017/08/cultne-doc-teatro-experimental-do-negro.html>

O Teatro Experimental do Negro inspirou outros grupos a se reunirem pelo Brasil, com montagem de espetáculos protagonizados por negras e negros. Vejo ainda como um legado do TEN o Centro de Documentação de Artistas Negros (CIDAN) fundado em 1984, por Zezé Motta, militante do Movimento Negro Unificado que, ao questionar a falta de atrizes e atores negros nos meios de comunicação recebia a resposta de que não havia artistas, o CIDAN passou a fazer um cadastro desses profissionais mostrando que o motivo era o racismo e não a falta de profissionais qualificados. Trago um trecho de uma fala da Zezé Motta muito emocionante, pois fala da importância de união, agradecimento, de responsabilidade:

Uma guru no caminho

Eu tive a felicidade de um dia abrir o jornal, eu falei: ‘gente eu agora tenho uma grande responsabilidade, todo mundo me perguntando sobre isso, uma negra que protagonizou um filme, qual vai ser o próximo passo?’ Aí eu abri o jornal e vi um curso de cultura negra no Parque Lage, que sorte, com a saudosa antropóloga Lélia Gonzalez, que passou a ser minha guru pro resto da vida. Ao inaugurar, ela falou: “Não tem mais tempo para lamúrias, vamos arregaçar as mangas e virar esse jogo”. Isso aí foi fundamental pra que eu percebesse que estava na hora de fazer algumas coisa. Foi aí que surgiu o Cidan – Centro de informação e documentação do artista negro, cujo propósito é conquistar mais espaço para o negro na mídia. Nesses encontros também eu tenho observado, tenho ficado muito feliz, porque logo no início do movimento negro a gente não tinha onde se reunir, o professor Cândido Mendes sempre apoiou os movimentos e sempre nos cedeu espaço para nossas reuniões, nossos congressos, nas faculdades dele. Eu me lembro que no primeiro encontro na faculdade Candido Mendes de Ipanema, ele fez a abertura dizendo ‘a questão do negro não podia ser só uma preocupação do negro, mas de todo brasileiro

consciente de que racismo é uma coisa monstruosa'. (FERREIRA, 2017)

Zezé Motta, como outros artistas, acha que já melhorou um pouco a participação de negras e negros na mídia, mas que ainda não é o bastante, por isso ainda é preciso reivindicar representatividade em todos os meios de comunicação. Enquanto escrevo essa dissertação Ruth de Souza, que fez parte do TEN, estreando no Teatro Municipal do Rio de Janeiro vira ancestral, seremos gratas e gratos por Ruth ter acreditado ser possível para uma mulher negra abrir caminhos para outras atrizes e outros atores pudessem se inspirar nela, a primeira atriz brasileira a receber um prêmio internacional. Que sua história seja eternamente preservada por nós que buscamos através de uma educação em que as histórias de vitórias de negras e negros possam ser cada vez mais contadas.

3.5 Movimento Negro Unificado

Carinhosamente falo do Movimento Negro Unificado, mais conhecido como MNU, pois conheço algumas pessoas que fizeram parte da inauguração desse movimento e hoje mesmo não fazendo mais parte da atual formação do MNU sempre trazem um carinho especial por esse momento histórico do Movimento Negro no Brasil, ter a oportunidade de conviver com essas pessoas faz de mim o que sou hoje como militante. O MNU teve um papel importante na “formação de uma geração de intelectuais negros que se tornaram referências acadêmicas na pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil”. (GOMES, 2017, p.33)

O Movimento Negro Unificado foi fundado no dia 18 de junho de 1978, e lançado no dia 07 de julho do mesmo ano, a princípio com o nome de Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). O lançamento público foi em uma manifestação que contou com a participação de mais de duas mil pessoas, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, isso em pleno regime militar. Surge do encontro de pessoas de diversas entidades negras que estavam indignadas com a discriminação racial que quatro meninos negros haviam sofrido ao serem impedidos de entrar no time infantil de vôlei do Clube de Regatas Tietê e com a prisão, tortura e morte de Robson Silveira da Luz, de 22 anos, acusado de roubar frutas numa feira, por policiais do 44º Distrito Policial de Guainases. Mesmo sendo fatos vividos cotidianamente pela comunidade negra, esses casos foram o estopim para unificação das forças do Movimento Negro.

Diversos vídeos mostram membros do MNU contando a história de sua fundação e do que mobilizou a criação do movimento, na nota de rodapé constará alguns deles, graças a

jornalistas, fotógrafos e cineastas negras e negros parte da história do negro no Brasil tem sido preservada em imagens.⁴² Sempre que me vem a memória as pessoas que fizeram ou ainda fazem parte do MNU, penso que se eles conseguiram fazer tudo isso num momento tão difícil da história que foi a ditadura civil - militar, é preciso reverenciar essas pessoas nesse momento e não dar nenhum passo atrás!

Figura 14 - Caminhada em São Paulo, 1978.



Fonte: foto de Jesus Carlos.

Figura 15 - Escadaria do Teatro Municipal de São Paulo, 1978



Fonte: Foto de Jesus Carlos.

Figura 16 - Ação do MNU “Zumbi está vivo” na Cinelândia RJ em 1983

⁴² MNU e Geledés contra o racismo - Debate Cedem/Unesp: 01/08/18



Fonte: foto de Januário Garcia.

Figura 17 - Lélia Gonzalez MNU, ato Rio de Janeiro



Fonte: foto de Januário Garcia.

Os membros do MNU tiveram participação em diversos atos que denunciavam a situação do negro no Brasil pós abolição, como a Marcha Contra o Racismo de 1988 (marcha essa que denunciou os 100 anos da farsa da abolição). A marcha realizada no Rio de Janeiro foi interrompida pelo exército fortemente armado que não permitiu a multidão caminhar, uma das palavras de ordem era: - Nós vamos marchar até onde o racismo deixar. Logo pela manhã o exército já ocupava o Centro da cidade no Rio de Janeiro, destruindo palanques, prendendo pessoas que chegavam para a marcha, destruindo faixas, cartazes, alegavam que o objetivo da marcha era um ataque à estátua de Duque de Caxias⁴³ que fica na Central do Brasil (RJ).

⁴³ Para conhecer a história do genocida que foi intitulado Duque, indico os quadrinhos de Alê Santos: <https://twitter.com/savagefiction/status/1049857893921636352>

Segundo informações e histórias contadas por militantes que estiveram presentes, o exército teria se infiltrado na organização da marcha e, sabendo da força do movimento e da quantidade de pessoas mobilizadas, a decisão foi não deixar a marcha acontecer. Foi realizado um documentário sobre a marcha no qual podemos ver e ouvir diversos militantes que estavam presentes em 1988, CULTNE DOC – Marcha de 88 – Reflexão 125 anos⁴⁴. Um momento inesquecível desse documentário é a fala de Lélia Gonzalez e as imagens de grandes lideranças negras que hoje são ancestrais⁴⁵.

Figura 18. Exército de prontidão para impedir a Marcha contra a farsa da abolição - 11 de Maio de 1988



Fonte: Januário Garcia.

Figura 19 - Marcha contra a farsa da abolição - 11 de Maio de 1988



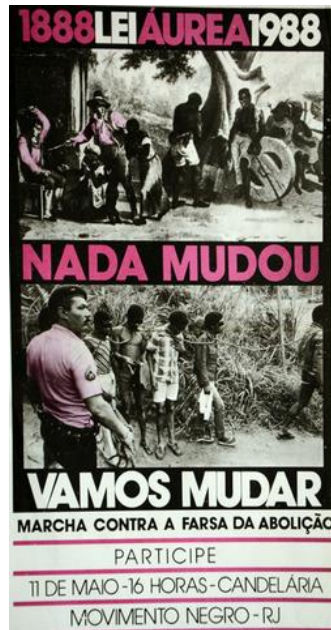
Fonte: Januário Garcia.

Figura 20 - Panfleto de convocação para a Marcha de 1988.

⁴⁴ CULTNE DOC - Marcha de 88 - Reflexão 125 anos.

O acervo Cultne apresenta o vídeo Marcha do Movimento Negro 1988 produzido pela Enugbarijô Comunicações de Ras Adauto e VikBirkbeck e re-editado em 2013 por Filó Filho para o Acervo Cultne para que todos possam refletir sobre as desigualdades sofridas pela raça negra brasileira a partir dos anos 80, quando foram registrados os primeiros vídeos deste acervo. <https://www.youtube.com/watch?v=gbbm0MeNxxk4>

⁴⁵ CULTNE DOC - Lélia Gonzalez - 20 de Novembro de 1988
<https://www.youtube.com/watch?v=BFnvKcsLqJI>



Fonte: <http://iereferreira.blogspot.com/2013/04/>

Figura 21 - Jornal da época.



Fonte: <https://irohin.org.br/>

Outra grande marcha do movimento negro foi a Marcha Zumbi dos Palmares, ocorrida no dia 20 novembro de 1995, em Brasília, com a participação de 30 mil pessoas de diversos estados, marcha que relembrou 300 anos de morte de Zumbi dos Palmares. O presidente na época, Fernando Henrique Cardoso, recebeu membros do Movimento Negro e assinou um decreto que instituiu um grupo interministerial de trabalho para discutir políticas públicas para valorização da população negra, uma reivindicação da militância negra. A organização da marcha produziu um documentário com momentos marcantes desse dia histórico⁴⁶

Figura 22 - Marcha Zumbi dos Palmares Brasília-DF, 20 nov. 1995

⁴⁶https://www.youtube.com/watch?time_continue=1&v=K8IPjx_Z_wQ Documentário de valor histórico inestimável produzido pela Organização da Marcha Zumbi dos Palmares - 1995 realizada em Brasília em alusão aos 300 anos da morte de Zumbi. Momento de articulação política ímpar do Movimento Negro. Os resultados desta ação continuam repercutindo na formulação de políticas públicas no Brasil.



Fonte: Foto de Fernando Cruz.

Em 2005 foi reeditada a Marcha com o nome Marcha Zumbi + 10, fazendo uma avaliação do que foi implementado em termos de política racial, reivindicando reparação, titulação das terras quilombolas, denunciando a intolerância religiosa, o genocídio do povo negro (com cruzeiros fincados em frente ao Congresso Nacional), exigindo a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e Cotas nas Universidades. Os militantes foram recebidos por ministros e pelo presidente Lula.

3.6 Movimento Negro na Ditadura Civil-Militar⁴⁷

Em tempos como atual, que o governo federal volta a comemorar o golpe de 1964, a defensoria pública da União intervém e é ignorada pela Advocacia Geral da União⁴⁸ que cassou a liminar que proibia a comemoração. O presidente da república comemorou o golpe sem apoio da maioria da população.⁴⁹ Em novo ato arbitrário, o presidente mudou os integrantes da CEMDP (Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos), tal ato ocorre uma semana após essa comissão reconhecer que a morte de Fernando Santa Cruz, pai de Felipe Santa Cruz, atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, ocorreu "em razão de morte não natural, violenta, causada pelo Estado Brasileiro". O presidente responde a

⁴⁷ “Os defensores da expressão “Ditadura Civil-Militar” vêm-na como necessária para explicar adequadamente o conteúdo do regime vivido no Brasil entre 1964 e 1985, que resultou de um conluio do exército com setores empresariais civis. Assim, no entender dessa corrente, falar somente em Ditadura Militar seria deixar de reconhecer o papel ativo de segmentos da burguesia no regime ditatorial, “livrar a cara” da ala civil da contra-revolução que ensanguentou, oprimiu e humilhou o país por duas décadas” <https://www.brasildefato.com.br/node/10300/>

⁴⁸ https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/30/politica/1553963400_195148.html

⁴⁹ https://www.huffpostbrasil.com/entry/57-despreza-comemoracao-de-golpe-64_br_5ca889aee4b0a00f6d402f5f

imprensa que mudou a comissão pois “ele é o presidente e é de direita”, tal ato mostra mais uma vez que o atual governo não permitirá que muitas famílias que aguardam um documento de reconhecimento de tortura e morte de familiares pelo Estado, para dar seguimento a questões legais, ficarão mais uma vez encobertas pelo próprio Estado.

O que ainda não é falado e agora ficará mais ainda difícil de revelar é o fato de que muitas pessoas, se não a maioria, torturadas, presas, assassinadas, desaparecidas eram pessoas negras. Por isso é importante fazer um breve comentário sobre o MN em períodos de ditadura civil-militar, algo mais que necessário.⁵⁰ Se hoje sabemos que a maioria das pessoas encarceradas são negras, será que na época da ditadura civil-militar era diferente? Então quem eram os presos considerados políticos? E quem a mídia vincula como presos políticos naquele período? Nos grupos de apoio a familiares que tiveram parentes desaparecidos, quantas famílias negras recebem esse apoio jurídico e psicológico?

Já foi dito que movimentos como a FNB o TEN perderam sua força durante as ditaduras, mas foi também durante o período da ditadura que surgiu com toda força o MNU, foi uma forma de unificar a luta e fortalecer o movimento, pois grupos isolados eram mais fáceis de serem atingidos. Nas décadas de 60, 70 houve influência da luta dos negros nos Estados Unidos e o movimento “Black is Beautiful”, que chegou ao Brasil trazendo uma valorização da estética negra. Com o movimento “Black Power” o governo passou a observar que a questão ia para além da estética, existia um movimento crescente, que precisava ser acompanhado e “pessoas” foram infiltradas no MN. Ao mesmo tempo se intensificava no país por parte do governo a ideologia da “democracia racial” como forma de deslegitimar o MN, era dito que: existiam movimentos que estavam espalhando um discurso que o Brasil era um país racista.

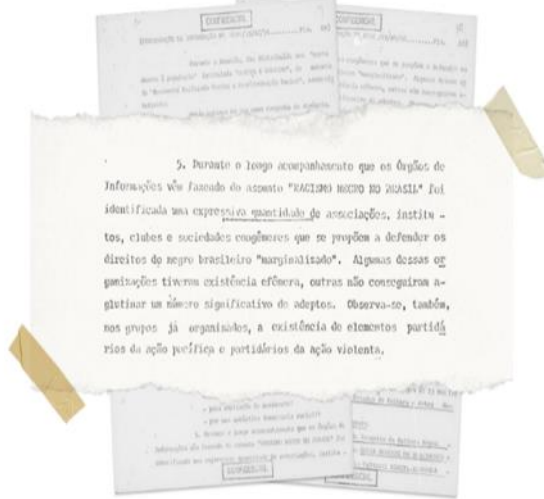
a ditadura militar brasileira retomou a ideologia da “democracia racial” como um de seus eixos de integração nacional autoritária. Para a ditadura e seus ideólogos, a racialização das desigualdades no Brasil e as pautas do movimento negro eram antipatrióticas, imitação superficial e descontextualizada do movimento negro estadunidense. Afirmava-se que aqui não existia racismo. Portanto, o surgimento de uma “consciência negra”, expressa num grupo de origem marxista, que não media as palavras para denunciar o racismo explícito e oculto da sociedade brasileira, era um duplo desafio para a ditadura antirracista e anticomunista. (MEMÓRIAS DA

⁵⁰ “O presidente Jair Bolsonaro sinalizou oficialmente que as Forças Armadas poderão comemorar o golpe de 31 de março de 1964, que instaurou uma ditadura militar no país, deixando centenas de mortos e desaparecidos, e cuja repressão lançou mão de artifícios como estupros e tortura. O anúncio, feito pelo porta-voz do Governo, Otávio Rêgo Barros, na noite de segunda, escancarou os fantasmas que o Brasil carrega e não consegue superar apesar de todas as tentativas de se pacificar com o passado. “O nosso presidente já determinou ao Ministério da Defesa que faça as comemorações devidas com relação a 31 de março de 1964”, afirmou Barros. A então presidenta Dilma Rousseff, ela própria vítima das torturas da ditadura, havia suspenso em 2011 qualquer celebração da data”. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/26/politica/1553609505_570456.html

DITADURA, s.d.)

Abaixo um documento que prova que havia pessoas infiltradas nas entidades do Movimento Negro.

Figura 23 - Documento⁵¹.



Fonte: MADEIRO, 2019

O número de pessoas negras mortas e desaparecidas é difícil de ser calculado, mas já era um entendimento do Movimento Negro que como era comum a prisão de pessoas negras, não era levado em consideração pelos movimentos de resistência ao golpe o fato de que pessoas negras que eram encarceradas naquele período fossem presos considerados “presos políticos”, sendo considerados “marginais”, diante disso o MNU reivindicava que todos os negros presos fossem considerados presos políticos.

Existe um relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo com uma lista de 41 nomes de lideranças negras mortas e desaparecidas e onde é possível ter acesso a uma ampla pesquisa sobre o Movimento Negro na época da ditadura civil-militar. O artigo abre com a seguinte frase: *“Negro tem que ir pro pau” dita pelo Delegado de Polícia da 44ª DP, Dr. Luiz Alberto Abdala, em abril de 1978, frase dita na ocasião da prisão de Robson Silveira Luz⁵². Sinto-me no dever de colocar esses nomes aqui, agora mais ainda diante do risco de serem mais uma vez invisibilizados pelo Estado.*

1. Abílio Clemente Filho, estudante paulista, desaparecido desde 1971;
2. Alceri Maria Gomes da Silva, gaúcha de Cachoeira do Sul, e militante da VPR

⁵¹ Durante o longo acompanhamento que os órgãos de Informações vêm fazendo do assunto “RACISMO NEGRO NO BRASIL” foi identificada uma expressiva quantidade de associações, institutos, clubes e sociedades congêneres que propõem a defender os direitos do negro brasileiro “marginalizado”. Algumas dessas organizações tiveram existência efêmera, outras não conseguiram aglutinar um número significativo de adeptos. Observa-se, também, nos grupos já organizados, a existência de elementos partidários da ação pacífica e partidários da ação violenta. (transcrição do documento pois a gravura não ficou nítida).

⁵²<http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap1.html>

- (Vanguarda Popular Revolucionária), morta no ano de 1970 em São Paulo;
3. Amaro Félix Pereira, camponês desaparecido em Pernambuco desde 1972;
 4. Antônio de Pádua Costa, conhecido como Piauí, desaparecido desde 1974 na Guerrilha do Araguaia;
 5. Benedito Gonçalves, metalúrgico, morto em Minas Gerais, no ano de 1979;
 6. Carlos Marighella, dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN), morto em novembro de 1969, baiano de Salvador, era filho de um imigrante italiano e de uma negra;
 7. Dermeval da Silva Pereira, conhecido como João Araguaia, desaparecido desde 1974 na Guerrilha do Araguaia;
 8. Dilermano Mello do Nascimento, morto em 1964 no Rio de Janeiro;
 9. Dinalva Oliveira Teixeira, conhecida como Dina, desaparecida desde 1974 na Guerrilha do Araguaia;
 10. Edmur Péricles Camargo, conhecido como Gauchão, desaparecido desde o ano de 1973;
 11. Edson Neves Quaresma, morto no ano de 1970 em São Paulo;
 12. Evaldo Luiz Ferreira de Souza, morto no ano 1973, em Pernambuco;
 13. Francisco Manoel Chaves, desaparecido desde 1972, na Guerrilha do Araguaia;
 14. Geraldo Bernardo da Silva, operário, morto no ano de 1969, no Rio de Janeiro;
 15. Gerson Theodoro de Oliveira, morto em 1971, no Rio de Janeiro;
 16. Hamilton Fernando da Cunha, operário, conhecido como Escoteiro, morto no ano de 1969, em São Paulo;
 17. Helenira Rezende de Souza Nazareth, conhecida como Preta (ou Fátima), desaparecida no ano de 1972, na Guerrilha do Araguaia; sobre ela, a CEV "Rubens Paiva" produziu uma videobiografia em que a militante é interpretada pela atriz Edi Cardoso;
 18. Idalísio Soares Aranha Filho, conhecido como Aparício, desaparecido desde 1972 na Guerrilha do Araguaia;
 19. Ieda Santos Delgado, desaparecida desde o ano de 1974, em São Paulo;
 20. Itair José Veloso, operário desaparecido desde 1975 no Rio de Janeiro;
 21. João Alfredo Dias, conhecido como Nego Fubá, camponês desaparecido desde 1964, na Paraíba;
 22. Joel Vasconcelos Santos, desaparecido desde 1971 no Rio de Janeiro;
 23. Jorge Aprígio de Paula, operário morto em 1968 no Rio de Janeiro;
 24. José de Souza, operário, morto no ano de 1964 no Rio de Janeiro;
 25. José Milton Barbosa, morto em 1971 em São Paulo;
 26. José Montenegro de Lima, conhecido como Magrão, desaparecido desde 1975 em São Paulo;
 27. Lúcia Maria de Souza, conhecida como Sônia, desaparecida desde o ano de 1973, na Guerrilha do Araguaia;
 28. Luiz José da Cunha, conhecido como "Crioulo", comandante da ALN, 33 anos após ser morto pelos órgãos de repressão em 1973, sua ossada foi exumada do cemitério Dom Bosco, em Perus. Seu atestado de óbito dizia ter cor branca, o que foi posteriormente corrigido, após alerta feito ao Ministério Público Federal, responsável pela identificação. Em 2006 foi sepultado no Cemitério Parque das Flores, em Recife;
 29. Manoel Aleixo da Silva, camponês, conhecido como Ventania, morto no ano de 1973 em Pernambuco;
 30. Manuel Alves de Oliveira, morto no ano de 1964, no Rio de Janeiro;
 31. Marco Antônio da Silva Lima, liderança da Associação dos Marinheiros morto no ano de 1970 no Rio de Janeiro;
 32. Marcos Nonato da Fonseca, morto no ano de 1972, em São Paulo;
 33. Mariano Joaquim da Silva, camponês desaparecido desde 1971 no Rio de Janeiro;
 34. Newton Eduardo de Oliveira, operário morto no ano de 1964, no Rio de Janeiro;
 35. Odijas Carvalho de Souza, morto no ano de 1971, em Pernambuco; Onofre Pinto, desaparecido desde 1974, no Paraná;
 36. Osvaldo Orlando da Costa, conhecido como "Osvaldão", guerrilheiro no Araguaia, morto em 1974;
 37. Pedro Domiense de Oliveira, morto na Bahia em 1964;

- 38. Raimundo Eduardo da Silva, operário, morto no ano de 1971 em São Paulo;
- 39. Rosalindo Souza, conhecido como Mundico, desaparecido em 1973 na Guerrilha do Araguaia;
- 40. Santos Dias da Silva, operário, morto no ano de 1979 em São Paulo;
- 41. Wilson Souza Pinheiro, camponês morto em 1980 no Acre.

A participação negra foi muito intensa durante a ditadura e totalmente apagada e esse apagamento legitimado por outros movimentos da época e atuais, como se toda resistência à ditadura viesse de uma classe de intelectuais e artistas brancos. Entre os artistas se apaga a existência de festivais, músicas e diversas outras formas culturais negras que denunciavam as arbitrariedades durante o período das ditaduras.

3.7 Instituto de Pesquisa das Culturas Negras

Por um longo tempo o MN acreditou que ao ascender socialmente o negro poderia conquistar lugares onde o racismo não o atingiria, entendendo também que a educação dada nas instituições de ensino era uma forma de igualar o negro socialmente, mas isso não acontecia, pois negros eram a minoria nas universidades ou objeto de estudos, como chamou Guerreiro Ramos “Negro Tema”.

Em todos os níveis de escolaridade o negro ainda era visto como escravo, subalterno, não tendo sua história de contribuição para a construção do país contada. Por isso era importante mudar a estratégia, era preciso ter mais negras e negros na academia e também que os estudantes aprendessem já no ensino fundamental a história da África, dos africanos e dos afrodescendentes. Daí a importância de que esse era o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), fundado em 08 de junho de 1975, “tem como objetivo principal estudar, pesquisar, denunciar e combater o racismo e todo e qualquer tipo de discriminação racial” (IPCN, s.d.). Naquele casarão se reuniam pessoas de diversas entidades, se aquilombando no período da ditadura civil-militar, resistindo.

Hoje a sede ainda é usada pelo movimento negro como forma de manter aquele espaço aberto, mostrando o quanto ainda é importante, não permitindo assim que o casarão que já se encontra em um estado bem deteriorado acabe de vez. Dentre encontros ocorridos nesse casarão Neusa Santos Souza apresentou sua dissertação de mestrado e foi acolhida. No evento realizado na UFF no final de 2018 sobre Neusa, tivemos a honra de ouvir pessoas que estiveram com ela no IPCN, leram em primeira mão sua dissertação, ajudaram na venda do livro que mudaria a vida de muitas dessas pessoas.

Sem me arrisca a fazer estatísticas, posso dizer que um grande número de negras e negros que ocuparam ou ocupam postos de decisões no Rio e no País, tiveram seu

“nascido negro” no ou via IPCN.. Ou foram incentivados e apoiados por este instituto (nome possível durante a ditadura)... A característica maior do IPCN, desde sua fundação, foi o de ser um espaço base de alavanca para tudo quanto fosse grupo do movimento negro que lá aparecesse... Em período de ouro, 1981 a 1988 (na minha opinião) a Cada foi um centro de debates: junto com os ilês/casas da Bahia; com a turma sempre bem organizada de São Paulo; com os super-criativos do Rio Grande do Sul; os que botaram os direitos humanos na frente do Pará; os mineiros que foram eleitos no triângulo dos latifundiários; os do Amazonas que nos mostraram que no Brasil havia (e continua havendo, Axé!) um povo das florestas; os grupos de homossexuais, que botaram à prova a homofobia dos homens negros. Era uma “salada geral”, cheia de confusão e mal-entendidos, fofocas, e uma criatividade da peste! Com reuniões que varavam a noite! E quem passasse por aquela rua escura da Avenida Mem de Sá (centro do Rio), pensaria que só tinham inimigos ali dentro. Engano! (ROMÃO, 2009)

E não deixou de ser assim em cada reunião que participo até os dias de hoje no casarão em um país que faz questão de deixar essa história se desgastar, esperando que ela se apague.

IPCN RESISTE!

Figura 24 - IPCN é marca na Av. Mem de Sá



Fonte: Adagoberto Arruda

Figura 25 - Fachada do IPCN



Fonte: <https://web.facebook.com/468397857028349/photos/a.470760190125449/475587822976019/?type=3&theater>

Figura 26 - Jornal IPCN



Fonte: Blog IPCN

Figura 27 - Reunião da diretoria do IPCN



Fonte: <http://www.projeto memoria.art.br/leliaGonzalez/vida/negritude-de-corpo-e-alma.jsp>

3.8 O Movimento Que Faz Movimento

Figura 28 - Beatriz Nascimento, Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez



Fonte: Blog de Alex Ratts

O Movimento Negro brasileiro é visto como um importante movimento social, sem o qual os avanços nas questões raciais não existiriam, um movimento que educa a sociedade. E o que ele restitui à psicologia?

Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento. (GOMES, 2017 p. 16-17)

Ao questionar o conceito biológico de raça e redefinir esse conceito como construção social, o MN traz uma nova perspectiva sobre o racismo como elemento estruturante da sociedade. E com isso denuncia o mito da democracia racial no Brasil. Ao mesmo tempo ressignifica o conceito negro como positivo, incentivando que os afrodescendentes assumam cada vez mais sua cor.

A MN também foi extremamente atuante nas decisões de políticas educacionais que tratavam da entrada do negro na escola pública, desde 1961 na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação. “Após a instauração da ditadura civil-militar em 1964 e promulgação da LDB da época (lei5.692/71), a questão racial perdeu lugar nos princípios que regiam a educação nacional. Sua centralidade só foi retomada na nova LDB (Lei 9.394/96) com inclusão dos artigos 26-A e 79-B pela lei 10.639/03”. (GOMES, 2017, p. 32)

É possível dizer que até a década de 1980 a luta do Movimento Negro, no que se refere à educação, possuía um discurso universalista. Porém, à medida que este movimento foi constatando que as políticas públicas de educação, de caráter universal, ao serem implementadas, não atendiam à grande massa da população negra, o discurso e suas reivindicações começaram a mudar. Foi nesse momento que as ações afirmativas, que já não eram uma discussão estranha no interior da militância, emergiram como uma possibilidade e passaram a ser uma demanda real e radical, principalmente a sua modalidade de cotas. (GOMES, 2017, p.33)

O movimento social volta a discussão e enfrentamento em 2017 contra as alterações no Plano Nacional de Educação com retirada de termos racial, gênero, homofobia, orientação sexual dentre outro, por serem considerados pelo atual governo desnecessários, sendo usados termos como sexualidade, desigualdade, termos genéricos que não definem o tema que é que o combate a todas as formas de opressão sejam discutidas desde a educação básica. O que se esconde quando se usa o termo genérico “desigualdades”? O que se apaga quando não se nomeiam os processos relacionais, que marcam diferenças e produzem tais desigualdades? A primeira resposta que me vem é a invalidar lutas históricas, pactuar com centenas de vidas perdidas com o racismo, a homofobia, o machismo....

3.9 As Mulheres Negras em Movimento

Entre os espaços de reunião da militância negra estava a Universidade Candido Mendes, que abriu suas portas para encontros de estudantes negros, esses encontros passaram a ser feitos pela entrada maior de negros na universidade e a dificuldade de se colocarem no mercado de trabalho. As mulheres negras também começaram a fazer reuniões só de mulheres nesse espaço para discutir as questões raciais e o cotidiano das mulheres negras, duplamente marcado pelo racismo e pelo machismo. Mesmo antes da existência formalizada de um coletivo de mulheres negras elas se reuniam e pautavam também a diferença entre o feminismo negro e o feminismo ocidental, principalmente em relação ao homem negro que historicamente tem mais experiências em comum com as mulheres negras, do que com os homens brancos, sendo assim não teria como isso não ser evidenciado pelo feminismo negro, conforme pensou Lélia Gonzalez (2018).

Mesmo tendo suas reuniões separadas, as mulheres negras sempre estiveram nos encontros coletivos, participando ativamente ao lado dos homens negros na luta contra o racismo, esses encontros segundo Gonzalez (2008) eram chamadas de “grupão”: “onde expunham os resultados de sua discussão anterior a fim de que o conjunto também refletisse sobre a condição das mulheres negras”. (GONZALEZ, 2008, p.38)

Lélia nos traz a dificuldade de incluir as pautas das mulheres negras nas organizações mistas, como ela chamava, recebendo a incumbência por parte dos homens de tarefas ditas “femininas”:

muitas vezes tentavam nos excluir das decisões, delegando-nos tarefas mais “femininas”...o movimento negro não deixava (nem deixou) de reproduzir certas práticas originárias da ideologia dominante, sobretudo no que diz respeito ao sexismo... como nós mulheres e homens negros nos conhecemos muito bem, nossas relações, apesar de todos os “pegas”, desenvolvem-se num plano mais igualitário cujas raízes, como dissemos acima, provêm de um mesmo solo: experiência histórico-cultural comum....Vale notar que, em termos de MNU, por exemplo, nós mulheres e nossos companheiros homossexuais conquistamos o direito de discutir, em Congresso, nossas especificidades. E isso num momento em que as esquerdas titubeavam sobre “tais questões”, receosas de que “dividissem a luta do operariado”... A criação de espaços exclusivos para mulheres negras se dá também pelo fato dessas mulheres não encontrarem espaço no movimento feminista, a própria Lélia diz que quando estavam nesses espaços eram taxadas de não feministas por pautarem que para mulher negra não existe a possibilidade de falar em sexismo sem falar em racismo. Mulheres negras, domésticas não eram vistas dentro do movimento de mulheres capaz de assumir cargos sendo chamadas de “mulheres de base ou “populares”... por esses e outras é que se entende por que os grupos de mulheres negras se organizaram e se organizam no interior do movimento negro, e não no do movimento de mulheres”. (GONZALEZ, 2008, p.39-41)

Lélia e outras mulheres já abordavam dentro do Movimento Negro a intersecção do racismo e do sexismo pelos quais passavam as mulheres negras. Essas mulheres tiveram um papel vital ao levar a discussão racial para as favelas, e esse movimento levou as candidaturas de Benedita da Silva e Jurema Batista, mulheres negras e faveladas, nas houve uma grande mobilização e forte campanha por parte das mulheres. Infelizmente elas não foram eleitas na primeira candidatura, mas a persistência do movimento em ter representatividade na política levou não só à posterior eleição das duas mas vem mudando o quadro político brasileiro com o aumento nas eleições 2018 da representação de mulheres negras nas esferas estaduais e federais. O Rio de Janeiro elegeu quatro mulheres negras: Talíria Petrone, deputada federal, e Renata Souza, Mônica Francisco e Dani Monteiro, deputadas estaduais. Em Minas Gerais, Áurea Carolina teve a quinta maior votação e foi eleita deputada federal pelo estado. A Bahia elegeu a sua primeira deputada estadual negra a professora Olívia Santana. Em Pernambuco, a chapa coletiva Juntas conseguiu eleger para a assembleia legislativa do estado cinco mulheres. Dentre elas, está Robeyoncé Lima, mulher negra, transexual e a primeira advogada a ter o direito de usar o nome social na OAB. No estado de São Paulo, Érica Malunguinho da Silva, foi eleita deputada estadual, ela é a primeira mulher trans a conquistar uma vaga na Assembleia Legislativa paulista. Negra e nordestina, nascida em Pernambuco, Erika Hilton, vai acompanhar Malunguinho nos próximos quatro anos na Alesp. Mulher trans e negra, ela faz parte da Bancada Ativista, a eleição dela foi através de uma chapa coletiva e o mandato coletivo é liderado por outra mulher negra, Mônica Seixas, jornalista e ativista ambiental. Ainda em São Paulo, Leci Brandão terá mais um mandato como deputada estadual. Benedita da Silva foi reeleita para o cargo de deputada federal.

São poucas, mas certamente são as sementes de Marielle Franco, eleita a quinta vereadora mais votada no município do Rio de Janeiro. Tentaram nos matar mas viramos sementes e nos espalhamos, o vento que soprou no dia do assassinato de Marielle levou as sementes que continuarão a germinar e dar frutos.⁵³

Rosalia Lemos em suas pesquisas apresenta vários momentos que foram muito importantes para o movimento de mulheres negras, dentre eles:

⁵³https://www.huffpostbrasil.com/2018/10/10/as-sementes-de-marielle-franco-quem-sao-as-mulheres-negras-eleitas-em-2018_a_23557207/

Quadro 1. Eventos importantes em nível regional e nacional no âmbito do movimento de mulheres negras

1950	Conselho Nacional de Mulheres Negras que foi a “primeira forma de organização autônoma de mulheres negra, originada no interior de uma instituição mista... foi um desdobramento do Departamento Feminino do Teatro Experimental do Negro, sob a direção de Maria Nascimento” (LEMOS, 1997, p.68)
1978	REUNIMA – Reunião de Mulheres Aqualtune
1983	Nzinga: Coletivo de Mulheres Negras/RJ – esse coletivo reunia mulheres pobres e de classe média, com “a participação de mulheres como Lélia Ganzales, Jurema Batista, Ivonete, Miramar Corrêa, Elizabeth Vieira, Ana Garcia e outras, o Nzinga alcançou uma grande expressão, atingindo, inclusive outras partes do país” (LEMOS, 1997, p.74)
1987	Fórum de Mulheres Negras/ RJ e I Encontro Estadual de Mulheres Negras/ RJ
1988	Encontro Nacional de Mulheres Negras – que ocorreu entre 02 a 04 de dezembro de 1988 em Valença- RJ
1991	Programa de Mulheres do CEAP (Centro de Apoio as Populações Marginalizadas) – Fórum Contra a Esterilização em Massa, liderado por Jurema Werneck II Encontro Nacional de Mulheres Negras
1992	I Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, realizado em San Domingo, na República Dominicana, com presença de representação de mulheres negras de 70 países, e se instituiu o 25 de julho como o Dia das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe” (LEMOS, 2016, p. 227)
2015	Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver ⁵⁴

Fonte: elaborado pela autora a partir de LEMOS (1997 e 2016)

Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver se caracterizou em um ponto focal para a organização de mulheres negras, para o resgate de grupos em inatividade, para o surgimento de novos coletivos feministas negros e, ainda contribuiu, para a difusão de conhecimentos sobre o tema”. (LEMOS, 2016, p. 144)

Figura 29 - Logo da Marcha das Mulheres Negras 2015



Fonte: <https://www.geledes.org.br/tag/marcha-das-mulheres-negras-2015/>

⁵⁴ Lindo ebook da marcha com diversas imagens se encontra no site: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf>

Em 2018 aconteceu o III Encontro Nacional de Mulheres Negras - Mulheres Negras 30 Anos: contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver – Mulheres Negras Movem o Brasil. Esse encontro foi marcado pelo sentimento da necessidade de união cada vez maior das mulheres negras principalmente após nesse mesmo ano no mês de março do assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco e depois das eleições para presidente, governadores, senadores e deputados. Uma fala muito esperada foi de Angela Davis que durante sua fala diz das semelhanças sobre o momento político no Brasil e nos EUA. Falou sobre o legado de Marielle na luta contra o racismo, misoginia, pobreza e homo e transfobia e sobre como as mulheres negras nos EUA também se manifestaram com a frase “Black lives matter”. E disse a frase que marcou o encontro “quando as mulheres negras se movem o mundo se move conosco”⁵⁵

Figura 30 - Conceição Evaristo, Angela Davis e Benedita da Silva no Encontro Nacional de Mulheres negras 30 anos



Fonte: twitter de @andreiadejesus

Figura 31 - Logo do Encontro Nacional de mulheres negras 30 anos



Fonte: https://web.facebook.com/mulheresnegras30anos/?_rdc=1&_rdr

⁵⁵<https://www.youtube.com/watch?v=oDeuWxDN2ZI>

Quando comecei a militância em espaços mistos ainda muito empolgada com tudo de novo que surgia diante de mim, não era uma questão o lugar que ocupava como mulher negra; eu queria militar, mudar o mundo, como nunca me senti ocupando espaço algum foi uma descoberta fantástica estar entre meus pares. Depois fui conhecendo outros grupos e percebendo a força de mulheres que já eram militantes há mais tempo que eu e o embate delas para se colocar, ter voz e vez, vi que era necessário muitas vezes falar mais alto que os homens, ouvi muitas vezes elas desabafando umas com as outras, por se sentirem usadas, diminuídas, que faziam tanta coisa e a visibilidade era dos homens, elas passaram a me alertar sobre minha participação em certos espaços para não deixar que tudo isso acontecesse comigo.

Foi quando participei dos encontros para construção da Marcha das Mulheres Negras que tive o primeiro contato com vários coletivos só de mulheres, homens não eram permitidos nas reuniões, ouvia de muitos homens o que as mulheres que citei nesse capítulo ouviram muitas vezes: - vocês estão dividindo o movimento. Mas quando fizemos a primeira marcha no Rio de Janeiro, a presença dos homens foi mínima, eles não prestigiaram uma marcha construída por mulheres, sendo que nós sempre bancamos decisões tiradas em espaços mistos como sendo nossas e participamos ativamente de decisões tiradas nesses coletivos, mesmo sendo colocadas em diversas reuniões no lugar de mediadoras de mesa, leia-se marcar tempo de fala dos palestrantes, ou fazer ata. Mas entendendo que a luta antirracismo era maior que isso, fomos para atos, marchas, enfrentamento, com nossos corpos expostos muitas vezes a ações violentas da polícia.

Passei a entender que na militância desempenhamos múltiplas jornadas, as quais são somadas às que já acumulamos em nossas rotinas, vamos para o embate fora de nossas casas sem muitas vezes termos espaços para deixar nossos filhos durante longas reuniões, chegando em casa é preciso dar conta de tudo que deixamos de fazer para estarmos presentes nos encontros.

O movimento negro avança na pauta da mulher negras em diversos setores, mas sabemos que esses avanços acontecem por nossa participação ativa. Mas tem algo que nos une nos encontros coletivos mistos, algo que fortalece, um sentimento de irmandade que só consigo entender que é pelo fato de sermos malungos.

4 “UMA CABEÇA NÃO FAZ UM CONSELHO, DUAS OU TRÊS CABEÇAS PENSAM MELHOR QUE UMA”⁵⁶.

Figura 32 - Adinkra



Fonte: <https://kamugere.files.wordpress.com/2011/06/introduc3a7ao-ao-estudos-das-civilizac3a7oes-africanas-reduzido.pdf>

A opção por escrever num estilo tradicional acadêmico pode levar ao isolamento. E mesmo que escrevamos pelas linhas do estilo acadêmico aceito, não há nenhuma garantia de que vão respeitar nosso trabalho. (bell hooks, 1995, p.472)

4.1 Cotas Raciais

No ano de 2001, em Durban – África do Sul, foi realizada a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, da qual o Brasil foi signatário. O documento final de Durban⁵⁷, no seu artigo 12, diz:

Reconhecemos que a escravidão e o tráfico escravo, incluindo o tráfico de escravos transatlântico, foram tragédias terríveis na história da humanidade, especialmente, pela negação da essência das vítimas; ainda reconhecemos que a escravidão e o tráfico escravo são crimes contra a humanidade e assim devem sempre ser considerados, especialmente o tráfico de escravos transatlântico, estando entre as maiores manifestações e fontes de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata; e que os Africanos e afrodescendentes, Asiáticos e povos de origem asiática, bem como os povos indígenas foram e continuam a ser vítimas destes atos e de suas consequências.

Vale lembrar que segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), os crimes contra a humanidade foram tipificados como imprescritíveis. Uma das medidas tomadas pelo Brasil, vale lembrar, graças à militância do movimento negro, foram as políticas de ações afirmativas que, segundo o Ministério da Justiça:

(...) são medidas especiais e temporárias, tomadas pelo estado e/ou pela iniciativa

⁵⁶Adinkra: “Tikoronnkoagyina.” Uma pessoa que discute uma questão consigo mesmo não pode ser considerada como tendo realizado uma reunião. Precisamos de um grupo de pessoas para realizar uma reunião.

⁵⁷Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. 31 de agosto à 8 de setembro. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf

privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, (...) [de garantir] a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. (Ministério da Justiça, 1996, GTI População Negra).

“O Movimento Negro, juntamente com aliados da luta anti-racial, defende o reconhecimento do direito à educação socialmente igualitária” (Gomes, 2013; *apud* Faria e Silva, 2016, p.35), tendo sido esta uma das pautas do movimento negro brasileiro nos encontros preparatórios para Durban e pós Durban. Como uma forma de ação afirmativa, foi instituída a lei 10.639, de 2003, que foi substituída pela Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008, que regulamenta a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em todos os níveis de ensino. A Resolução n. 1 do Conselho Nacional de Educação, de 17 de junho de 2004, cita explicitamente as Instituições de Ensino Superior e sua obrigação de ter em seus conteúdos disciplinas e/ou atividades curriculares temáticas, situações e demais elementos pedagógicos que permeiam a realidade da população negra brasileira.

Em 17 de Julho de 2004, foi regulamentado o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro brasileira e Africana. De acordo com o parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP), nº 03/2004:

as instituições de educação de nível superior devem elaborar uma pedagogia antirracista e anti discriminatória e construir estratégias educacionais orientadas pelo princípio de igualdade básica da pessoa humana como sujeito de direitos.

Esse plano vem sendo incorporado em algumas universidades, mas na maioria por projetos individuais de alguns professores, há poucas em cujos programas já consta a Educação das Relações Étnico-raciais como disciplina obrigatória, sendo ainda eletiva e sem uma transversalidade do tema com todas as demais disciplinas.

Em 29 de Agosto de 2012 foi implementada em âmbito nacional a lei 12.711, conhecida como a "lei de cotas". A lei “Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências”.⁵⁸

Mesmo após a lei, algumas universidades resistiram à implementação, levando alguns anos de discussões internas e atuação insistente de militantes. Após a implementação das cotas como ação afirmativa, a questão tem sido como prevenir as fraudes e fazer valer o direito ao acesso às cotas e condições de permanência nos cursos.

⁵⁸http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm

Em maio de 2006 foi redigido, publicado e encaminhado ao Congresso Nacional um manifesto contrário as cotas “Nos dirigimos ao congresso nacional, seus deputados e senadores, pedindo-lhes que recusem o PL 73/1999 (PL das Cotas) e o PL 3.198/2000 (PL do Estatuto da Igualdade Racial) em nome da República Democrática. Rio de Janeiro, 30 de maio de 2006”. Foi assinado por diversos intelectuais e personalidades que se posicionaram contrários a lei de cotas. Sabemos que o número de assinaturas não foi compatível com a quantidade de pessoas que são contra a lei de cotas, buscando todos os tipos de artificios para impedir a entrada de cotistas nas universidades.

No mesmo ano em julho foi redigido, publicado e encaminhado ao Congresso Nacional outro manifesto à favor da lei de cotas assinado por entidades do Movimento Negro, militantes e apoiadores. “Conclamamos, portanto, os nossos ilustres congressistas a que aprovem, com a máxima urgência, a Lei de Cotas (PL73/1999) e o Estatuto da Igualdade Racial (PL 3.198/2000). Brasília, 3 de julho de 2006”. O número de assinaturas foi enorme pessoas que historicamente lutam pela igualdade racial no Brasil. Devido aos textos serem extensos e a quantidade de assinaturas, no manifesto a favor mais de 300, preferi trazer dois links para consulta, entendo que vale a pena ver e guardar esses nomes.⁵⁹

4.2 Um Longo Caminho que se arrasta por 400 anos

Voltando à academia, portanto. Levei muito tempo para conseguir tentar me candidatar ao mestrado, entrei em 2017, com 50 anos, pois desde que terminei a graduação trabalhei e cuidei dos meus filhos. Nem sempre trabalhei como psicóloga, quando não encontrava emprego na área, trabalhava onde era possível. Tentei diversos concursos e nunca passei dentro das vagas, sempre me sentindo incapaz. Não imaginava chegar num local tão “intelectual” como o mestrado, sendo dona de casa e desempregada. Era algo que jamais pensei atingir e havia o medo de não escrever no estilo “acadêmico” e de não ser aceita ou compreendida.

O que me fez ter um pouco mais de segurança foi a militância, foi nesse lugar que comecei a fazer outros tipos de leituras, conheci produções feitas por negros e para negros, ouvi coisas novas a meu respeito e entendi que minhas questões não eram só minhas, que meus receios não eram só meus.

⁵⁹<https://www1.folha.uol.com.br/foha/educacao/ult305u18773.shtml>
https://www.nacaomestica.org/abaixo_assinado_contra_cotas.htm

Uma das psicólogas do Eixo Relações Raciais do CRP me apresentou uma professora de um programa de pós-graduação da UERJ⁶⁰, pois eu tinha uma ideia de projeto que era falar sobre a universalidade (branca) da Psicologia e invisibilidade das relações étnicos raciais na graduação em Psicologia, até aí pensando em algo só ligado à educação, às leis. Ela achou interessante e disse que estava aberta inscrição no programa, só que faltava uma semana para terminar o prazo, me incentivou muito dizendo que a academia precisava de pessoas como eu.

Conversei com a psicóloga que sempre me encorajou a fazer o mestrado e disse que não sabia se conseguiria, ela disse que sim e que iria me ajudar, foram dias e noites intensas, ela fazendo doutorado, mas tendo o carinho e a atenção como mulher preta em apoiar outra mulher preta: eu escrevia, ela lia e fazia os apontamentos. Foram vários dias durante madrugadas a gente lendo e relendo o pré-projeto. Durante a escrita e o compartilhamento fui ganhando mais confiança, percebendo a partir desse momento da escrita minha capacidade de desenvolver um projeto acadêmico:

Existe um momento de autonomia em relação aos outros seres humanos que não é, em princípio, um momento negativo. Devido a vicissitudes da história, esse momento, se for bem vivido, permite ao negro se redescobrir como fonte autônoma da criação, demonstrar que é humano, encontrar sentido e fundamento naquilo que é e naquilo que faz. (MBEMBE, 2018, p. 169-170)

Ao ver o edital do programa de Políticas Públicas e Formação Humana- PPFH/ UERJ, constava que seriam aceitas inscrições para cotas, a professora com quem conversei também me avisou e disse que seria importante olhar a documentação exigida. No edital o sistema de cotas constava da seguinte forma:

De acordo com a lei 6914/2014 e 6959/2015 foi instituído o sistema de cotas para ingresso nos cursos de pós-graduação para os carentes que atendam a algumas condições tais como: - Negros - Indígenas - Estudantes graduados em rede pública - Estudantes graduados em rede particular tendo sido financiado pelo FIES, PROUNI e outros - Pessoas com Deficiência - Filhos de policiais civis e militares, inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço. (Manual para o sistema de cotas)

No processo de inscrição, me enquadrando nos quesitos, pleiteei uma vaga como cotista. Nesse programa, a primeira seleção com cotas foi em 2016, portanto seria o segundo processo seletivo com vagas para cotistas.

Anexo ao edital de seleção vem um manual onde constam os documentos necessários para a avaliação de cotas com 20 páginas. 11 delas com os documentos e declarações necessárias para provar carência socioeconômica, que tem a seguinte definição “Carente = Aqueles que possuem renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio”. Para ser

⁶⁰Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

cotista, ser negra não era condição principal e sim provar a situação socioeconômica da família! “A lei expressa que a condição socioeconômica é fator principal”. O edital também diz que: A documentação será analisada por uma comissão do DEPG (Departamento de Fomento ao Ensino para Graduados), o programa de pós-graduação segue os mesmos critérios e é submetido à mesma divisão jurídica que responde pela graduação na seleção de alunos cotistas. Então os programas de pós-graduação da UERJ não interferem no processo de avaliação da documentação, sendo assim me pergunto: se houver autonomia dos programas, eles não podem criar formas para facilitar o acesso de cotistas? Ou acompanhar esse processo mais diretamente? Será que esses programas querem autonomia?

Refiro-me à autonomia já que os programas podem fomentar projetos de ações afirmativas com a intenção de preencher o total de vagas reservadas aos cotistas (30% das vagas). Se isso não ocorre, qual o motivo do desinteresse para que essas vagas sejam preenchidas? Lembrando que, se não preenchidas, automaticamente essas vagas vão para ampla concorrência, ou seja, para alunos que não têm perfil para concorrerem como cotistas, os mesmos alunos que sempre tiveram privilégios garantidos nas pós-graduações.

a análise socioeconômica dar-se-á através do confronto das informações prestadas no Formulário de Informações Socioeconômicas – FIS com a documentação encaminhada pelo candidato (inclusive a de sua família de origem), podendo ser utilizadas, também, entrevistas, visitas domiciliares e/ou outros instrumentos técnicos, visando confirmar a veracidade da condição de carência socioeconômica do candidato (Manual para o sistema de cotas da UERJ)

Com tão pouco tempo para escrever projeto, ver bibliografia, estudar e juntar documentos, mobilizei meus filhos. Enquanto a gente corria atrás dos documentos de dia, eu passava a noite e a madrugada escrevendo o projeto e estudando para a prova.

Os documentos parecem simples a princípio: O candidato deverá apresentar, para comprovação da condição de carência socioeconômica, documentação comprobatória de:

- A) IDENTIFICAÇÃO - Documentos de todos os moradores da residência maiores e menores de idade
- B) RENDA - Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; Todas as pessoas maiores de 18 anos deverão entregar o CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais, documento obtido junto a qualquer agência do INSS (a família precisou ir toda ao INSS enfrentar fila para adquirir o documento), dentre outros.
- C) COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA; (muitas pessoas carentes não têm como comprovar)

D) SITUAÇÃO DE MORADIA; (em algumas situações é humilhante dizer sua situação de moradia)

E) IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) (penso na necessidade desse item para pessoas carentes e moradores de favelas do Rio de Janeiro)

F) ENERGIA ELÉTRICA (para quem mora onde não tem energia elétrica devidamente oferecida como qualidade de vida, onde nem chega saneamento básico, torna-se outro item constrangedor, sim no Rio de Janeiro existem lugares ainda sem energia elétrica)

Se a pessoa que está pleiteando uma vaga como cotista não conseguir provar por documentos algum item, precisará ter uma declaração, que já vem anexada ao manual, assinada por duas testemunhas, com xerox da identidade e do CPF dessas testemunhas, é preciso se expor mais uma vez pois não tem como levantar todos os documentos. A listagem de documentos que descrevi acima corresponde apenas aos documentos básicos, dentro de cada um vem diversos subitens com outros documentos, principalmente para comprovar renda.

Fiz a inscrição e entreguei os documentos: projeto aprovado, aprovada na prova escrita, cotas indeferidas. Entrei com recurso, pois estava disposta a lutar por esse espaço politicamente conquistado pelo movimento negro.

Escrevi uma carta ao setor responsável pela avaliação dos documentos para cotas, juntei mais documentação e encaminhei. Fiz a entrevista, resultado final: aprovada. Depois do resultado final do programa, publicado no sítio eletrônico, a cota foi deferida pelo setor responsável.

Desde então ouvi diversas vezes que se eu já tinha sido aprovada, por que fiz questão das cotas? Como já disse: por um posicionamento político, por estar entrando num programa de políticas públicas e acreditar que as políticas não acontecem por si sós, sem a participação e luta popular. Nós somos os agentes e nós somos a resistência, se não houver cotistas preenchendo as vagas, sabemos que o programa de cotas tende a acabar e que essa é a intenção daqueles que sempre tiveram seus lugares garantidos nas pós-graduações. Se as 30% de vagas destinadas às cotas dentro das vagas oferecidas já não são preenchidas, imaginemos se não houvesse um posicionamento político dos que acreditam nas ações afirmativas como possibilidade de entrada na universidade, e da possibilidade de tantas pessoas que na história de suas famílias têm sido as primeiras a conseguir um diploma de nível superior, pois é “a senzala chegou à casa grande”, “os filhos das domésticas passaram a estudar na mesma universidade dos filhos dos patrões”, isso é só o início da compensação por todos os privilégios negados ao povo negro.

Em 2018 entrou mais uma aluna cotista no Programa, desta vez no doutorado, que passou exatamente pelo mesmo processo que eu, ela também entrou com recurso por acreditar na importância de ter cotistas nos programas de pós-graduação. Como diz Mbembe sobre a política da visceralidade:

Uma das formas de violência do capitalismo contemporâneo é brutalizar os nervos. E, em resposta, surgem novas formas de resistência ligadas à reabilitação de emoções e paixões que convergem em tudo ao que chamo de "política da visceralidade". (MBEMBE, 2016, tradução nossa)

Em 2019, no Congresso Internacional “Saúde mental da população negra e educação superior”, realizado no mês de julho, na cidade de Santo Antonio de Jesus – Bahia, apresentei um trabalho com o título “Ações afirmativas na pós-graduação: aqui chegamos e agora?”. Durante a apresentação, contei minha experiência como cotista em um programa de pós graduação, partindo de como se dá esse processo na UERJ, as pessoas que participavam diziam: “que teriam desistido”, “que o processo é feito para que as pessoas não tentem”. No grupo tinha estudantes e docentes de diversas universidades e a pergunta era como questionar o processo utilizado na UERJ para comprovar carência? A fala geral foi de que é um processo perverso e que é lamentável a comunidade acadêmica das pós-graduações compactuarem com isso.

Quanto ao sistema socioeconômico usado pela UERJ, tanto na graduação como na pós-graduação, Feres Jr.(2016) diz que esse modelo não garante a entrada de quem realmente é atingido pela desigualdade, dessa forma, o objetivo para o qual foram criadas as ações afirmativas perde o sentido, pois, com o critério socioeconômico, negras e negros ainda ficam de fora por diversas condições históricas.

Com a entrada de negras e negros na pós-graduação, aumentam também as pesquisas sobre a temática racial feita pelos negros e a falta de orientadores conhecedores do tema, o que leva a um conflito em relação principalmente a referenciais teóricos desconhecidos por grande parte dos docentes desses programas e a falta de sensibilidade ao tema, por isso é urgente que os programas tenham docentes capacitados para orientar esses discentes.

A produção acadêmica negra posicionada, ativista e engajada foi determinante para a implementação da reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras. Do mesmo modo, é conhecido que essa produção não é vivenciada sem tensão no meio acadêmico, pois a busca por legitimidade caminha lado a lado com o desejo de intervir. Isso quer dizer que, na maioria das vezes, nossas questões acadêmicas são, sobretudo, questões políticas. Por isso mesmo, há um discurso que desqualifica a produção acadêmica posicionada, adjetivando-a como militante, já que é interessada, e menos científica, porque desafia o mito da neutralidade axiológica. (FIGUEIREDO, 2016, p. 218-219)

Mesmo com toda prática de exclusão, tensão, militância, negras e negros que chegam à academia carregam sonhos coletivos. Ouvi de muitas mulheres negras: “você está nos representando lá”. Como diz o lema da Marcha das Mulheres Negras: **“uma sobe e puxa a outra”**.

Figura 33 - Angela Davis em sua conferência em Salvador - 2017



Fonte: <https://web.facebook.com/TheInterceptBR/photos/a.1769338316687542/1963905253897513/?type=1&theater>

Não, nós negras e negros não gostaríamos de precisar de cotas para garantir nossa entrada na universidade, nós gostaríamos de ter as mesmas condições que as pessoas brancas que sempre foram maioria nesses espaços têm, mas não somos todos iguais como diz a Constituição, ainda falta muito, seria preciso muito mais que 12% de vagas para que o povo que representa mais de 53% da população do Brasil tenha essa mesma representatividade nas universidades. E que não houvesse o impedimento aos corpos negros que buscam seguir a vida acadêmica.

não podemos fechar os olhos e acreditar que os opositores ao sistema de cotas somente se manifestam por meio da escrita; de modo contrário, acredito que a maioria deles expressa seu descontentamento através das práticas cotidianas de resistência à presença de alunas negras, através de atitudes que desqualificam, desestimulam e deslegitimam suas intervenções e escolhas de temas de pesquisa. (FIGUEIREDO, 2016, p. 222-223)

Entendo que para se dispor a buscar tantos documentos para provar carência a pessoa tem que ter a consciência do que é ação afirmativa, é politicamente querer buscar esse espaço, pois é uma exigência muito desgastante e desigual. Enquanto as pessoas que estão concorrendo na ampla concorrência só precisam estudar, quem está tentando garantir seu direito como cotista precisa se preocupar em provar que é carente. Basta pesquisar os cursos

oferecidos pela UERJ, olhar as páginas dos cursos e observar que em diversos processos seletivos não têm candidatos cotistas se candidatando e quando tem os pedidos são normalmente indeferidos por falta de algum documento. Poucos estudantes tentam recurso, e aqueles que entram não terão garantia de aprovação principalmente nos critérios mais subjetivos, como a entrevista.

Quanto à política de ações afirmativas nas pós-graduações, não encontrei uma pesquisa específica sobre a UERJ, o GEMMA (Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa) tem um infográfico sobre como tem se dado essa política em todo Brasil, basta acessar o link <http://gema.iesp.uerj.br/infografico/acoes-afirmativas-na-pos-graduacao/>. Ainda não conhecemos pesquisas específicas sobre a UERJ e as cotas em seus diversos programas de pós-graduação.

Ter um posicionamento político sobre ações afirmativas não diz respeito à questão partidária e sim a uma compensação histórica, assumida pelo Brasil em Durban. Por isso se reconhecer negra e negra/o é um processo político de identificação com nossa cultura, nossa ancestralidade e nossa espiritualidade, a esse respeito, o filósofo afro-americano, Molefi Kate Asante diz:

Ser africano é uma pessoa que participou dos quinhentos anos de resistência à dominação europeia. Por vezes pode ter participado sem saber o que fazia, mas é aí que entra a conscientização. Só quem é conscientemente africano – que valoriza a necessidade de resistir à aniquilação cultural, política e econômica – está corretamente na arena da afrocentricidade. Não significa que os outros não sejam africanos, apenas que não são afrocêntricos. (ASANTE, 2009, p.102).

Negras e negros precisam resistir diariamente às opressões do racismo, e as mulheres também do sexismo, porém é necessário que essa resistência se torne um ato político coletivo. Muitas vezes passamos por muitas experiências racistas de maneira solitária, sem às vezes nos darmos conta do que estamos vivenciando, não podemos esquecer que as subjetividades estão colonizadas, “a negação...é um mecanismo de defesa do ego” (KILOMBA, 2019, p. 236). Tanto que existem negras/os que se colocam contra as ações afirmativas por terem introjetado o “mito da meritocracia”, “se um conseguiu todos conseguem”, o que leva a adoecimento causado pelas diversas frustrações de se chegar a um lugar onde os corpos negros não são aceitos e são impedidos de entrar. Sendo esse um modus operandi da subordinação, adoecimento, cansaço, maior dificuldade de continuidade.

As pessoas se acostumam a qualquer coisa. Quanto menos você pensar sobre a sua opressão, mais sua tolerância a ela aumenta. Depois de um tempo, as pessoas apenas acham que a opressão é o estado normal das coisas. Mas para ser livre, você precisa

estar extremamente ciente da sua condição de escravo. (SHAKUR)⁶¹

A consciência de que existe uma dívida histórica para com os povos negros e indígenas por parte desses povos causa medo. O medo branco tem sido cada vez mais evidente no desmonte das políticas públicas alcançadas pelo Movimento Negro e Indígena.

“Queria simplesmente ser um homem entre outros homens... Queria ser homem, nada mais do que um homem” (Fanon, 2008, p.106), é tudo o que queremos, pois ser negra e negro é não ter um dia de descanso, não tem como ir a qualquer lugar e só ir, como numa loja, na universidade. O enfrentamento ao racismo é diário, “o racismo tende a banir da vida psíquica do negro todo prazer de pensar e todo pensamento de prazer”. (Souza, 1983, p.10).

Ao ampliar o entendimento sobre o racismo em suas várias formas de expressão (estrutural, institucional, religioso, interpessoal, entre outros), passamos a entender que o racismo não é individual, é direcionado para um povo, por isso o combate também não é individual.

Fica logo claro que queremos, nem mais nem menos, criar periódicos ilustrados destinados especialmente aos negros, canções para crianças negras, até mesmo livros de história, pelo menos até a conclusão dos estudos. Pois, até prova em contrário, estimamos que, se há traumatismo, ele se situa neste momento da vida. (FANON, 2008, p, 132)

É importante também falar em representatividade, durante a escrita dessa dissertação foi lançado o filme Pantera Negra, com um elenco majoritariamente negro, batendo recordes de bilheteria, agora teremos uma Pequena Sereia com uma atriz negra, o que já gerou grande polêmica nas redes sociais, com frases do tipo: “Não existe sereia negra”.

Ainda sobre representatividade, revendo uma fala da grande apresentadora e atriz Oprah Winfrey, numa premiação na qual ela foi a primeira mulher negra a ganhar esse prêmio, gostaria de destacar algumas partes:

Em 1964 eu era uma garotinha sentada no chão da casa da minha mãe em Milwaukee assistindo à Anne Bancroft apresentando o Oscar de melhor ator na 36ª edição do prêmio. Ela abriu o envelope e disse cinco palavras que literalmente fizeram história: ‘o vencedor é Sidney Poitier’. (...) Em 1982 Sidney recebeu o Prêmio Cecil B. DeMille aqui no Golden Globes. E não me foge o fato de que neste momento há algumas garotinhas assistindo enquanto eu me torno a primeira mulher negra a receber este mesmo prêmio. É uma honra e um privilégio compartilhar a noite com todas elas (...) então eu quero que todas as garotas assistindo a isso aqui e agora saibam que um novo dia está no horizonte! E quando este novo dia finalmente chegar, será por causa de diversas mulheres magníficas, muitas das quais estão bem aqui nesta sala hoje, e alguns homens fenomenais lutando bravamente para garantir que eles se tornem os líderes que nos levarão para um tempo quando ninguém mais

⁶¹Frase retirada da página: <https://web.facebook.com/assata.portugues/>

Importante militante do movimento Negro, no qual atuou ativamente entre os anos 60 e início dos 70, tendo participado do Partido dos Panteras Negras e do Exército de Libertação Negra, hoje exilada em Cuba, ela foi incluída pelos EUA na lista dos 10 terroristas mais procurados, tendo uma recompensa de 1 milhão de dólares por dicas que levem à sua prisão, que é maior que a soma de 9 dos 10 mais procurados nos Estados Unidos atualmente.

vai precisar dizer ‘eu também’⁶²

Representatividade importa, por isso devemos constantemente nos perguntar: – até quando parecerá normal, em qualquer curso ou programa em uma universidade, ter apenas professores brancos? Quantas/os professoras/res negras/os tivemos ou temos durante a graduação e na pós-graduação? E na graduação em Psicologia?

4.3 Corpo Cotista

Na maioria dos programas de pós-graduação não existia a garantia da permanência para alunos cotistas. Como primeira e única cotista do Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH), até 2018, decidi levar essa questão para a primeira reunião de colegiado, na qual fui informada que as cotas haviam sido implementadas no programa por causa da lei estadual, mas não tinha nenhum vínculo com bolsas, descobri então que ações afirmativas não era uma discussão praticada no programa de políticas públicas. Continuei levando a discussão entre discentes e docentes, contando com o apoio da minha orientadora. Os discentes entenderam a importância de pautar a discussão, alguns docentes também, para mim a questão não era só por mim. Como negra, meu pensamento é coletivo, tenho que pensar nos que virão depois de mim, outros fizeram isso antes de mim.

Nesse mesmo colegiado foi divulgada uma lista dos alunos contemplados com bolsas e eu fiquei de fora, minha orientadora disse não aceitar aquilo, outro professor se levantou dizendo que se o programa tem cotista tem que ter acesso e permanência e o programa teria que bancar isso. Eu, a cotista, estava sentada naquele colegiado, ouvindo brancos falarem sobre o assunto; assunto esse que nunca pararam para pensar antes de ter um corpo cotista no programa, discussões foram feitas e a proposta foi que fosse votado naquele momento que a aluna cotista fosse contemplada com uma bolsa, a maioria votou sim. Eu estava naquela sala numa mistura de angústia pela exposição e ao mesmo tempo entendendo que um caminho estava sendo aberto para os novos cotistas que virão. Logo após a votação, pedi licença para sair, pois eu tinha marcado numa das salas do programa uma atividade dos 21 dias de ativismo contra o racismo⁶³, esse evento foi realizado pela ANPSINEP com a parceria de alguns coletivos negros ligados à Psicologia, o tema foi: "Roda de conversa: (Des) Caminhos

⁶²<https://jovemnerd.com.br/nerdbunker/oprah-winfrey-faz-poderoso-discurso-sobre-mulheres-racismo-e-assedio-sexual/>

⁶³Movimento criado em 2017 por ativistas do movimento negro do Rio de Janeiro, tendo em vista que o dia 21 de março é considerado o DIA INTERNACIONAL DE ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL, por 21 dias no mês de março militantes se concentram em atividades pela luta antirracista.

da psicologia e da/o psicóloga/o em tempos de intervenção militar". Tivemos a presença de psicólogas/os negras/os e não negras/os e estudantes de diversas áreas. Minha orientadora estava presente e falou sobre a conquista da bolsa, fato comemorado pelos meus pares presentes, mas em mim ainda existia e existe o sentimento de que a conquista ainda não foi feita completamente, estamos num processo, são nossos corpos. Já era esperado que após a bolsa ser concedida para cotista existiriam comentários, como houve, direta e indiretamente. A culpa de alguém ficar de fora acaba recaindo no cotista principalmente se for negro, pois historicamente cotas sempre foram para brancos. O primeiro "sistema de cotas" no Brasil foi a Lei do Boi de 1968, que criava bolsa universitária para filhos de fazendeiros, vigorando até 1985 quando foi extinta, ao ser questionada por estudantes.

Um fato ainda não entendido, que repetirei o quanto for preciso é que a luta antirracista é pelo coletivo, não para a aluna cotista, tem que ser para todos os que virão. Sobre as cotas, tenho o mesmo entendimento do grande Iedo Ferreira⁶⁴: é uma política de compensação, ainda temos muito que avançar na discussão da reparação de fato. Porém muitos militantes entendem cotas como um passo na política de reparação, dessa forma como a reparação é coletiva, é preciso discutir dentro dos programas formas justas de entrada e permanência para todos os alunos cotistas. Para isso é necessária a participação da militância dentro desses espaços de discussão, para que mais uma vez brancos não tenham que decidir sobre nós. Mbembe, quando fala sobre resistência, mesmo não falando sobre o Brasil, fala sobre nós africanos em diáspora:

Estou muito interessado no modo como as resistências se organizam nesse país {África do Sul} com base na ocupação de espaços, em busca de visibilidade onde o poder quer nos relegar e nos separar. As formas de resistência que se desenvolvem nesse país têm a ver com a luta dos corpos para estarem presentes (corporal, físico, visivelmente) contra a produção da ausência e do silêncio do poder. São formas exemplares de resistência, porque o poder hoje produz a ausência: invisibilidade, silêncio, esquecimento." (Mbembe, 2016, tradução nossa)

Foi preciso um tempo elaborando essas questões, tudo que conquistamos mexe no mais fundo de nossas almas, pois é difícil, fiquei pensando o quanto nos foi tirado, o quanto nos é negado. O pensamento é que me deram uma bolsa, mas ninguém me deu nada, o que eu consegui foi por direito e luta do Movimento Negro do qual faço parte, dos meus ancestrais que morreram batalhando para minha chegada ao mestrado. Então, segui como Fanon: "Desde que era impossível livrar-me de um complexo inato, decidi me afirmar como negro. Uma vez

⁶⁴Uma das principais referências do Movimento Negro, um dos fundadores do MNU (Movimento Negro Unificado) um dos maiores impulsionadores da luta pelas Reparções Históricas para Negros e Indígenas e pela construção de um Projeto Político do Povo Negro para o Brasil.

que o outro hesitava em me reconhecer, só havia uma solução: fazer-me conhecer” (Fanon, 2008, p. 108).

No dia 17 de maio de 2018 fizemos então o “I Fórum sobre Ações Afirmativas: cotas raciais na pós-graduação”, aceito por todos, como já disse, mas sem apoio de fato. Na véspera, perdemos a sala onde estava agendado o evento, mas foi arrumado outro espaço sem equipamentos e no dia foi uma correria, pensaram numa sala menor, pensando o evento como um evento menor, mas o evento aconteceu em um grande auditório da UERJ e foi muito bom, não caberíamos na sala menor, não imaginavam nossa potência. Algumas pessoas visivelmente não queriam estar presentes, mas estiveram e ouviram, outras deram desculpas e não foram, mas a resposta de muitos que foram é de que saíram impactados em saber como é o processo de entrada de um cotista na UERJ e com a fala de um ex-aluno e das palestrantes, ainda não sabemos como serão os desdobramentos, sei que sou vista no programa como a discente negra cotista que questiona: "Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!" (Fanon, 2008, p.191). Parafraseando Fanon: Faça de mim uma mulher negra que questiona.

4.4 Corpo Mestranda

Outra questão que emergiu no mestrado, e que não esperava que fosse diferente, foi quando vi as disciplinas, o perfil do programa e as leituras que teria que fazer. Em determinado momento percebi que ou me enquadrava ou continuava o que já estava fazendo: buscar minhas referências por fora. Decidi então que precisaria fazer alguma disciplina onde pudesse ler autores negras e negros e falar sobre questões raciais, minha orientadora me emprestou o livro “Crítica da Razão Negra” e assim conheci Achille Mbembe, comecei a leitura sem entender bem o que o autor queria dizer com "devir negro" e outras coisas, porém ele me intrigou. Um amigo me avisou que o CEFET/RJ⁶⁵ estava com inscrição aberta para as disciplinas do mestrado em relações étnico-raciais, quando vi o programa estava lá uma disciplina que falava sobre Mbembe (2016) e decidi fazer minha inscrição. No dia que fui levar os documentos vi um povo negro lindo e fiquei tão feliz ouvindo a conversa deles que já estavam defendendo seus trabalhos acadêmicos, me alegrei ao ver negras e negros mestres, tão jovens e mestres, que geração maravilhosa, forte, me orgulho da coragem deles em enfrentar o espaço da academia. No primeiro dia de aula me senti em casa: uma professora preta, uma turma quase toda de pretas e pretos, as discussões maravilhosas, autores negras e

⁶⁵Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET.

negros como eu queria, pensei que é assim que os brancos se sentem onde faço mestrado, com os professores brancos numa turma branca, lendo autores brancos, tendo discussões brancas. E é com esse olhar negro que, dentro do meu programa, faço todas as leituras como diz Mbembe (2016): "pensar, conhecer e desconhecer 'à margem' desse olhar imperial europeu. Isto é, "reconstruir uma memória 'de baixo', curando e desvitimizando, é o mesmo capaz de projetar um futuro comum" (Mbembe, 2016, tradução nossa)

Cada dia que chego à UERJ e vejo corpos negros empoderados isso só fortalece minha vontade de continuar, a minha chegada ao PPFH, a batalha para ser cotista, como um posicionamento político, batalhar pela bolsa, acreditar como os que vieram antes de mim que a educação é o caminho, mas somente uma educação crítica onde pensarmos enquanto sujeitos em relação fará parte de uma mudança possível.

Com muita luta feita pelo movimento negro brasileiro, que surge desde que o primeiro negro que foi sequestrado e escravizado, pois sempre houve resistência à escravidão e às práticas racistas, o negro busca por espaços na sociedade, sendo que uma das lutas sempre foi pela inclusão do negro nos espaços acadêmicos, desde a década de 1980 foi uma das principais frentes desse movimento. Com as políticas de ações afirmativas, que foram frutos da militância, cada vez mais negros entram na academia:

Os ativistas do Movimento Negro reconhecem que a educação não é a solução de todos os males, porém, ocupa um lugar importante nos processos de produção de conhecimento sobre si e sobre "os Outros", contribui na formação de quadros intelectuais e políticos e é constantemente usada pelo mercado de trabalho como critério de seleção de uns e exclusão de outros. (Gomes, 2010, p.4)

Não é fácil estar na academia, pois é um lugar de aniquilamento, produtor de sofrimento psíquico, o que fez com que uma parte dos ativistas do movimento negro acreditassem e defendessem que o negro quando passava pela academia, como diz o título do livro de Frantz Fanon, passava a usar máscaras brancas: "tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade" (Fanon, 2008, p.94). Hoje entendo que muitas vezes usar a máscara branca é uma forma de se defender dos pactos narcísicos da branquitude. como bem diz Aparecida Bento (2014). Os brancos quando sentem seus privilégios ameaçados se unem sabendo que são os detentores do poder e sempre vão buscar formas mais sutis, porém extremamente agressivas, de impedir que o negro avance, por exemplo, na academia.

Apresentarei aqui alguns dados em termos de ensino superior no Brasil, uma publicação da Agência Brasil de 02/12/2016⁶⁶ mostra que:

⁶⁶<http://agenciabrasil.ebc.com.br/print/1056932>

O percentual de negros no nível superior deu um salto e quase dobrou entre 2005 e 2015. Em 2005, um ano após a implementação de ações afirmativas, como as cotas, apenas 5,5% dos jovens pretos ou pardos na classificação do IBGE e em idade universitária frequentavam uma faculdade. Em 2015, 12,8% dos negros entre 18 e 24 anos chegaram ao nível superior, segundo pesquisa divulgada hoje (2) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Comparado com os brancos, no entanto, o número equivale a menos da metade dos jovens brancos com a mesma oportunidade, que eram 26,5% em 2015 e 17,8% em 2005. Os dados foram constatados pela Síntese de Indicadores Sociais - Uma análise das condições de vida da população brasileira. A pesquisa também mostra que os anos de ensino influenciam no salário: quanto maior a escolaridade, maior o rendimento do trabalhador.

Em termos de pós-graduação, outra publicação da *Agência Brasil* de 13/05/2015⁶⁷ nos mostra que:

O número de estudantes negros (soma de pretos e pardos) no mestrado e no doutorado mais que duplicou de 2001 a 2013, passando de 48,5 mil para 112 mil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Considerando apenas os estudantes pretos, o número passou de 6 mil para 18,8 mil, um aumento de mais de três vezes. Embora representem a maior parte da população (52,9%), os estudantes negros representam apenas 28,9% do total de pós-graduandos. O número de estudantes brancos nessa etapa de ensino também aumentou nos últimos 12 anos, passando de 218,8 mil para 270,6 mil. "A comunidade negra tem cada vez mais mestres e doutores formados. Tem mais pessoas habilitadas a fazer pesquisa, a liderar pesquisa. Mas a universidade, a academia, ainda é controlada pelos interesses dos brancos", analisa a coordenadora da organização não governamental (ONG) Criola e doutora em comunicação e cultura, Jurema Werneck. "A verdade é que cresce a formação de pesquisadores, mas a condição de eles participarem, de produzirem pesquisas ainda é bastante limitada", Levantamento divulgado este ano pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) mostra que das 91.103 bolsas de formação e pesquisa do instituto em janeiro de 2015, 26% eram destinadas a estudantes negros, enquanto 58% eram para brancos. O percentual de indígenas não atinge 1%. Cerca de 11% dos bolsistas não declararam raça.

Ao vermos essas pesquisas, percebemos que a desigualdade não diminui, pois os brancos ainda continuam sendo a maioria a entrar na academia. Apesar do país ter 54% da sua população de pretos e pardos, dados do IBGE (2017)⁶⁸, os fatores histórico, o extermínio da juventude negra, o epistemicídio não permitem com que esses números se modifiquem, ou seja o racismo de Estado opera de forma que a situação de negras e negros não se altere. Quando observamos o corpo docente, esse número diminui mais ainda. Onde estão inseridos os negros que concluem com êxito suas pós-graduações? Onde está o entrave que não os permite seguir, sendo muitos reprovados nas entrevistas das bancas de seleção por suas linhas de pesquisas serem "racializadas". Racismo institucional é algo que não se discute nas instituições, quanto mais se fala sobre o assunto mais os privilegiados temem perder seus lugares de poder. "Quando o colonizado sai do seu lugar, o olhar imperial tentará restituí-lo à

⁶⁷<http://agenciabrasil.ebc.com.br>

⁶⁸<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>

sua posição 'natural', à zona do não-ser, por meio da violência simbólica ou física". (Bernardino-Costa, 2016 p. 510). Além do fato de que quando pesquisamos e falamos sobre nós, precisamos estudar o dobro, pois estudamos os teóricos indicados pelo curso e estudamos os teóricos negros. Não tem volta, cada vez mais o negro fala por si, seja na academia, seja nos movimentos sociais. "Hoje o Quilombo vem dizer, favela vem dizer, é nós por nós" (Mano Teko). *Qual é o receio de negras e negros serem pesquisadores, o que a academia não quer perder ou não quer revelar?*

Por isso a importância dos coletivos negros dentro das universidades como forma de resistência e quilombamento, que apesar de muita luta e dificuldades para se manterem, vem crescendo cada vez mais:

[...]ao mesmo tempo, a competitividade acadêmica milita contra a formação de comunidades intelectuais negras que cruzem fronteiras de instituições e disciplinas. Essas comunidades surgem da tentativa de resistência de negras e negros que reconhecem que fortalecemos nossas posições apoiando uns aos outros. (hooks, 1995, p. 473)

5 “NÃO DEIXE O QUE VOCÊ NÃO PODE FAZER AFASTÁ-LO DO QUE VOCÊ PODE.”⁶⁹

A trajetória da psicóloga negra militante, que começou com um corpo no mundo, até chegar ao Movimento Negro, ao Conselho Regional de Psicologia e à UERJ.

Cheguei ao conselho sendo militante, mas ainda buscando o que é ser psicóloga negra e como atender aos pedidos que surgem de outros militantes. Muitas vezes batia a culpa por não saber como cuidar dos meus irmãos e irmãs negras e negros. O apoio e aprendizado se deu com outras/os psicólogas/os militantes.

Estudando autoras/es negras/os, eu me tornando pesquisadora nesse tema me deparei com diversos livros, diversas pesquisas e textos. Alguns mexeram muito comigo, pois era outro caminho a seguir e que dizia muito sobre minha experiência como profissional e como alguém que por diversas vezes precisou buscar por psicólogo/a e não me senti acolhida. Contarei um pouco sobre como fui me identificando e aprendendo mesmo depois de tantos anos formada psicóloga.

Ser colaboradora da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, no eixo de Relações Raciais, me possibilitou observar não ser possível falar em Psicologia e direitos humanos sem tangenciar as questões raciais. Após qualquer evento feito pelo eixo, muitos profissionais e estudantes de Psicologia nos procuravam para buscar informações de como trabalhar as questões raciais em seu cotidiano profissional ou de estágio. Os estudantes e também vários profissionais trazem muito nas suas falas a falta da inclusão da temática étnico-racial na graduação em Psicologia, isso só acontece em alguns casos por iniciativa de professoras/res que entendem a importância e a falta da discussão na formação.

Certo dia me deparei com uma reportagem que me tocou, me afetou, me fez questionar: quem são os profissionais que se formam em Psicologia? Seguem abaixo alguns trechos:

⁶⁹Provérbio africano

Figura 34 - Foto da matéria em 2015.

“MEU PSICÓLOGO DISSE QUE RACISMO NÃO EXISTE”



Fonte: Foto da matéria em 2015

Marília Lopes, mulher negra e professora universitária de 38 anos, procurou uma psicóloga porque sofria com depressão há muitos anos. Sentia que precisava de ajuda e que seu trabalho estava sendo severamente prejudicado. Na primeira sessão de psicoterapia, sentiu a necessidade de falar sobre as diversas situações em que sofreu racismo, contando de sua infância trabalhando como empregada doméstica e babá sob o pretexto de que estava “brincando com a filha da patroa”, até casos mais recentes, em que fora seguida dentro de lojas onde fazia compras. Ao final, a psicóloga – que era branca – afirmou que Lopes precisaria mudar o comportamento de “se vitimizar e transformar acontecimentos normais em racismo”.

Em busca de sua segunda psicóloga, Lopes chegou a fazer cinco sessões de psicoterapia, quando finalmente começou a falar do racismo que lhe causava sofrimento. “A psicóloga ficou visivelmente impaciente e desconfortável e me perguntou se eu achava mesmo que racismo ainda existia nos tempos de hoje”, relata Lopes. “Saí de lá arrasada, estava pagando muito caro por cada consulta e nunca imaginei que uma profissional fosse questionar a veracidade do meu sofrimento, do racismo, daquela forma. Nunca mais voltei a procurar terapia, hoje ainda luto contra a depressão e apenas faço uso de medicamentos”, completa. (Arraes, 2015)⁷⁰

Infelizmente não é um caso isolado, como já foi dito, e lendo essa reportagem podemos entender mais ainda porque psicólogas/os negras/os são sempre questionados se conhecemos algum profissional, de preferência negra/o, para atender pessoas negras. A questão é sempre a mesma: a pessoa já passou por diversos profissionais que não souberam lidar com os sofrimentos psíquicos de pessoas vítimas de racismo e não souberam como lidar com as pessoas racistas.

Até mesmo a possibilidade de identificar a raiz do seu sofrimento é roubada das pessoas negras, mesmo quando conseguem romper muitas barreiras sociais e pagar um atendimento psicológico – algo que ainda é muito caro no Brasil. “Eu fiquei me questionando se não estava errado que duas psicólogas me dissessem que não existia

⁷⁰<https://www.geledes.org.br/meu-psicologo-disse-que-racismo-nao-existe/>

racismo e que as dores que eu sentia eram criações da minha mente. Achei, por muito tempo, que eu estava totalmente louca e duvidei da veracidade dos fatos que eu vivi. Fiquei achando que nada havia realmente acontecido e eu estava com um problema mais grave do que depressão”, conta Marília Lopes. (Arraes, 2015)⁷¹

Diante dessa reportagem, senti mais uma vez uma sensação de impotência e dor, conversei com as psicólogas do eixo do CRP e percebi que o sentimento era o mesmo. Novas questões me inquietaram: existe uma **Psicologia** possível para lidar com os sofrimentos causados pelo racismo? Como lidar com essa Psicologia ainda ensinada, reiteradamente, que muito contribuiu e ainda contribui na produção de sofrimentos e racismo? E com o grupo percebi que sim, diversos profissionais, na sua maioria fora da acadêmica, estão retomando uma Psicologia possível, digo retomar pois são profissionais que estão buscando na própria essência de ser negra/o em diáspora formas de cuidado que atendam ao povo afro-brasileiro.

Diferente do “essencialismo” encontrado no pensamento ocidental, a ideia africana de “essência” ou natureza humana ainda está por ser explorada e compreendida em termos africanos. Não podemos aceitar *a priori* o pressuposto de que a noção africana de “essência” ou espírito corresponda ao essencialismo europeu. A África e as coisas africanas devem ser examinadas e apreendidas em terreno africano (ou seja, com significados e aplicações africanos). Agir de outra forma é restringir o conhecimento africano e suas inspirações ao campo de visão dos instrumentos e das interpretações europeus. (NOBLES, 2009, p.280)

Lembrando minhas histórias em atendimentos psicológicos: na minha adolescência, sempre me senti preterida, sozinha, sentia um vazio que não sabia explicar. Meu pai fez um plano de saúde pelo trabalho e tinha atendimento psicológico, marquei um horário com um psicólogo. Ao falar para ele sobre como me sentia, principalmente em relação a relacionamentos e não ter namorado, ele me disse que eu tinha medo de homens por isso não tinha namorado. Nunca mais voltei, por muito tempo isso ficou na minha cabeça, chorei muito, muitas vezes não tive coragem de contar para ninguém.

Durante minha formação sempre ouvi que para ser uma profissional boa psicóloga deveria fazer terapia, acabei me convencendo disso, tentei algumas vezes mas não conseguia continuar indo as sessões, não fazia sentido pra mim. Passei muitos anos sem fazer terapia.

Quando estava grávida do meu segundo filho tive depressão e como não podia usar medicação procurei uma psicóloga, ouvi depois de colocar minhas questões, que eu me fazia de “coitadinha”. Isso sem contar as experiências ao levar meus filhos para fazer terapia, normalmente por “sugestão” da escola. Eles também não gostavam de ir e no fim a culpa recaía sobre os pais, pois éramos nós que tínhamos problemas, afinal a gente tinha que ser “pais bons o bastante” e se enquadrar num modelo de criar filhos, o modelo de família com papéis definidos para cada membro. A única coisa que conseguiam era me fazer sentir culpada. Hoje consigo perceber que ao estagiar na faculdade era essa a orientação que eu

⁷¹<https://www.geledes.org.br/meu-psicologo-disse-que-racismo-nao-existe/>

tinha, era isso que eu fazia, foi essa minha prática profissional por um longo tempo. “Cada vez mais chegam aos consultórios pessoas negras com problemas ligados à aceitação da identidade, autoestima abalada, com dúvidas com relação a suas competências e talentos e que travam batalhas com o lugar de desvalorização em que negros são colocados”. (Silva, Revista Trip). E depois de tanto tempo de formada pergunto: *Como a Psicologia tem lidado com a singularidade das pessoas negras sem tentar tratá-las de forma “universal”?*

Saber que cada vez mais essa Psicologia pseudo universal vem sendo questionada e outros saberes sendo agregados à prática, com uma importante influência da Psicologia Africana ou como tem sido chamada aqui no Brasil – Psicologia Preta, nome que tanto incomoda, mas que tem mobilizado a categoria a buscar entender que movimento é esse. Vejo jovens negras e negros questionando e estudando para além do que estão aprendendo na graduação, e como se têm estudado, buscado caminhos possíveis, traduzindo textos de autores que jamais chegaram aqui se não for por pessoas negras, como Grada Kilomba que chega ao Brasil dez anos depois da sua publicação original em inglês, o acesso inicial que tivemos foi por nossa conta. No momento, a forma que temos encontrado para lidar com a desconstrução do racismo estrutural na Psicologia é nos reunindo em grupos de estudos, coletivos e clínicas pretas. Por isso quando indico alguém para profissionais negros sempre lembro desse trecho da reportagem de Lucas Veiga.

Quando abri a porta do consultório pela primeira vez para João (nome fictício), ele me olhou um tanto surpreso e perguntou: você é o Lucas? Sim, respondi. João sorriu e sentou-se no sofá. Estava se sentindo em casa. Partilhou suas questões doídas com um leve sorriso no rosto. “É tão bom não precisar explicar o que estou sentindo”, ele disse ao longo da sessão. “Bom sentir que você está me entendendo”. O paciente é um jovem negro que iniciava terapia pela terceira vez, mas agora com um psicólogo negro. (Veiga, 2018, Jornal do Brasil)⁷²

Isso que às vezes é difícil explicar é um sofrimento que nossos ancestrais já conheciam desde que estavam nas senzalas: “nosso povo sofre é de banzo”⁷³. E banzo não pode ser visto como patologia, é um estar dentro fora, estar num país no qual nascemos, mas não pertencemos de fato. Minha avó dizia que era “uma dor na boca do coração”. Aos 56 anos ela infartou, o coração não aguentou mais de dor.

Banzo – Roberto Delanne⁷⁴
Feridas sangrentas, abertas bem fundo no peito

⁷²Artigo do Mestre em Psicologia Lucas Veiga. <https://www.jb.com.br/pais/artigo/2018/09/4697-qual-a-cor-da-psicologia-no-brasil.html>

⁷³Grande tristeza causada pela saudade.

⁷⁴ Roberto Delanne, professor, jornalista, militante, desapareceu de sua casa em imbariê (RJ) no dia 17 de março de 2006. O Movimento Negro criou um grupo com a incumbência de buscar fatos que pudessem explicar os acontecimentos, seu corpo jamais foi localizado pelas autoridades policiais, como tantos milhares de desaparecidos. Fonte: <http://institutedepesquisadasculturasnegras.blogspot.com/2011/02/roberto-delanne-memoria.html>

Viagem maldita.
 [...]
 Doença que arrasa, doença que mata.
 Ah! Solidão, saudade de quem se ama.
 Liberdade, senhor, liberdade!
 Negro não tem culpa de ser negro.
 Negro não tem culpa de ter o ébano como cor.
 O banzo corroía, doía, matava.
 Saudade da terra amada.
 [...]
 Diziam alguns que negro não tem alma, não tem coração.
 Por que, então, o banzo matava?!
 [...]
 Mata-me banzo maldito
 Quero à mãe África voltar.
 Mesmo que sob a forma de uma ave do paraíso, para a liberdade alcançar.
 E na imensidão do céu voar, voar, voar...

Estudos feitos pela UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) apontam que: “apesar de o tratamento da pressão alta ter avançado entre a população em geral, afrodescendentes têm mais dificuldade para controlar a doença”⁷⁵. Nos estudos, a equipe busca fatores genéticos para o que chamam de problema de saúde pública. Outro fato que chama a atenção nessa pesquisa é que o fato não acontece só no Brasil. Eles admitem que os fatores financeiros também impedem que a população negra tenha tratamento adequado. Até que ponto o sofrimento psíquico causado pelo racismo não tem influência sobre o resultado dessas pesquisas? Focar no fator genético e socioeconômico é mais confortável para a ciência, para a qual o coração é mais um órgão do corpo humano.

Ao falar sobre o coração na tradição egípcia, o filósofo Renato Nogueira cita o grande filósofo Amenemope, que se refere ao coração para além de um órgão.

Em diálogo com a tradição egípcia, Amenemope mantém interlocução com a concepção de coração como sede do pensamento, das ações e do caráter. O termo “coração” tem duas palavras em egípcio antigo, Haty [coração em seu aspecto físico] e Ib [coração no aspecto espiritual]. (Nogueira, 2015, p. 6.)

Para os antigos egípcios, era evidente que quando o coração adoece e a pressão sobe, toda vida da pessoa precisa de atenção, pois é no coração que está o pensamento e o desejo, Renato diz que é preciso “desenhar e redesenhar o coração reconhecendo que o pensamento e o desejo habitam a mesma casa” (Nogueira, 2015, p. 7). Se Neuza (1983) já nos dizia que o racismo aniquila o desejo, eis a causa de tantas pessoas negras sofrerem dos males do coração.

⁷⁵ <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/07/13/hipertensao-e-mais-persistente-entre-negros-aponta-estudo>

6 “NÃO SE PODE ESCONDER A FUMAÇA SE VOCÊ ACENDEU UM FOGO”⁷⁶

6.1 A Psicologia (In) Visível

O professor Kabengele Munanga⁷⁷ diz que o racismo brasileiro é “um crime perfeito”, em meio à crença no mito do Brasil viver uma democracia racial. Uma das provas disso é parecer ser um consenso para os brasileiros de que existe racismo no Brasil, já que 92% das pessoas dizem que sim existe racismo, mas o contrassenso é que somente 1,3% se dizem racistas (pesquisa feita pelo Instituto Data Popular em 2014). Poderíamos perguntar: onde estão os racistas então? Para muitos negros e negras também sabemos que existe racismo, mas muitos dizem que nunca foram vítimas dele, talvez seja melhor negar ser vítima de algo tão perverso. “Não há um sujeito negro que não seja atravessado pelo racismo e que de alguma maneira, consciente ou não, vá viver efeitos produzidos pelo racismo”, explica a psicóloga Maria Lucia da Silva, fundadora do Instituto Amma Psique e Negritude⁷⁸ em entrevista à Revista Trip. *Como os estudantes de Psicologia estão sendo preparados para lidar com o sofrimento psíquico causado pelo racismo?*

Podemos analisar essa questão a partir de algumas pesquisas que mostram a cara da Psicologia no Brasil. Para entender como se distribuem os profissionais de Psicologia, será apresentada abaixo uma pesquisa encomendada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) ao DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico) com o levantamento de informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro⁷⁹. Nessa pesquisa podemos acessar diversas informações sobre os profissionais de Psicologia, aqui trago a questão racial. A pesquisa nos apresenta os seguintes resultados: “a estimativa do número de psicólogos ocupados no Brasil, em 2014, equivale a 146.721”. As tabelas abaixo mostram a quantidade de psicólogos/os quanto à raça/cor:

⁷⁶ Proverbio Africano

⁷⁷ Kabengele Munanga, nasceu no Congo, no ano de 1942. Ganador de uma bolsa de estudos em 1975, veio ao Brasil fazer seu doutorado na Universidade de São Paulo – USP. Terminada a defesa, voltou ao seu país. Mas a periclitante situação política o obrigou a deixar a terra natal definitivamente, é especialista em antropologia da população afro-brasileira foi professor de Antropologia da Universidade de São Paulo estando hoje aposentado, uma das primeiras pessoas a questionar a ausência da discussão racial na Psicologia

⁷⁸ Foi fundado em 1995 por um grupo de psicólogas, ativistas, o Instituto AMMA Psique e Negritude é uma organização não governamental cuja atuação é pautada pela convicção de que o enfrentamento do Racismo, da Discriminação e do Preconceito se faz necessariamente por duas vias: politicamente e psiquicamente. <http://www.ammapsique.org.br/index.html>

⁷⁹ Pesquisa completa <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Relat%C3%B3rio-final-Projeto-2-1.pdf>

Figura 35 - Raça/cor de psicólogas/os no Brasil

1.4 Raça/cor dos psicólogos(as)

Quanto à raça/cor, 16,5% dos psicólogos(as) são negros ou negras, o que corresponde a 24.162 pessoas; entre os ocupados com ensino superior, esse percentual é bem mais elevado (30,5%).

Tabela 4 – Estimativa do número e distribuição dos(as) psicólogos(as) e dos(as) ocupados(as) com ensino superior, segundo raça/cor
Brasil - 2014

Raça/cor	Psicólogos (as)		Ocupados (as) com ensino superior	
	Em número	Em %	Em número	Em %
Negros (as)	24.162	16,5	4.294.331	30,5
Não negros (as)	122.559	83,5	9.766.410	69,5
Total	146.721	100,0	14.060.741	100,0

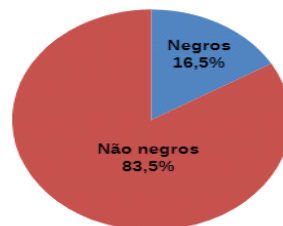
Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Fonte: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Relat%C3%B3rio-final-Projeto-2-1.pdf>

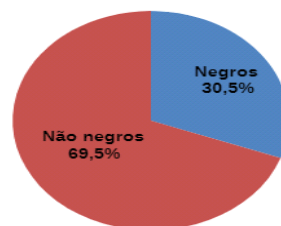
Figura 36 - Distribuição de psicólogas/os segundo raça/cor.

Gráfico 7 – Distribuição dos(as) psicólogos(as), segundo raça/cor
Brasil - 2014



Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Gráfico 8 – Distribuição dos(as) ocupados(as) com ensino superior, segundo raça/cor
Brasil - 2014



Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Contrato de Prestação de Serviços DIEESE – Conselho Federal de Psicologia

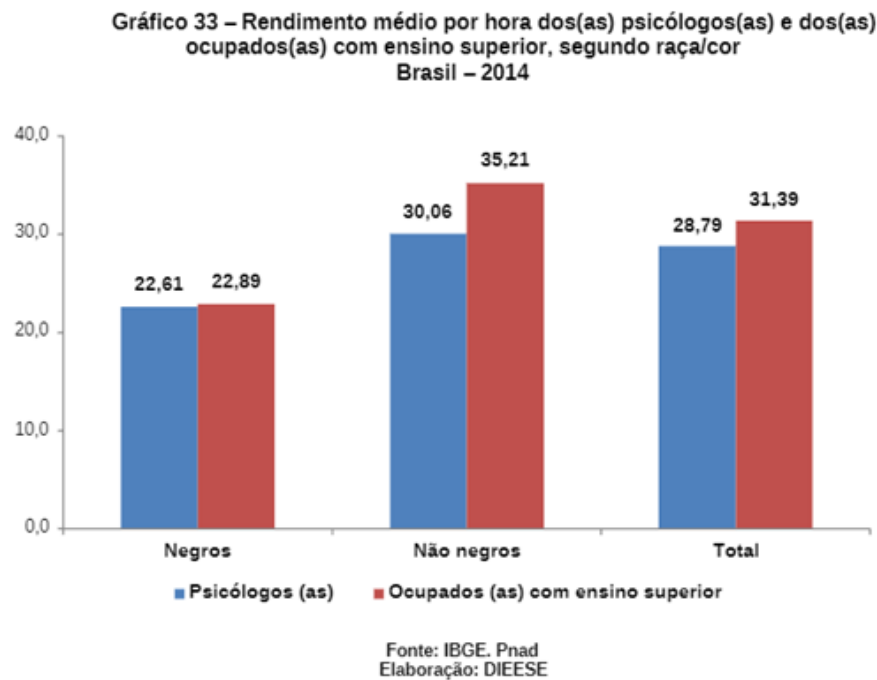
Fonte: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Relat%C3%B3rio-final-Projeto-2-1.pdf>

Quando se fala em psicóloga/os negra/os atenderem pessoas negras, percebemos o quanto essa demanda ficaria deficitária devido ao quantitativo de profissionais negros que se formam em Psicologia. Muitos profissionais se defendem dizendo que se formariam “guetos”

dentro da profissão. E o que é a Psicologia atualmente a não ser um “gueto” de profissionais brancos?

As tabelas abaixo são sobre a diferença de rendimento entre psicóloga/os negras/os e não negras/os:

Figura 37 - Rendimento de psicólogas/os segundo raça/cor.



Fonte: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Relat%C3%B3rio-final-Projeto-2-1.pdf>

Esse gráfico só reforça os dados de que na base da pirâmide salarial estão as mulheres negras, mesmo quando a análise é feita dentro de uma mesma categoria profissional, a relação raça-gênero se apresenta como um elemento de estratificação.

O que vemos na prática profissional da Psicologia é isso: psicólogos em sua maioria brancos, que trabalham nas áreas da educação, saúde e serviços sociais e tendem a ter um olhar universal sobre as pessoas que buscam os serviços.

Quando a Psicologia considera o ser humano como fonte de seu próprio sofrimento ou considera esse sofrimento parte inerente de sua existência, com a qual se deve aprender a conviver, não dá o devido peso aos processos e ao meio social na criação de modos de ser, pensar e agir. Esse ser humano 'abstrato universal' de que se ocupam muitas teorias ensinadas na graduação de Psicologia traz implicitamente o pressuposto de que o ser humano é único, com características de certa forma fixas, independente das condições em que se encontre, e que as categorias utilizadas atualmente para compreender as desigualdades, como raça e gênero, não são necessárias na produção e atualização dessas teorias. E isso acaba contribuindo para legitimar as desigualdades. (SANTOS, 2016)⁸⁰

⁸⁰ Alessandro de Oliveira dos Santos, psicólogo, professor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia (IP) da USP. Entrevista dada ao Jornal da USP em 30/06/2016.

Diante de todas as pesquisas com resultados não animadores, mesmo com a ativa militância de psicólogas/os negras/os, precisamos contar com os poucos profissionais brancos que entendem que o combate ao racismo não é um problema que deve ser imputado as pessoas negras. Sendo fundamental que profissionais brancos que reconhecem seus lugares de privilégios e que sendo a maioria dos psicólogos no Brasil são mais responsáveis pelos caminhos que a Psicologia vai seguir. Para isso é preciso que esses profissionais se comprometam com o combate a desigualdade entre psicólogas/os negros e brancos. Ainda é preciso conscientizar uma grande parte de psicólogas/os negras/os e brancas/os, de que a Psicologia ainda é uma profissão considerada elitista, o que de fato não é a realidade pois a maior parte dos profissionais lidam com a população negra e pobre desse país, seja nos serviços públicos ou organizações não governamentais. Isso faz pensar a necessidade urgente de discutir branquitude e privilégios brancos na psicologia ao mesmo tempo em que se dá visibilidade a outras psicologias. Enegrecer a psicologia e a academia é uma aposta que não omite nem esconde a racialização dos corpos e dos saberes.

Evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem privilegio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa. Assim tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho. A pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. Assim o jargão repetitivo é que o problema limita-se a classe social. (Bento, 2014, p.27)

O que é preciso problematizar é: a que classe social pertence a maioria dos profissionais de Psicologia e qual a cor da população atendida por esses profissionais nos serviços públicos?

Outra pesquisa é sobre as psicólogas, entre profissionais de Psicologia, 89% são mulheres. Ainda em termos de números, entre as mulheres psicólogas, um dado chama muito a atenção no quesito raça, cor, segundo a pesquisa, algo muito controverso de ser incluído. Seguem os resultados:

Na pesquisa atual, 67% das entrevistadas afirmaram ser de raça ou cor branca e 25% se declararam pardas. O percentual das que se declararam “pretas”, “amarelas” ou indígenas foi muito pequeno. Os dados sobre a distribuição entre as três primeiras categorias – branca, parda e preta – estão muito distantes da realidade da população brasileira, em que os percentuais são, respectivamente, 48,7%, 43,1% e 7,6% (IBGE, Censo Demográfico de 2010). Quanto à amarela e indígena, não foram verificadas diferenças importantes entre as duas populações.

Figura 38 - Distribuição de psicólogas brasileiras por cor ou raça declarada

<i>Cor ou raça declarada</i>	<i>Frequência em %</i>
Branca	67
Parda	25
Preta	3
Amarela	3
Indígena	1
Não sabe dizer	1

Figura 3. Distribuição das psicólogas brasileiras por cor ou raça declarada

Base: 1331 respondentes. Resposta única e estimulada.

Fonte: Dados da pesquisa

Fonte: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/03/Uma-profissao-de-muitas-e-diferentes-mulheres-resultado-preliminar-da-pesquisa-2012.pdf>

Em 2013 é lançado um livro com o título “PSICOLOGIA: UMA PROFISSÃO DE MUITAS E DIFERENTES MULHERES”⁸¹, observando a tabela acima o que observamos é o contrário, vemos uma profissão majoritariamente de mulheres brancas. Um dos artigos do livro foi intitulado “SOBRE MULHERES, PSICOLOGIA, PROFISSÃO E A INSISTENTE AUSÊNCIA DAS QUESTÕES RACIAIS” escrito por Claudia Mayorga, que foi convidada para contribuir na pesquisa “Efeitos do feminino: interações entre profissão e gênero no exercício da Psicologia no Brasil”, através da análise de 16 grupos focais com psicólogas em diversas capitais brasileiras a autora faz uma análise da representatividade das psicólogas negras.

A articulação entre gênero e raça para a compreensão da experiência das mulheres psicólogas é um grande desafio. Ainda não foi possível identificar, como pude constatar nos grupos analisados, a presença necessária das questões raciais no campo profissional 196 da Psicologia: as vozes das mulheres negras se apresentam como minoria; tampouco as mulheres que usufruem da atuação profissional das psicólogas tem sua experiência racial reconhecida. Não é a primeira vez que essa situação se faz evidente. Em 1984, no âmbito da revista Psicologia: Ciência e Profissão, a comissão editorial resolveu ouvir psicólogas negras (já se refletia sobre a marca feminilizada da Psicologia), para discutir a questão racial no contexto da vida profissional. Também nesse momento, houve dificuldade de encontrar psicólogas negras... Quase 30 anos depois, parte dessa situação se repete.

Duas questões me intrigam nessas pesquisas de grupo focal: a primeira é que a primeira pesquisa foi realizada um ano após a publicação do livro de Neusa Santos Souza, a segunda, um ano antes do I PSINEP em que psicólogas/os negras/os estavam extremamente mobilizados para o evento. Sabemos que ainda não temos uma grande representatividade negra na Psicologia, mas incomoda a pesquisadora dizer que foi difícil encontrar psicólogas negras, como se não existíssemos. O grupo foi feito com 196 profissionais e por uma psicóloga branca, será que a paridade racial foi uma questão nessa pesquisa?

⁸¹ https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Publica%C3%A7%C3%A3o_Mulher_FINAL_WEB.pdf

6.2 A Psicologia Visível

Neste ano de 2019 aconteceram os Congressos Regionais de Psicologia (COREP), participei como delegada no Rio de Janeiro. Nesse congresso foram eleitos os delegados para o Congresso Nacional de Psicologia (CNP), sendo que nesse ano teve a particularidade de haver a reserva de 20%, no mínimo das vagas para delegados negras/os, indígenas, transexuais, travestis e deficientes.

Muitos profissionais autodeclarados negras/os se candidataram com o propósito de garantir uma expressiva representatividade no CNP, o que nos chamou a atenção foi o posicionamento de outros profissionais inscritos, porém fora do perfil para autodeclaração, o posicionamento delas/es era de que quem se inscrevesse como cotista deveria disputar apenas 20% das vagas. No final conseguimos mostrar que o sistema que estava sendo imposto não garantiria uma representatividade com maior diversidade, foi votado e decidido que todos concorreriam igualmente e depois da votação os autodeclarados que não entrassem nas 80% de vagas para ampla concorrência teriam sua vaga garantida no CNP. Dessa forma, esse foi o 10º Congresso Nacional de Psicologia e o congresso com a maior diversidade da história.

É preciso registrar que enquanto ocorria a discussão no COREP, sobre quantas pessoas negras teriam garantia de vagas no CNP, uma família negra que estava indo para um chá de bebê na Zona Norte do Rio de Janeiro e recebeu mais de 200 tiros do exército brasileiro, 80 atingiram o carro da família matando na hora o pai, dias depois um homem que tentou ajudar a família e também levou um tiro morreu, dois homens assassinados pelo Estado. A esposa acenou pediu para pararem de atirar e os soldados continuaram a atirar. Enquanto brancas e brancos queriam ficar com 80% das vagas no CNP deixando 20% para os “outros”, um homem negro morreu diante de sua família com 80 tiros. O 80 para negras/negros é muito diferente do 80 para brancas/os.

Dias depois do assassinato, a Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es núcleo RJ fez uma declaração chamada “80 tiros” que foi postada nas redes sociais do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, a declaração recebeu diversas críticas alegando que esse tipo de denúncia não caberia ao CRP, para nós psicólogas/os negras/os ficou evidente que para parte da categoria vidas negras não importam.

O que não podemos perder de vista e passa a ser uma fala recorrente nessa pesquisa é que esses profissionais com esse entendimento é que estão nas redes públicas e privadas

atendendo as pessoas negras que eles entendem já terem seus lugares definidos na sociedade e esse lugar não é o de poder. Segue a nota e alguns comentários⁸²:

80 TIROS

CRP-RJ apoia e divulga (abaixo) manifesto da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) – Núcleo Rio de Janeiro.
Engano? Não!

Foi RACISMO, sim! Tem sido assim ao longo da história do nosso país! Têm sido assim o desinteresse e o descaso com a população pobre e preta, empurrada cada vez mais para as periferias de nossas cidades para atender aos interesses dos que definiram como prioritário manter a estrutura perversa da escravidão. Se antes da abolição o preto já não tinha espaço na sociedade que o considerava apenas como braço apto para os trabalhos mais pesados e ofícios menos dignificantes, após abolição foi colocado como empecilho ao chamado progresso. Para os que sempre detiveram o poder, inclusive sobre a vida, o preto tinha que desaparecer, seja por fome, doenças ou por embranquecimento. O país tinha que aparecer “civilizado” aos olhos do mundo, e isto significava/significa ser branco, daí não ter havido políticas de inclusão, no período pós-abolição. O que houve foram políticas universalistas às quais uma parte considerável da população negra não tinha acesso. As ações afirmativas (cotas raciais) só são implementadas no início do século XXI pela pressão dos movimentos negros e são violentamente atacadas. Imagine preto ocupando posto-chaves na política e na economia!

Para a chamada elite, o preto só é bom se impulsiona seus negócios, trabalhando duro; pode até realizar tarefas ditas nobres, mas desde que fique nos bastidores. Essa é a estrutura perversa da escravidão que ainda vive e teima em colocar o preto nos piores lugares. A população preta é a que apresenta os piores índices do IDH. Daí a associação perigosa do preto com a pobreza e desta com o crime. Conclusão: 80 tiros numa família preta em Guadalupe! Não bastaram os 111 tiros nos jovens em Costa Barros! 110 mortos em Carandiru!! E as incontáveis chacinas no Rio e Grande Rio!

É o RACISMO, o desprezo pelas vidas negras que faz perpetuar a miséria, o desinteresse por políticas públicas para as populações periféricas, em especial a manutenção do aparato repressivo, letal e abusivo como prioridade para o chamado combate ao crime, cujo alvo são, sem sombra de dúvida, os pretos. Pode atirar! 80 tiros.

Não tenhamos dúvida, querem nos eliminar! Chegamos aonde eles nunca queriam que estivéssemos: domésticas com carteira assinada e pretos nas universidades, ocupando lugares antes ocupados quase que exclusivamente por brancos. Não há como não associar o ataque às políticas de inclusão, o encarceramento em massa e a eliminação sumária, pura e simples. Esse é o recado deles!

Mas aqui está nosso recado: NÃO retornaremos à senzala!

PAREM DE NOS MATAR: VIDAS NEGRAS IMPORTAM!
ARTICULAÇÃO NACIONAL DE PSICÓLOGAS(OS) NEGRAS(OS) E
PESQUISADORAS(ES) (ANPSINEP)– NÚCLEO RIO DE JANEIRO
#CrprjInforma #Psicologia #RelaçõesRaciais#VidasNegrasImportam

⁸² <https://web.facebook.com/crprj/photos/a.237085729713281/2184639728291195/?type=3&theater>

Comentários:

“Sabe o que sinto quando vejo estas coisas: VERGONHA !

Ah me poupe !

Vejo gente branca morrendo todos os dias TAMBÉM, e nada aqui...60.000 homicídios por ano ...brancos, negros, pardos,...

Vamos parar com esta segregação e combater a violência social que é mto maior que a policial .

Acordar pra realidade faz bem.

Ontem morreu um cidadão de bala perdida no RJ . Cadê a matéria ?”

“Achei esse texto ridiculo. E digo que existe pessoas que não gostam de negros mesmo, mais é a minoria. E digo também que o racista é o próprio negro, que se preocupa o tempo todo com a cor da sua pele, e não procura dentro de si mesmo o Deus que habita em todos os seres deste planeta, seja branco, negro, animais, pessoas boas, pessoas ruins. O que falta é cada um procurar por ele para melhorar todos os dias. E digo também que todos os dias morrem pessoas de peles brancas também. E nunca vi ninguém de cor branca protestar prq morreu amigos, parentes ou que alguém foi alvejado por tiros prq era branco. Acho isso vergonhoso. Os tempos estão mudando, e as consciências não estão acompanhando essas mudanças apenas se lamentando. Nos somos o que pensamos.”

“Os soldados erraram sim. Mas eles não pararam, olharam:"ah.... É um negro. Vou sentar o dedo". Poderia ser branco, negro, amarelo, vermelho ou cor de rosa.”

“Estes conselhos a cada dia mais fazendo a gente passar vergonha. Até um retardado sabe que os 80 tiros não foram pra matar e sim pra imobilizar o carro. Do contrário os policiais teriam que ser mto ruins de mira pra matar um em quatro com 80 tiros, não ?

Ridículo este posicionamento do conselho.

Vamos mudar isso, gente ..”

Sem comentários...

7 “QUANDO UM TOLO NÃO CONSEGUE ESCURECER O MARFIM, ELE TENTA CLAREAR O ÉBANO”⁸³

SEQUESTRO

Eu tinha seis anos
quando mamãe impensadamente
me mandou para a escola sozinha
cinco dias por semana
Um dia
fui seqüestrado por um bando
de filósofos ocidentais
armados de livros coloridos
e de altas reputações e títulos universitários
Fiquei detido numa sala de aula
vigiado por Churchill e Garibaldi
numa parede
Hitler e Mao tiranizando
De outra
Guevara incutindo em mim a ideia de uma revolução
de dentro de seu Manual de Guerrilha
De três em três meses eles enviavam ameaças
a mamãe e a papai
Mamãe e papai gostavam do filho
e pagavam o resgate
em forma de mensalidades
a cada trimestre mamãe e papai
ficavam cada vez mais pobres
e meus sequestradores ficavam mais ricos
E eu ficava cada vez mais branco
Quando me soltaram
quinze anos depois
deram-me (entre aplausos de meus companheiros de
infortúnio)
um papel
para enfeitar minha parede
atestando minha libertação
(poeta RuperakePetaia, Samoa Ocidental). In: Os Rebeldes do Pacífico, Albert
Wendt, RCU, n.4, ano 4, 1976, *apud*: Carneiro, 2005, p. 9)

Infelizmente o diploma não é nossa libertação, a invisibilidade da história negra nos bancos escolares, desde a infância até a universidade, afeta negros e brancos. Nesse momento só uma frase de Assata Shakur para resumir tudo: “Ninguém vai te dar a educação que você precisa para derrotá-los. Ninguém vai lhe ensinar sua verdadeira história, seus verdadeiros heróis, se eles sabem que esse conhecimento irá lhe libertar.”

Dessa forma só podemos pensar numa educação libertadora quando não tivermos mais uma história universal, eurocentrada, quando pudermos ver o mundo com suas infinitas possibilidades de saberes outros.

Segundo uma pesquisa feita em dicionários online⁸⁴, o termo Universal significa "relativo ou pertencente ao universo inteiro ou que diz respeito ou é aplicável a todas as

⁸³ Proverbio Africano

coisas". O termo Universidade é a qualidade ou condição de universal ou instituição de ensino e pesquisa constituída por um conjunto de faculdades e escolas destinadas a promover a formação profissional e científica de pessoal de nível superior, e a realizar pesquisa teórica e prática nas principais áreas do saber humanístico, tecnológico e artístico e a divulgação de seus resultados à comunidade científica mais ampla. O significado de única é o mesmo que “uma”. Trazer esses termos já diz muito do lugar em que a academia se coloca ao se chamar universidade.

O TED⁸⁵ 2009, nos Estados Unidos, teve a participação da escritora nigeriana Chimamanda Adichie, que falou sobre o "perigo da história única", no qual ela expôs em seu discurso histórias sobre sua vida. Começou dizendo que na infância lia livros europeus e americanos e que desde cedo já escrevia histórias. Sobre os personagens de seus livros ela diz:

Eram brancos de olhos azuis, brincavam na neve, comiam maçãs, E eles falavam muito sobre o tempo, em como era maravilhoso o sol ter aparecido. Agora, apesar do fato que eu morava na Nigéria. Eu nunca havia estado fora da Nigéria. Nós não tínhamos neve, nós comíamos mangas. E nós nunca falávamos sobre o tempo porque não era necessário. Meus personagens também bebiam muita cerveja de gengibre porque as personagens dos livros britânicos que eu lia bebiam cerveja de gengibre. Não importava que eu não tinha a mínima ideia do que era cerveja de gengibre. (Chimamanda, 2009)

Mas a percepção de mundo para Chimamanda mudou quando descobriu livros africanos, que eram difíceis de serem encontrados na Nigéria. Nesses livros conheceu personagens que se pareciam com ela: “meninas com a pele da cor de chocolate, cujos cabelos crespos não poderiam formar rabos-de-cavalo, também podiam existir na literatura”. A partir desse contato passou a escrever sobre sua realidade: “eu comecei a escrever sobre coisas que eu reconhecia”. A descoberta dos escritores africanos a salvou: “de ter uma única história sobre o que os livros são”.

Ao cursar a faculdade nos Estados Unidos, ela percebia que sempre que se falava em África se dirigiam a ela, como me identifico com ela. Aqui no Brasil somos tão poucos na faculdade que é só falar em racismo, África ou, como dizem, “coisas de preto”, que olham logo para nós, vivemos isso desde crianças, pois sempre foi assim todo dia 13 de maio.

⁸⁴<https://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=Dicionario>

⁸⁵Technology, Entertainment, Design (série de conferências que têm por objetivo promover a troca de experiências e ideias entre personalidades de diferentes áreas)
https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt-br As falas de Chimamanda apresentadas nesse trabalho são transcrições da palestra, essas transcrições estão no site do TED. Numa das conferências do TED ocorrida aqui no Brasil em 2017, a atriz Thais Araújo falou sobre como é ser mãe e criar crianças negras num país racista. O tema da sua conferência foi como criar crianças doces num país ácido, sendo por isso alvo de críticas e comentários racistas e machistas. Na <https://www.youtube.com/watch?v=H2Io3y98FV4>

Um poema de Geni Guimarães chamado “Tempos Escolares”, do livro *A Cor da Ternura*, no qual um dia ela ouve de uma mais velha a história da princesa que acabou com a escravidão e os escravos saíram dançando e cantando, uma tal Princesa Isabel, Para a menina e para a senhora que contava a história, aquela princesa só poderia ser uma santa. Em outro poema de Geni, “Metamorphose”, a menina escreve uns versos para a princesa que foi boa para os escravos. No dia 13 de maio, a professora fez uma festa para Princesa Isabel, nesse dia, antes da festa, a professora falou sobre os escravos que vinham da África e eram forçados a trabalhar, espancados. Ela não entendeu, pois para a mais velha contadora de história, os negros eram bons, humanos, obedientes e, segundo a professora, eram covardes pois não reagiam aos castigos. Quando ela percebeu toda turma olhava para ela com olhar de pena, pois ela era a única negra da sala. Ela não conseguiu recitar os versos feitos para a princesa. Ao chegar à casa pegou um pedaço de tijolo e esfregou na perna para ver se conseguia tirar a cor negra, como a mãe fazia para tirar a sujeira da panela. Essa piedade dos outros e desilusão com a própria história ainda é comum nos dias de hoje. Voltando à Chimamanda, um dia seu professor lhe disse que o romance escrito por ela não era “autenticamente africano”:

O professor me disse que minhas personagens se pareciam muito com ele, um homem educado de classe média. Minhas personagens dirigiam carros, elas não estavam famintas. Por isso elas não eram autenticamente africanas. (CHIMAMANDA, 2009)

Em 2017, um apresentador de uma emissora brasileira fez um programa sobre o Haiti, dizendo que tinha vergonha do ser humano depois do que viu naquele país. Diante desse discurso, alguns imigrantes haitianos que vivem no Brasil fizeram um vídeo⁸⁶ mostrando que a imagem mostrada no programa era reduzida a imagens apenas de pobreza e violência. Não que não exista isso no Haiti, mas o país é mais que isso, o programa apresentou uma história única. Quando se fala África existe uma limitação em entender que se trata de um continente com diversos povos. O que leva a mídia a só mostrar o lado triste de um continente? Chimamanda responde dizendo que “é impossível falar sobre única história sem falar sobre poder” (CHIMAMANDA, 2009)

Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. O poeta palestino MouridBarghouti escreve que se você quer destituir uma pessoa, o jeito mais simples é contar sua história, e começar com "em segundo lugar". Comece uma história com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, e você tem uma história totalmente diferente. Comece a história com o fracasso do estado africano e não com a criação colonial do estado africano e você tem uma história totalmente diferente. A única história cria estereótipos. E o problema com estereótipos não é que eles sejam

⁸⁶<https://www.youtube.com/watch?v=rKp5LDeKero>

mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história. (CHIMAMANDA, 2009)

Essa fala dela me fez de imediato lembrar um texto que li, de uma conversa entre Michel Foucault e Deleuze (1972), intitulada: Os Intelectuais e o Poder, na qual Foucault diz:

Em toda parte, onde há poder, o poder se exerce. Ninguém, para falar com propriedade, é seu titular; e, no entanto, ele exerce sempre em uma certa direção, com uns de um lado e outros do outro: não se sabe ao certo quem o tem: mas se sabe quem não o tem (FOUCAULT, 1972, (2006), p.44)

A produção de um único conhecimento, a disputa pela manutenção das mesmas narrativas é uma forma covarde de silenciar a história de outros povos. Isso remete ao texto “A Máscara”, de Grada Kilomba (2019) no qual ela fala sobre a máscara do silenciamento, eram máscaras usadas pelos colonizadores para que os colonizados escravizados não comessem o que colhiam e para que não comessem terra, que era uma forma comum de suicídio: “era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito Negro, instalado entre a língua e a mandíbula e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa”(KILOMBA, 2019, p. 33). A máscara do silenciamento era uma forma de não permitir que o negro falasse, “a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento dos(as) chamados(as) ‘Outros(as)’” (KILOMBA, 2019, p. 33). A boca, a fala, passam a ser órgãos controlados pelos brancos, controle sobre o que eles não querem ouvir: “não é com o *sujeito negro* que estamos lidando, mas com as fantasias *brancas* sobre o que a *negritude* deveria ser. Fantasias que não nos representam, mas, sim, o imaginário *branco*”. (KILOMBA, 2019, p. 38). O medo do saber do negro sobre o branco faz com que esse silencie, ou tente silenciar, o saber negro e busque estudar o negro.

O racismo consiste, pois, em substituir aquilo que é por algo diferente, uma realidade diferente. Além de uma força de deturpação do real e de um fixador de afetos, é também uma forma de distúrbio psíquico, e é por isso que o conteúdo recalçado volta brutalmente à superfície. Para o racista, ver um negro é não ver que ele não está lá; que ele não existe; que ele não é outra coisa senão o ponto de fixação patológica de uma ausência de relação. É necessária, portanto, considerar a raça como algo que se situa tanto aquém e um além do ser. É uma operação do imaginário, o lugar de contato com a parte sombria e as regiões obscuras do inconsciente. (MBEMBE, 2018, p.69)

As estratégias de cura dos brancos não têm ajudado a eles mesmos, quanto mais aos negros. Ao negar se reconhecer racista, o branco permanece na negação, que é favorável à manutenção de seus privilégios, porém não nos levará à construção de relações raciais saudáveis.

Ao falar sobre um programa que desenvolveu com presos, o G.I.P.⁸⁷, Michel Foucault traz o quanto é fundamental falar por si, o importante naquele trabalho é que mesmo entendendo que os presos eram pessoas excluídas da sociedade, ele sabia que eles tinham o que falar e se propôs a ouvir. Então transcrevo trechos da fala de Foucault:

(...)queremos que eles possam se comunicar entre si, transmitir o que sabem e falar-se de prisão a prisão, de cela a cela. (...) é preciso que essas experiências, essas revoltas isoladas se transformem em saber comum. (...) não temos a pretensão de fazer com que os detentos e suas famílias tomem consciência das condições que lhe são dadas. Essa consciência, há muito que eles possuem, mas ela não tem os meios de se expressar. (...) é preciso transformar a experiência individual em saber coletivo. (FOUCAULT, 2003, p. 5-7)

Aqui no Brasil, retomando o que já foi dito nesta pesquisa, em 1941, Abdias do Nascimento, criou o Teatro do Sentenciado, no qual os próprios detentos escreviam e encenavam suas peças, criou também o Jornal do Interno, que falava sobre política. "Seu primeiro teste como organizador de teatro se dá na busca de liberdade"⁸⁸, o que deu segmento ao Teatro Experimental do Negro⁸⁹. Abdias sempre soube da importância do saber coletivo e da importância dos negros falarem por si. Nesse ponto vejo a semelhança entre o pensamento de Foucault no GIP, na França, e de Abdias no Carandiru, em São Paulo/ Brasil.

Para além de falar de si, as trocas coletivas nos exemplos acima deviam ser de grande valia, tanto para os sentenciados como para quem estava fora dos presídios.

Ao fazer a disciplina externa no CEFET/RJ durante o mestrado, o que percebi é que tinha poucos brancos. Uma pergunta muito comum feita pelos brancos para a militância negra é: por que a gente não ia a todos os lugares falar sobre questões raciais. E continua assim, o branco cria o racismo e nós temos que dar conta de estar em todos os lugares falando sobre questões raciais, para os brancos. Nós temos que ouvir o que eles falam sobre eles e sobre nós, mas eles não podem sair do mundo branco deles e falar sobre sua questão racial, que é ser branco. Outra questão é quando pessoas negras estão em algum espaço falando sobre si e alguma pessoa branca diz que se sentiu deslocada, constrangida, mas todos os dias negras e negros precisam estar em espaços brancos, quando o branco vive isso por algum dia ou momento, sente-se ameaçado de perder o controle do seu lugar.

Falando do lugar do negro vamos à África, a escritora Sobonfu Somé é do povo de Dagara. Por não aceitarem os povos coloniais como grandes nações, em 1882, o conselho

⁸⁷Grupo de Informação sobre as Prisões (GIP) iniciado em 1971 por Foucault, Pierre Vidal-Naquet e Jean-Marie Domenach.

⁸⁸http://www.abdias.com.br/teatro_experimental/criacao_conceito.htm

⁸⁹Nasceu em 13 de outubro de 1944, com o objetivo de encenar e ensinar a criação de peças dramáticas voltadas à cultura e aos temas emergentes do povo negro. <http://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/obras-de-abdias/ten-testemunhos/>

européu, na Bélgica, separou os Dagara em três nações diferentes, sendo encontradas principalmente nos países de Gana, Costa do Marfim e Togo, costa oeste africana: "essa separação aconteceu como resultado da natureza arbitrária dos poderes coloniais, que não aceitavam as comunidades tribais como nações" (SOMÉ, 2013, p. 15).

Sobonfu diz que durante o tempo colonial muita coisa mudou, "no entanto, questões como estrutura familiar e liderança continuam quase iguais"(SOMÉ, 2013, p.20). As diferenças que eles sentem são: "nos jovens que saem para cursar escolas nas cidades ficam totalmente diferentes" (SOMÉ, 2013, p. 20). Motivo de preocupação para os mais velhos que supervisionam a aldeia, mas seu papel não é dar ordens para que os outros sigam e sim orientar, eles sabem da importância dos jovens estudarem, mas isso é uma preocupação na manutenção da cultura do povo, eles precisam passar o conhecimento sobre seu povo para os mais novos, pois "quando um velho morre, morre uma biblioteca" (provérbio africano).

O povo tribal está sofrendo uma tremenda pressão cultural, por causa do êxodo dos jovens para as cidades e a decorrente exposição desses jovens à mídia de massa. Lenta, mas certamente, estamos vendo, com tristeza, uma redução gradual da população da aldeia e a importação de todas essas ideias relativas ao romance e à privacidade. É o que acontece quando os jovens vão para cidade. (SOMÉ, 2013, p. 21)

Para os Dagaras, como para muitos outros povos africanos, o coletivo é fundamental, um exemplo de coletividade são as crianças não pertencerem aos pais biológicos e sim à toda aldeia que cuida delas e dos velhos, as casas são coletivas, os relacionamentos não acontecem porque um casal se apaixonou, romance é, como diz a autora, algo que vem de fora, vem da cultura ocidental. Os relacionamentos se dão por uma sugestão dos mais velhos que consultam os espíritos e os jovens podem ou não aceitar, toda comunidade participa da vida de todos, mesmo depois de "casados" não existe privacidade individual, as famílias moram juntas. Quando a autora foi morar nos Estados Unidos e contou como é a vida com cada um na sua casa, sua mãe disse que deveria ser muito triste e solitário. Algo importante para os Dagara, e que nos diz muito sobre diversas culturas africanas, é que não existe separação entre corpo e espírito.

Por ser corpo e espírito a história africana é viva, ainda nos dias de hoje a tradição oral é tida como forma de passar "conhecimento de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos" (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p. 167), por isso sempre houve a tentativa do silenciamento dos negros e de suas formas de repassar conhecimento.

É muito questionado hoje em dia se é possível ter confiança na oralidade mais do que na escrita, porém "o testemunho escrito ou oral no fim não é mais que testemunho humano, e vale o que vale o homem" (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 168), ainda sobre a escrita, ele cita a sabedoria de seu mestre:

A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente. (TiernoBokar⁹⁰ *apud* HampatéBâ, 2010, p. 167)

Em África, os tradicionalistas são os responsáveis por ensinar aos mais jovens a história de sua ancestralidade, de forma oral, infelizmente isso está acabando, devido à colonização e ao ensino eurocêntrico, "a maior preocupação do poder colonial era, remover as tradições autóctones tanto quanto possível para implantar no lugar suas próprias concepções." (HampatéBâ, 2010, p 218). As implantações de escolas seculares ou religiosas eram as formas de acabar com a tradição impondo uma única história única. Os tradicionalistas possuem uma memória prodigiosa, pois aprendem ouvindo durante muitos anos, para depois transmitir. Os grandes Doma⁹¹ eram conhecidos e venerados, e as pessoas recorriam ao seu conhecimento e à sua sabedoria. Os tradicionalistas domas foram extremamente perseguidos pelo poder ocidental e a invisibilidade de sua importância para os africanos do continente, e principalmente para os que estão em diáspora, faz com que deixemos de entender e conhecer que as tradições africanas acompanharam todos os africanos que um dia foram sequestrados para serem escravizados.

Nobles (2009) fala em “desafricanização”, Mbembe (2017) fala em “descerebrizar” como formas do colonizador tirar do colonizado o que ele ainda tem de si e de suas memórias. Mas nem tudo foi apagado e essas memórias ainda são preservadas, não é por acaso a assimilação pelo branco ou o ataque tão frequente aos terreiros⁹², são nesses espaços que a cultura africana e os negros falam por si. Mesmo sabendo que não temos como recuperar toda nossa história, não podemos perder mais nada, tudo é muito precioso:

Na memória dos povos colonizados, encontramos numerosos fragmentos do que, em determinado momento, foi quebrado e que não podem mais ser reconstituídos em sua unidade original. Assim, a chave para toda a memória a serviço da emancipação é saber viver os perdidos, com que nível de perda podemos viver. Há perdas radicais das quais nada pode ser recuperado e, no entanto, a vida continua e devemos

⁹⁰Tradicionalista em assuntos africanos, mestre de Amadou Hampaté BÂ.

⁹¹Doma ou Soma são “conhecedoras”, formas por meio das quais os tradicionalistas também eram chamados dependendo da região. Os tradicionalistas-doma têm um compromisso com a verdade, um mentiroso não poderia ser iniciado.

⁹²<https://super.abril.com.br/sociedade/pais-registra-cada-vez-mais-agressoes-e-quebras-de-terreiro/>

encontrar mecanismos para tornar essa perda de alguma forma presente. Podemos recuperar alguns objetos de uma casa incendiada, até mesmo reconstruir a casa, mas há coisas que não podemos substituir porque são únicas, porque mantivemos uma relação única com elas. E temos que viver com essa perda, com essa dívida que não podemos mais pagar. A memória coletiva dos povos colonizados procura maneiras de apontar e viver o que não sobreviveu ao fogo. (MBEMBE, 2016) tradução nossa)

Mais uma vez volto à memória e sua importância precisamos restaurar modos de manter e falar de nossas memórias. Ao falar sobre os saberes e experiências africanas serem coletivos, Sobonfu diz em seu livro que era comum que os Dagara tivessem espaços para falarem de si. O maafa destruiu grande parte dessa cultura, o individualismo imposto pela sociedade ocidental também, agora é preciso fazer o caminho inverso, pois entendemos que a subjetividade coletiva de um povo quando transformada em individualizada é uma forma de tentar enfraquecer a resistência desse povo, mas, graças aos saberes que não foram perdidos, ainda existe resistência.

A questão da história única é que entre as diversas formas de genocídio de um povo, o epistemicídio é uma delas, e diversas pessoas precisamente são atingidas por ele nas suas formações acadêmicas.

O racismo epistêmico ou epistemológico é uma das dimensões mais perniciosas da discriminação étnico-racial negativa. Em linhas gerais, significa a recusa em reconhecer que a produção de conhecimento de algumas pessoas seja válida por duas razões: 1º) Porque não são brancas; 2º) Porque as pesquisas e resultados da produção de conhecimento envolvem repertório e cânones que não são ocidentais. (NOGUERA, 2015)⁹³

“A experiência negra é ambígua, pois não há um preto, há pretos”. (FANON, 2008, p. 123) Essa também é uma questão ao se pensar em América Latina. Trago então o questionamento dos críticos decoloniais, sobre colonização e no que se acredita ser um pensamento pós-colonial, sendo a questão principal desses pensadores: se realmente vivemos uma pós colonização.

O movimento considerado pós-colonial acreditava que a colonização deixando de existir seria uma forma de libertação do poder colonial, mas o que percebemos é que países que foram colonizados, como o Brasil, ainda vivem sob os efeitos da colonização, sendo esse "processo" denominado por Quijano (1997) como colonialidade, por ser algo que "transcende as particularidades do colonialismo histórico e que não desaparece com a independência ou descolonização" (Assis, 2014, p. 614). Ainda vivemos hoje as formas coloniais de dominação, como a colonialidade do ser, do saber e do poder. A colonialidade do saber se relaciona com a epistemologia e suas formas de reprodução de regimes de pensamento, enquanto a

⁹³ Também disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=nQFqbxymd_w

colonialidade do ser se refere à experiência vivida de colonização e seus impactos na linguagem e na visão de mundo dos povos colonizados, conforme referiu Maldonado-Torres.(Assis, 2014). A colonialidade do poder, segundo Quijano (1997), estabelece divisões raciais nas relações intersubjetivas e na produção de conhecimento. Não podemos desvincular o colonialismo do racismo, pois o racismo está na base da colonização, "colonialismo/racismo se constituíram num aparato global de destruição de corpos, mentes e espíritos. De vinculação e subordinação da sobrevivência cognitiva do dominado aos parâmetros da epistemologia ocidental". (CARNEIRO, 2005, p. 101-102)

Vivemos numa sociedade onde “ser branco é não ter de pensar sobre isso.” (Bento e Carone, 2002), pois o branco sempre foi visto como a forma universal de ser humano, o que ele produzia sobre si deveria servir para todos.

As universidades precisam buscar ser o lugar da pluridiversidade de saberes, seu pensamento ainda é baseado na monoracionalidade, saber único, excluindo outras formas de saber; "é preciso analisar o objeto de conhecimento por ângulos diferentes, mas também por meio de modelos de racionalidade diversos, isto certamente servirá para enriquecer nosso acervo cognitivo" (Noguera, 2015)⁹⁴. As ciências não são exclusividades da Europa, já eram práticas milenares no Egito. No Brasil, todo conhecimento tem influência de povos colonizados, e estes povos conseguiram manter até hoje práticas milenares aprendidas e passadas pelos seus ancestrais. Lélia Gonzales (1988, p.71) dizia que aqui no Brasil se fala o pretoguês, o português afro-brasileiro.

Vivemos durante tanto tempo tendo a Europa como padrão de beleza, cultura, como quem julga e dita o que o resto do mundo deve seguir, no entanto, não precisamos seguir a cultura europeia para existirmos, precisamos não mais nos nortear e sim como dizia Paulo Freire devemos SULEAR⁹⁵.

Nesta citação de uma entrevista, Foucault demonstra total entendimento sobre como o pensamento ocidental excluiu as demais formas de pensamento, construção de saberes, e como os intelectuais são coniventes com isso, pois o que não interessa ou ameaça é excluído.

[...]parece-me que os historiadores de nossa sociedade, de nossa civilização buscaram, sobretudo, penetrar no segredo íntimo de nossa civilização, em seu espírito, na maneira como ela constitui sua identidade, nas coisas as quais ela concede valor. Em contrapartida, estudou-se muito menos o que nossa civilização rejeita. Pareceu-me interessante tentar compreender nossa sociedade e nossa civilização através de seus sistemas de exclusão, de rejeição, de recusa, através

⁹⁴https://www.youtube.com/watch?v=nQFqbxymd_w

⁹⁵"Suleá-los": Paulo Freire usou esse termo que na realidade não consta dos dicionários da língua portuguesa, chamando a atenção dos(as) leitores(as) para a conotação ideológica dos termos nortear, norteá-la, nortear-se, orientação, orientar-se e outras derivações. Nota do livro Pedagogia da Esperança, de Paulo Freire.

daquilo que elas não querem, seus limites, a obrigação em que se encontram de suprimir um certo número de coisas, de pessoas, de processos, o que elas devem deixar soçobrar no esquecimento, seu sistema de repressão-supressão. (FOUCAULT, 2003, p. 14)

A recusa da academia diante de intelectuais negras e negros não é velada, é explícita nas formações de mesas em grandes conferências, em seminários, a não ser os que tratam de temas específicos sobre raça, pois entendem que só negros são racializados:

O papel do intelectual não é mais o de se posicionar "um pouco à frente e um pouco ao lado" para dizer a verdade muda de todos; é antes o de lutar contra formas de poder ali onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento disso: na ordem do "saber", da "verdade", da "consciência", do "discurso". (Foucault, 1972, *Apud* Motta, 2003, p. 39)

Ao ler essa citação de Foucault tomo como uma autocrítica que os intelectuais precisam fazer, descer do pedestal acadêmico e se aproximar de quem não se sente pertencente ao mundo da intelectualidade tal como ele está posto, precisamos de intelectuais que saibam dialogar com todas as pessoas. É muito comum ouvir no movimento social que a academia nos muda para pior, pois nos afasta das bases, dos nossos locais de origem, mas para muitos intelectuais a acadêmica os mantém em seus mundos, locais de origem. No presente no Brasil, estamos vivendo um momento tenso, passamos por uma recente eleição presidencial na qual um fascista foi eleito presidente do país, pergunto onde estavam os intelectuais que não perceberam o rumo que as coisas estavam tomando e os que perceberam resolveram escrever sobre o assunto somente para eles mesmos, pois suas escritas não chegam ao povo. Vivam os intelectuais que saíram de suas salas refrigeradas e foram para as ruas, e falam dessa vivência, vivam os que escrevem de si abrindo caminhos para que outros possam fazer o mesmo, vivam os que lutam contra as formas de poder e não se iludem com elas ficando cegos de tanto “saber” e da “verdade”, conseguindo mostrar que a academia é um lugar possível e de possibilidades para todos, conseguindo desfazer medos como estes:

Muitas das alunas negras que encontro têm dúvidas quanto ao trabalho intelectual. Fico pasma com a profundidade do antiintelectualismo que as assalta, e que elas internalizam. Muitas manifestam desprezo pelo trabalho intelectual porque não o veem como tendo uma ligação significativa com a ‘vida real’ ou o domínio da experiência concreta. Outras, interessadas em seguir o trabalho intelectual, são assaltadas por dúvidas porque sentem que há modelos e mentoras do papel da mulher negra, ou que as intelectuais negras individuais que encontram não obtêm recompensas nem reconhecimento por seu trabalho. (hooks, 1995, p. 468)

A escritora Conceição Evaristo em entrevista à BBC Brasil⁹⁶ disse: "É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos", a regra continua

⁹⁶<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-43324948>

sendo que o negro não é visto como sendo capaz de produzir intelectualmente, os que conseguem algum reconhecimento são considerados exceção. Conceição, nessa entrevista, faz uma denúncia sobre o epistemicídio, pois mesmo sendo doutora não teve sua escrita reconhecida, pois fala de vivências. Sueli Carneiro⁹⁷ também diz ter sofrido com o epistemicídio quando ao fazer o mestrado só se deparava com autores brancos. Porém, o que vejo de similar nas duas foi a insistência, hoje Conceição sendo internacionalmente conhecida, até mesmo antes de ser no próprio Brasil, e Sueli fazer uma tese na qual falou sobre epistemicídio, tornando-se referência no assunto:

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc (...) Para além disso, potencializam-se nessa relação, outras como as já citadas pelo autor:⁹⁸ aluno/professor; ignorante/erudito, etc, potencializadas pelo rebaixamento moral “natural” que a cor desvalorizada socialmente impõe de saída ao aluno negro. Assim, o aparelho escolar é um dentre os operadores de dominação e de “fabricação de sujeitos.” Sujeitos com sentimento de superioridade e inferioridade. Sujeitos soberanos e sujeitos dominados. Almas de senhor e almas de escravos. (CARNEIRO, 2005, p. 97)

O epistemicídio age na subjetividade, matando o sujeito na construção do seu eu, na Psicologia, que é minha área de formação e pesquisa, formam-se todos os anos diversos profissionais que quando chegam nas suas áreas de atuação querem encaixar o sujeito em todas as teorias aprendidas na universidade, porém esse sujeito não é universal, traz na sua constituição mais do que suas histórias individuais, traz uma construção feita no coletivo.

Legitimado para investigar e se debruçar sobre a subjetividade, o discurso "psi" - psicologia, psiquiatria, psicanálise - tem contribuído para a redução da subjetividade a uma dimensão psicológica interior, isolando-a de um contexto mais amplo. O discurso sobre o indivíduo ocidental vem ajudando a produzir uma subjetividade especializada, individualizada. (Albuquerque (1988), *apud*: Miranda 2000, p. 31)

A subjetividade é um "resultado de um contínuo processo de produção dirigido à geração de modos de existências, que inclui modos de agir, de sentir, de dizer o mundo" (Silva e Mello, 2011, p. 368), a colonização nos fez ter um modo de ver o mundo, mas:

⁹⁷<https://www.youtube.com/watch?v=KKWhDkulnMA>

⁹⁸A autora cita aqui o autor Michael Foucault no livro: *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. São Paulo, Martins Fontes, 2002, p. 51-52

(...) não podemos falar em subjetividade em geral nem de Sujeito Universal, mas somente de subjetividades práticas e sujeitos que se constituem na experiência social, em seus trajetos singulares na sua família, na escola, na rua, no seu corpo, na caserna, no escritório, etc. (Miranda e Soares, 2009, p.414)

A subjetivação está na vivência dos indivíduos, nas trocas, por isso a colonização foi tão perversa, ela fez o máximo que pôde para separar os indivíduos dos seus grupos criando uma forma de subjetivação fora do seu coletivo, o que fez com que as pessoas negras buscassem na aproximação com o fenótipo branco serem aceitas por esse grupo, que se impôs como seres humanos universais. E isso se mantém até hoje na mídia, na academia, nos espaços de poder.

Gostaria de dizer que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado e do tipo de individualização a ele vinculado. Temos que promover novas formas de subjetividade, reusando o tipo de individualidade que nos foi imposto durante séculos. (FOUCAULT, 1995, p. 239)

A Psicologia (ou melhor, alguns profissionais e estudantes de Psicologia) têm se debruçado sobre diversas discussões e feito produção de material sobre racismo, sofrimento psíquico e relações raciais. Congressos, conferências, seminários têm acontecido não só no Brasil, mas em diversos países que passaram pela colonização. É preciso atuar de forma contundente para mudar uma ciência cunhada no higienismo, tendo uma longa história de exclusão.

A psicologia e a psicologia clínica por conta de sua base formativa do modelo médico sempre foi omissa e silenciou com as práticas hegemônicas de controle social dos sujeitos considerados “diferentes”. Pactuou com a difusão de teorias segregacionistas e racialistas e cultivou através de suas ações o distanciamento da realidade social, histórica e cultural do Brasil. Elegeu o grupo branco para acesso a seu divã ou clínica psicológica de atendimento privado. (OLIVEIRA & NASCIMENTO, 2017a, p. 139).

Uma forma de manter a Psicologia como esse tipo de ciência de exclusão se dá quando todo esse material produzido não chega às universidades de forma expressiva:

A psicologia brasileira possui uma grande lacuna na discussão acerca das relações raciais e, conseqüentemente do racismo no Brasil. Tal percepção traz à baila o desafio que é a abordagem desta questão em um país que ainda nos dias atuais nega a sua ideologia racista associada a uma psicologia majoritariamente importada em suas bases teóricas. (SAMPAIO, 2017, p. 199)

É preciso que os profissionais de Psicologia entendam a "questão racial como fundante do sofrimento psíquico do sujeito marcado etnicamente pela condição negra, sem buscar o reducionismo associativo a traumas precoces de outra ordem na tentativa de sempre afirmar que há algo por trás de raça". (Oliveira e Nascimento, 2017a, p. 135)

A política de embaquecimento, após a escravidão, foi um dos maiores produtores de sofrimento psíquico para o povo negro no Brasil, a forma violenta como até hoje é imposto ao negro qual o seu lugar social, faz com que tente mudar sua estética, seu modo de pensar, não esquecendo a falta de representatividade positiva na mídia e, por que não dizer, também na academia. Em entrevista à Carta Capital, Grada Kilomba diz:

Há dias que me sinto forte, há dias em que sinto fraca, há dias em que não quero ver ninguém, há dias em que eu rio muito. Todo dia é diferente. Há dias em que eu faço piada, há dias em que eu choro. E isso faz parte desse processo de humanização porque o racismo não nos deixa ser humano. (...)As pessoas brancas não se vêem como brancas, se vêem como pessoas. E é exatamente essa equação, “sou branca e por isso sou uma pessoa” e esse ser pessoa é a norma, que mantém a estrutura colonial e o racismo. E essa centralidade do homem branco não é marcada(...)Eu não sou discriminada porque eu sou diferente, eu me torno diferente através da discriminação. É no momento da discriminação que eu sou apontada como diferente. Desconstruir o racismo e descolonizar o conhecimento. Às vezes podem soar apenas como palavras, mas possuem uma construção teórica imensa. (KILOMBA, 2016)

Porém não existe tempo para parar e deixar de buscar soluções, uma delas certamente é o retorno às origens, ao saber ancestral, à forma africana⁹⁹ de ser, de se referenciar:

A situação do intelectual negro não precisa ser sombria. Apesar do difundido racismo da sociedade americana e do anti-intelectualismo da comunidade negra, o espaço crítico e a atividade insurgente podem se expandir. Essa expansão ocorrerá mais facilmente quando os intelectuais negros lançarem uma olhada mais franca a si mesmos, às forças históricas e sociais que os moldam, e aos recursos limitados, mas significativos da comunidade de onde vieram.” (hooks, 1995, p. 476)

O legado que a ancestralidade nos deixa, percebendo que o caminho para frente virá pela força de resistência de um povo, que cada vez se faz mais visível, nos cabelos, nas vestes e nas falas, pois nossos corpos sempre foram visíveis (seja pela hiperssexualização, seja por ser matável), mas nossos saberes sempre foram temidos.

Se o homem negro era invisibilizado pelos estereótipos e reduzido ao silêncio e à não-existência, principalmente porque internalizava estes estereótipos, cabia ao negro se afirmar. Esta afirmação, como um ato político, consistirá em tornar o invisível visível. Significa a afirmação do corpo negro como uma agência de intervenção política e intelectual. (BERNADINO-COSTA, 2016, p. 514)

Ter um sentimento de pertencimento, se perceber africano mesmo em diáspora, é uma possibilidade de um caminho de cura e de resistência "este mesmo corpo, objetificado, é o corpo que vê, age e reflete conscientemente sobre o mundo. Diferentemente da noção dominante no pensamento ocidental que supõe a separação entre corpo e alma" (Quijano, 2005 *apud* Bernardino-Costa, 2016, p. 506).

⁹⁹Forma africana aqui entendida como buscar referências em África e na diáspora africana, entendendo que mesmo não estando no continente africano, somos negros afrodescendentes.

Vamos então aprendendo, reaprendendo coletivamente sobre África, sobre nós e assim nos sentindo pertencentes a um povo. "O objetivo é, na verdade, escrever uma história que reabra para os descendentes de escravos a possibilidade de voltarem a ser agentes da própria história. No prolongamento da Emancipação e da Reconstrução, a reescrita da história propriamente dita" (MBEMBE, 2018, p. 63-64)

Reescrever a história para além do cativo, a partir das experiências negras, nas histórias que nos são contadas e passaram por gerações, mesmo que se perca parte da história é ela que nos liberta da história única.

Enquanto memória, trata-se de uma diferença que fora vencida ou humilhada. No fundo, alguns elementos desta diferença sofreram uma perda irremediável, a ponto de jamais serem recuperados. Poderiam apenas ser evocados. Essa função evocativa poderia ser uma função libertadora – sob condição de não se perder de modo algum em meio à nostalgia e à melancolia. (MBEMBE, 2018, p. 168)

Sem nos perdemos em meio a nostalgia ou melancolia, mesmo entendendo que elas fazem parte do processo, mas não podem nos paralisar, temos muitos dos nossos em quem nos inspirar e conhecimento para nos apropriarmos enquanto intelectuais negras e negros, buscando não embranquecer na academia e não esquecer de retornar nossos conhecimentos para os lugares onde está nosso povo:

Nosso objetivo como intelectuais é fornecer ao mundo a análise mais válida e valiosa possível dos fenômenos africanos. Isso significa que devemos abandonar muitos elementos da pesquisa histórica, particularmente sua exagerada ênfase nos textos escritos, e introduzir novas maneiras de deslindar o significado da vida dos africanos nas favelas do Rio de Janeiro e nos subúrbios de Lagos. (ASANTE, 2009, p. 105-106)

É não perdendo o foco e as raízes que seremos capazes de contar e manter na memória nossa história viva, por isso enegrecer a psicologia e a academia.

8 “AQUELE QUE APRENDE, ENSINA”¹⁰⁰

“O machado esquece, mas a árvore recorda”¹⁰¹

8.1 A Psicologia e um pouco de sua história

1500-1808 – Os saberes psicológicos no período colonial tinham por referência a cultura europeia e o princípio do pensamento católico. No século XVII com a emergência do iluminismo, os saberes psicológicos foram incorporados pela Medicina, cabendo aos médicos o saber sobre os males da alma.

1808-1889 – No século XIX são criadas instituições, na Medicina são produzidas teses doutorais nas práticas dos hospícios e na Educação conteúdos psicológicos que abordavam as faculdades psíquicas, inteligência, sensações e vontade, sendo encontrados principalmente no ensino secundário e nas escolas normais.

1890-1930 – Medicina e Educação se servem da Psicologia como ciência para embasar suas práticas, surgem laboratórios de Psicologia nas Escolas Normais e em alguns hospícios para estudar aspectos antropométricos e as funções psíquicas humanas. (Catálogo “Psicologia 50 anos de Profissão no Brasil”, CFP, 2012).

Caracterizado pelo surgimento e consolidação de um modelo médico psicológico que culminou na Escola Nina Rodrigues, que atribui e investiga as características psicológicas dos escravos e ex escravos, a massa negra, considerada por uma parcela da sociedade brasileira um elemento perigoso, e, por isso, sujeito ao controle e à exclusão social. O olhar científico sobre esse grupo social fornece os elementos necessários para a configuração do negro como sujeito psicológico e objeto da ciência. (Santos, Schucman & Martins, 2012, p. 167).

1930-1962 – Os testes e os métodos para avaliação infantil e para seleção, orientação e organização do trabalho garantiam status profissional à Psicologia. Aumenta o intercâmbio com o exterior ocorre a introdução da disciplina em cursos universitários e o aumento de publicações, o que aumenta o esforço para regulamentação da profissão. (Catálogo “Psicologia 50 anos de Profissão no Brasil”, CFP, 2012)

Caracterizado pela introdução da Psicologia no ensino superior e pelo debate sobre a construção sociocultural das diferenças: contribuições de Raul Briquet, Arthur Ramos, Donald Pierson, Virginia Leone Bicudo, Aniela Ginsberg e Dante Moreira Leite. É um momento de crítica e de desconstrução do determinismo biológico das raças na constituição do campo da Psicologia e da Psicologia social no Brasil. (Santos, Schucman & Martins, 2012, p. 167-168)

¹⁰⁰ Provérbio africano

¹⁰¹ Proverbio Africano

Abaixo segue uma tabela com fatos históricos relevantes para que a Psicologia, ciência fundada no século XIX, quando o racismo científico era pauta fundante de todas as ciências, a raça, o racismo foi constituinte também da Psicologia.

Tabela 2 - Fatos históricos relevantes para Psicologia

1962	Com o empenho das associações e sociedades de Psicologia é promulgada a Lei nº 4.119 de 27/08/1962 na qual a profissão de psicólogo é reconhecida	Dessa lei como um projeto das elites acadêmicas e intelectuais surge a Psicologia
1971	A Lei nº 5766 cria no dia 20/12 o Conselho Federal de Psicologia e sete conselhos regionais	
1973	Somente nesse ano no dia 20/12 é eleita a primeira gestão do Conselho Federal de Psicologia. Eleição realizada por associações de Psicologia	Importante ressaltar aqui que entre os primeiros membros efetivos eleitos consta o nome de Virginia Bicudo , mulher negra, com pesquisas voltadas para as relações raciais, que foi invisibilizada na história da Psicologia no Brasil
1974	A estrutura do CFP compunha-se com os sete primeiros CRPs. Contava nessa época com 895 psicólogos inscritos	Para a concessão do título de psicólogo era preciso provar, junto ao Ministério da Educação e Cultura, a prática profissional
1987	Entra em vigor o Novo Código de Ética Profissional	A regulamentação da profissão completa 25 anos
1988	Sai no Jornal do Conselho Federal uma reportagem de capa intitulada: “O Brasil negro exige passagem. E mudanças.	Já surgia uma discussão sobre o racismo, nesse ano em todo Brasil o Movimento Negro se articulou para protestar pelos 100 anos da falsa abolição
1989	No dia 27/07, 65.000 psicólogos elegem diretamente seus representantes regionais e em âmbito federal	Entre os eleitos para a gestão do CFP, estava Marcus Vinícius que foi covardemente assassinado em 2016, crime motivado pelas denúncias que ele fazia contra as violações dos direitos humanos, mais uma grande liderança assassinada e até o presente momento sem nenhum esclarecimento. Foi um dos profissionais que levou a discussão das relações raciais para o CFP
1994	Congresso Constituinte da Psicologia: “Repensando a Psicologia”	Foi a primeira vez que psicólogos indicaram o rumo que a Psicologia deveria tomar no país, como ciência e profissão, e a forma de organização dessa área. Ao final, o encontro tornou-se o primeiro CNP – Congresso Nacional de Psicologia
1997	Criação da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP	Marcus Vinicius fez parte dessa comissão
1998	• Organização e concretização da Associação Brasileira do Ensino de Psicologia (ABEP)	Criada para cuidar da qualidade da formação profissional dos

	<ul style="list-style-type: none"> • I Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos: “Psicologia, Direitos Humanos e Sofrimento Mental” 	psicólogos
2000	<ul style="list-style-type: none"> • I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia: Profissão e Compromisso Social • Lançamento da campanha nacional “Medida de Segurança não pode ser Prisão Perpétua” e realização do II Seminário Nacional 	Campanha contra a existência dos manicômios judiciários

Fonte: elaborado a partir de CPF/CRPs, 2004.

Informações obtidas na Edição Comemorativa “Sistema Conselhos de Psicologia 30 anos de História” (CFP; CRPs, 2004). Em meio aos acontecimentos que ocorriam no sistema conselhos, principalmente após a criação das comissões de Direitos Humanos no CFP e nos CRPs, psicólogas/os militantes do Movimento Negro buscavam pautar a temática racial em seminários, congressos, jornais, revistas, campanhas e demais formas de atingir o máximo de profissionais. Abaixo segue uma tabela com alguns marcos dessa atuação. Informações obtidas no livro: *Relações Raciais Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas/os* (2017).

Caracterizado pelo início dos estudos em Psicologia sobre branqueamento e branquitude, com Jurandir Freire Costa, Irai Carone, Maria Aparecida Bento e Edith Pizza, e de debates e ações de promoção da igualdade étnico-racial no Brasil. Nesse momento, a discussão do legado social do branqueamento e de seus efeitos psicológicos sobre a identidade étnico/racial da pessoa negra é retomada de maneira crítica, ao mesmo tempo em que se reflete sobre a identidade étnico/racial da pessoa branca, denominada branquitude. . (SANTOS, SCHUCMAN & MARTINS, 2012, p. 168)

Esses estudos só foram possíveis a partir das militâncias desses autores no combate ao racismo institucional enraizado na ciência e na profissão Psicologia no Brasil.

Tabela 3 - Marcos históricos Movimento Negro e Psicologia.

1990	Criação do CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – Em São Paulo	Fez uma parceria com o CRP/SP pra promover debates sobre desigualdades de raça e gênero nas empresas
1995	Criação do Instituto AMMA PSIQUE E NEGRITUDE – São Paulo	Tem sua atuação voltada para a formação e prática clínica com estratégias para desconstrução do racismo e de seus efeitos psicossociais
1995	Criação do Observatório Negro – Pernambuco e Bahia	Busca junto com o Movimento Negro institucionalizar a temática racial no Conselho Federal de Psicologia
2001	4º Congresso Nacional de Psicologia em Brasília	Primeiro congresso de Psicologia onde foram aprovadas teses com o recorte racial
2002	Lançamento da campanha “O Preconceito Racial Humilha, A Humilhação Social Faz Sofrer”	Pela primeira vez é proposto um debate nacional sobre o racismo no Sistema Conselhos de Psicologia
2002	Publicação da Resolução nº 018 - Estabelece	Essa resolução estabelece normas de atuação

	normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial	para as/os psicólogas/os em relação ao preconceito e à discriminação racial
2003	Publicação do documento “Os Direitos Humanos na prática profissional das/os psicólogas/os	
2005	Lançamento do Terceiro Código de Ética Profissional	Esse código tem seus princípios baseados na Declaração Universal dos Direitos Humanos
2010	I Encontro Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es sobre Relações Raciais e Subjetividade – I PSINEP	Organizado por psicólogas/os pesquisadoras/es e ativistas do Movimento Negro, foi realizado em São Paulo
2014	II Encontro Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es sobre Relações Raciais e Subjetividade – II PSINEP	Organizado por psicólogas/os pesquisadoras/es e ativistas do Movimento Negro, foi realizado em Recife
2017	Lançamento do Livro: “Relações Raciais Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas/os	Esse guia de referências apresenta uma parte histórica muito importante e várias referências para leitura sobre relações raciais
2018	Lançamento da Campanha: “Todo Racismo é uma forma de violência. BASTA!	Campanha nacional organizada pelo sistema conselhos para promover o debate sobre o racismo

Fonte: elaborado a partir de CFP, 2017.

Com a formação de grupos de trabalhos e eixos de relações raciais no CFP e nos CRPs, o que começa com a inserção de profissionais negras/os nesses espaços, sendo esses profissionais já engajados no Movimento Negro, podemos analisar como o MN restituiu a Psicologia sobre o quanto o racismo perpassa todas as demais opressões.

Analisar a instituição Psicologia foi um dos primeiros passos que levou o MN a perceber que apesar de avanços como a discussão de direitos humanos, a questão racial não era aprofundada, foi preciso uma intervenção, e questionamentos. A partir desse momento a inserção de profissionais negras/os nos conselhos foi o que impulsionou que a temática racial estivesse nos diversos eventos e publicações que chegam à toda a categoria.

Ao analisar a Psicologia como instituição é preciso compreender o conceito a partir da visão de Lourau e da análise institucional, que compreende a instituição não como é entendida pela maioria das pessoas, normalmente vista apenas como um espaço físico, um prédio. Porém, a instituição “não é uma coisa observável, mas uma dinâmica contraditória construindo-se na (e/em) história, ou no tempo” (LOURAU, 1993, p. 11) Nessa perspectiva, a Psicologia é uma instituição em que “o tempo, o social-histórico, é sempre primordial, pois tomamos instituição como dinamismo, movimento, jamais como imobilidade”. (LOURAU, 1993, p.11) A partir da análise da psicologia, o MN intervém apresentando que existe uma emergência de pesquisa e publicações da temática racial, visto que na formação ainda são poucas as universidades que pautam as relações raciais em seus currículos, que apoiam as pesquisas e pesquisadoras/es e que entendem que ainda existe uma carência muito grande de

produções acadêmicas voltadas para a produção de subjetividade, considerando a subjetividade de negra/os no Brasil.

Dentro de um novo contexto da Psicologia, que passa a ter de se voltar mais para as ciências sociais podemos localizar a análise institucional. Ainda vemos e ouvimos profissionais insistindo que a Psicologia deve ser neutra, isso já mostra que para muitos profissionais ciência e direitos humanos caminham separados. Se dizer neutra é continuar não assumindo sua implicação com o racismo, esse tem sido um dos grandes embates ainda hoje entre psicóloga/os pois, “a ciência é um instrumento de poder político”. (LOURAU, 1993, p. 17)

A partir desse olhar, a Psicologia pode ser entendida nesse lugar de ciência e profissão como sendo o instituído que “atua com um jogo de forças extremamente violento para produzir uma certa imobilidade” (LOURAU, 1993, p. 11-12). Essa forma violenta como se apresenta o instituído apareceu em diversos momentos desse trabalho, pois, segundo Lourau, as ciências sociais não escapam de serem violentas, “nós ainda queremos esconder algumas ‘coisas incômodas’ (LOURAU, 1993, p. 17-18).

Sem a intervenção do MN, o instituído passaria a ser visto e considerado natural, especialmente reiterado por discursos como: “sempre foi assim”. A tensão entre o instituído e as forças instituintes (de algo diferente) passa a ser constante, pois é um deslocamento que muitos profissionais não querem fazer. Uma das formas de atuação que vem sendo implementada pelos movimentos sociais nas instituições é a autogestão, ao falar sobre a “naturalização” da heterogestão, Lourau (1993) mostra o quanto as instituições optam por atuar dessa forma, principalmente as ciências. Com essa referência, podemos pensar como o MN, força instituinte, ao contrário do instituído, busca atuar de forma coletiva e de modo que as responsabilidades pelo racismo sejam apontadas, a luta que se trava é para que o racismo instituído possa vir à tona. Aí aparecem grupos contrários à discussão racial por não a considerarem científica, por manterem concepções de ciência neutra, quando sabemos que a Psicologia não é neutra e se constituiu sob e sobre o racismo.

Pretendendo-se científicas, aceitam a instituído como natural, como se os homens tivessem uma natureza de escravos, como se sonhassem estar sempre submetidos a outros homens, e como se estes outros homens fossem super-homens... como se houvesse uma raça de homens superiores que naturalmente detém a propriedade privada da gestão "do mundo". As ciências são extremamente racistas. Consideram existentes duas raças de seres humanos: os dominantes e os dominados. A isso, se acrescente o racismo sexual: as mulheres como dominados. (LOURAU, 1993, p. 14).

Lourau aqui não cita o racismo antinegro, mas como já foi apresentado, esse racismo está na base das ciências. Para negras/os não existe possibilidade de não se implicar, Abdias já falava sobre isso na década de 1970 ao dizer:

Quanto a mim, considero-me parte da matéria investigativa. Somente da minha própria experiência e situação no grupo étnico-cultural a que pertenço, interagindo no contexto global da sociedade brasileira, é que posso surpreender a realidade que condiciona o meu ser e o define. Situação que me envolve qual um cinturão histórico de onde não posso escapar conscientemente sem praticar a mentira, a traição, ou a distorção da minha personalidade. (NASCIMENTO, 2017, p. 47)

Todas as pessoas, negras ou brancas, sempre estarão implicadas, não é possível afirmar que a implicação independa do pertencimento racial e do tornar-se negro, o que podemos afirmar também com o reconhecimento da paridade racial, com as produções sobre branquitude, entre outros temas apresentados nesta pesquisa.

Implicado sempre se está, quer se queira ou não, visto não ser a implicação uma questão de vontade, de decisão consciente, de ato voluntário. Ela está no mundo, pois é uma relação que sempre estabelecemos com as diferentes instituições com as quais nos encontramos que nos constituem e nos atravessam (COIMBRA & NASCIMENTO, 2008)

Podemos nos apoiar na afrocentricidade para entender o fenômeno que é o MN, mesmo que nem todas as pessoas negras militantes se considerem afrocêntricas. Porém, a ideia afrocêntrica de se referir à proposta epistemológica de lugar nos permite entender que:

tendo sido os africanos deslocados em termos culturais, psicológicos, econômicos e históricos, é importante que qualquer avaliação de suas condições em qualquer país seja feita com base em uma localização centrada na África e sua diáspora. Começamos com a visão de que a afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que perceba os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos. (ASANTE, 2009, p. 93)

É desse lugar que podemos analisar que o MN restitui a Psicologia. Trata-se da restituição, a exemplo do que Lourau aportou conceitualmente por meio da Análise Institucional, quando afirmou que “a restituição supõe que se deva, e se possa, falar de algumas coisas que, em geral, são deixadas à sombra” (LOURAU, 1993, p. 51). Para além de apontar as falhas da ciência e da profissão Psicologia no Brasil, com a pesquisa realizada, rever e recontar histórias, entre elas algumas do movimento negro, permite dizer coisas, enunciar o que não foi dito. Ou, ainda, enunciar e sublinhar o que foi feito na história recente e que merece ser registrado, ensinado, lido, pensado e produzir efeitos. E como afirmava também Lourau: “a epistemologia é, antes de tudo, política” (Lourau, 1993, p. 54). Esse

conhecimento encharcado de relações de poder, precisa se tornar conhecido por muitas e muitos. Quem recebe a restituição:

pode se apropriar de uma parte do status do pesquisador, se tornar uma espécie de "pesquisador-coletivo", sem a necessidade de diplomas ou anos de estudos superiores, e produzir novas restituições, tanto ao agora talvez ex-pesquisador quanto ao presente social mais imediato ou global. Isso seria, efetivamente, a socialização da pesquisa. (LOURAU, 1993, p. 56).

O MN restitui a Psicologia de um olhar sobre si e de sua ancestralidade, do entendimento de sermos agentes, pesquisadoras/es, profissionais capacitados a falar por nós, de impulsionar profissionais não negros a falarem por si e do seu lugar, somente dessa forma construiremos relações mais saudáveis entre as pessoas que por nós são atendidas.

Ainda numa perspectiva afrocentrada, são as/os psicólogas/os negras/os que vem introduzindo cada vez mais autoras/es negras/os e pesquisadoras/os entre a categoria, trazendo a visibilidade necessária a quem ficou/fica negligenciada/o na academia. Essa é uma forma de se criar instrumentos e métodos de pesquisa que digam respeito à realidade da diáspora africana, ao usar referências já existentes é necessário fazer uma releitura de suas metodologias para não cairmos no erro de não sair do cativado intelectual que constantemente nos é imposto.

Creio que os afrocentristas podem se valer de referências culturais africanas a fim de construir instrumentos para uma análise mais efetiva da realidade. Não estou dizendo que não seja possível utilizar teorias psicológicas ou sociológicas, análise histórica ou teoria literária para atingir a plena compreensão dos fenômenos. O que estou dizendo é que os afrocentristas devem procurar a agência africana em toda construção metodológica. Vivemos num mundo em que a arquitetura da investigação humana é construída por conceitos que se sustentam na comunidade, em minha visão, essa é uma das principais vias para a criação de padrões de análise baseados na ideia centrada. Descobrir a centralidade é em si a tarefa básica do pesquisador afrocentrico. Devemos criar os métodos que conduzirão à transformação no texto, nos fenômenos e na vida humana. (Asante, 2009, p.10)

Nesse trabalho mesmo utilizando referências da análise institucional, é importante frisar que a escrita negra é o que pauta a pesquisa desde seu início. Como diz Geni Guimarães: “eu sei quando um branco escreve sobre o negro ... pois no escrever negro a gente se pinga” (SILVA, 2017, p. 109). O Movimento Negro tem pingado na Psicologia e realizado intervenções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram tantos anos de medo, não que já tenha passado totalmente, mas um dia voltei para a academia. Nas primeiras páginas escritas a tentativa de me enquadrar no “padrão acadêmico”, quantas vezes pensei em desistir, achei que não ia conseguir. Quando minha orientadora leu o texto disse que estava bom, mas que eu não estava no texto, que queria que eu me implicasse com o que estava escrevendo. Fui eu buscar na teoria o que era me implicar, mais uma vez ela disse está bom, mas não quero referências nesse momento, quero sua escrita livre. Que surpresa! É possível escrever de outras formas na academia. É possível ser eu, foi assim que chego aqui, com muitas lágrimas, muitas águas rolaram, o que já era de se esperar, pois sou filha da dona das cachoeiras.

Muitas vezes era difícil reler e reler e reler, acho que a parte mais cansativa, mas agora está aí nasceu, não, não é perfeita, mas é minha cria.

Queria falar sobre tudo, quanto mais estudava mais queria convocar todas as autoras pretas, todos os autores pretos para compor minha escrita, ficava pensando onde poderia colocar cada uma, cada um, não foi possível, como foi difícil fazer escolhas.

Era para ter uma escrita sobre a história da Psicologia a partir de Virginia Bicudo e de sua história, Juliano Moreira também faria um excelente diálogo com ela. Muniz Sodré faltou trazer o terreiro para essa pesquisa e como é um espaço fundamental para manter viva a história da África no Brasil. Não consegui trazer as Yalorixás que têm muito o que ensinar para a Psicologia sobre cuidado, peço perdão e desculpas as minhas mais velhas.

Quando cheguei ao entendimento que a pesquisa era sobre Movimento Negro e Psicologia, percebi que é um campo muito vasto ainda a ser pesquisado, que se faz urgente registrar esse movimento e citar todas e todos os profissionais negras e negros que em parceria com alguns profissionais não negros estão fazendo uma Psicologia brasileira, africana, preta. Esse movimento precisa ser reconhecido como um marco histórico. Um movimento que se faz presente nos conselhos, nos congressos, nos seminários de Psicologia.

Percebi que um aprofundamento nos coletivos de estudantes negros da Psicologia também não foi possível de ser abordado nessa pesquisa, o que vem aumentando muito, da mesma forma que coletivos de profissionais negras e negros, esse número ainda precisa ser levantado e apreciado como esses coletivos estão influenciando a academia e as formas de se fazer Psicologia.

Observei que as mudanças curriculares só acontecerão a partir de um movimento de fora para dentro, quem tem feito esse movimento de forma educadora é o Movimento Negro,

investigar a academia me pareceu previsível, pois já conhecia os relatos do que não se aprende nesse espaço, percebi que a potência estava no que se aprende, percebendo que é possível aprender muito com a militância negra na academia. Fazendo furos e introduzindo a temática racial de muitas maneiras. Mas a falta de professoras/es negras/os ainda é uma questão e o que ainda vemos são professoras/es brancas/os assumindo disciplinas em que precisam estar muito dispostos a estudar e aprender. Existe a naturalização de programas que só têm professoras/es brancas/os, o que faz com que discentes que queiram estudar relações raciais ainda precisem depender da “boa vontade” de terem suas pesquisas acolhidas e não modificadas no processo. É urgente a aplicação da lei de cotas nos concursos para docentes, é urgente que não se burle essa lei, como ainda acontece quando se abre uma quantidade de vagas e não se cumpre a obrigatoriedade da lei.

Na investigação que realizei durante o tempo do mestrado, revisei percursos do Movimento Negro, inclusive os da minha militância nesse movimento, e percebi que o MN restitui a Psicologia de um olhar sobre si e de sua ancestralidade, do entendimento de sermos agentes, pesquisadoras/es, profissionais capacitados a falar por nós, de impulsionar profissionais não negros a falarem por si e do seu lugar, somente dessa forma construiremos relações mais saudáveis entre as pessoas que por nós são atendidas.

Por isso, africanizar é preciso, como uma cultura que sempre se disponibilizou a trocas e nesse percurso teve sua história sequestrada. Ainda não existe uma conclusão sobre que Psicologia é essa, a pesquisa percorreu caminhos que podem não trazer respostas definitivas e nem é essa a intenção, ser africano é usar a poliracionalidade na construção de caminhos possíveis.

Do percurso dentro do movimento negro, como mulher negra, psicóloga, sendo requisitada diversas vezes por profissionais e estudantes de Psicologia sobre como lidar em suas práticas com o racismo, trouxe questões para este estudo, buscando a afrocentricidade como agência africana para o povo negro do continente e em diáspora, reconectando o povo negro a sua história e ancestralidade, como forma de buscar práticas psicológicas que atendam a população negra. Uma nova Psicologia deve ser construída e também uma nova academia.

A resistência de um povo está em manter viva sua memória, seus saberes ancestrais, saberes revisitados. Isso é tão evidente que entendemos que é isso que assusta, amedronta, não é algo exclusivo do racismo brasileiro, mas, no Brasil, o acirramento pela disputa de narrativas aumenta e vai aumentar mais, pois negras/os e indígenas estão dispostos a manterem vivas suas memórias. Está sendo coletivo, está acontecendo quando uma cotista

defende sua dissertação, diante de uma professora negra e um professor negro, recebendo mensagens emocionadas de negras e negros que sabem que esse momento é nosso.

Nesse final da escrita pensei no que escuto o tempo todo sobre a solidão desse momento, isso não é verdade para quem acredita que nunca estamos sós, foi com as/os ancestrais que escrevi essa dissertação e por isso convido uma delas para dizer a palavra final, conduza minhas mãos Carolina Maria de Jesus “eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade”.

REFERÊNCIAS

ANTONACCI, M. A. *Memórias Ancoradas em Corpos Negros*. São Paulo: Educ, 2015.

ARANTES, J. T. *Pesquisa aborda atuação do psicólogo nas relações étnico-raciais*. Jornal da USP 30/06/2016. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/pesquisa-aborda-atuacao-do-psicologo-nas-relacoes-etnico-raciais/>

ARRAES, J. *Meu psicólogo disse que racismo não existe*. Revista Fórum, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/meu-psicologo-disse-que-racismo-nao-existe/>

ASANTE, M. *Afrocentricidade notas sobre uma posição disciplinar*. In: LARKIN E. (org), *Afrocentricidade uma abordagem epistemologia inovadora* (p. 93-110). São Paulo: Selo Negro Edições, 2009

ASSIS, W. F. T. *Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo*. In: Caderno CRH [online]. 2014, vol.27, n.72, pp.613-627. ISSN 0103-4979.

BERNADINO-COSTA, J. *A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!* In: Civitas, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 504-521, jul.-set. 2016.

BOARINI, M. L. A. *Formação do Psicólogo*. In: Psicologia em Estudo, Maringá, v. 12, n. 2, p. 443-444, maio/ago. 2007

BUTLER, J. *Quadros de Guerra Quando a vida é passíve de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018

CALHAU, J.; NASCIMENTO, M. C.; FANINI, M. (orgs.) *Navegar é Preciso: a trajetória do grupo de trabalho integrado diversidades de gênero e relações étnico-raciais da comissão regional de direitos humanos do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CRP, 2016

CANDAU, V. M. (org). *Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação “outra”?* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

CARNEIRO, A. S. *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Tese (doutorado) em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs.). *Psicologia social do racismo estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. *Branqueamento e Branquitude no Brasil*. Em CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs.), *Psicologia Social do Racismo estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (p. 25-57). Petrópolis-RJ: Vozes, 2014

_____. *Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira*. In; I. CARONE, I.; BENTO, M. A. *Psicologia Social do Racismo estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014

COIMBRA, C.; NASCIMENTO, M. *Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder*. In: GEISLER, A. L. A. R. R.; ABRAHÃO, A. L.; COIMBRA, C. (orgs). *Subjetividades, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos em saúde* (p. 143-153). Niterói: EDUFF, 2008

Código de Ética Profissional do Psicólogo. Conselho Federal de Psicologia: Brasília, 2005.

CHIZIANE, P. *O Cantto dos Escravizados*. Belo Horizonte: Nandyala, 2018

DAMACENO, J. *Os segredos de Virginia Bicudo: intelectuais negras e relações raciais na São Paulo dos anos 1940-1950*. In: SILVA, J.; PEREIRA, A. M. (Orgs.) *O Movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Nandyala, Belo Horizonte, 2014

DUARTE, C. L., CÔRTEZ, C., PEREIRA M. R. A. (orgs). *Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo*. Belo Horizonte: Idea, 2018.

ESTÉS, C. P. *Mulheres que correm com lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem*. 1ªed. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

EUCLIDES, H. *Uma trajetória de luta pela cultura negra*. In: Maré Notícias Online 29/11/2017. Disponível em: <http://redesdamare.org.br/maredenoticias/2017/11/29/uma-trajetoria-de-luta-pela-culturanegra/>

EVARISTO, C. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

EVARISTO, C. *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*. Rio de Janeiro: Malê, 2016

EVARISTO, C. *Becos da Memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017

FANON, F. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2015.

FARIAS, J. B. *Mercados Minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830 – 1890)*. – Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/ Casa Civil/ Arquivo Geral da Cidade do Rio, 2015.

FARIA, M. A.; SILVA, A. J. *A educação das relações étnicoraciais na formação em gestão de serviços de saúde*. In: REBES - Rev. Brasileira de Ensino Superior, 2(1): 34-40, jan.-mar. 2016 - ISSN 2447-3944

FERREIRA, M. S.; MORAES, M. (orgs) *Políticas de Pesquisa em Psicologia Social*. Rio de Janeiro: Nova Aliança, 2016

FERREIRA, N. *Zezé Motta e sua história de luta pela igualdade na dramaturgia brasileira*. In: Observatório da televisão 19/09/2017. Disponível em: <https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br/entrevista/2017/09/zeze-motta-e-sua-historia-de-luta-pela-igualdade-na-dramaturgia-brasileira>

FIGUEIREDO, A. *Para além dos números: uma reflexão sobre a experiência de professores/as e alunos/as negros/as na pós-graduação*. In: A. ARTES, S. UNBEHAUM,; V. SILVÉRIO. *Ações Afirmativas no Brasil: reflexões e desafios para a pós-graduação volume 2* (p. 213-240). São Paulo: Cortez Editora, 2016

FOUCAULT, Michel. *Ética, estratégia, poder-saber*. In: MOTTA, M. B. (org) *Ditos e Escritos v. 4*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 24.ed. São Paulo: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FRANKLIN, R. *Psicologia e Racismo: Uma Autocrítica Necessária II*. In: SILVA, M. V. *Psicologia e Direitos Humanos: Subjetividade e Exclusão* (p. 95-102). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004

GOMES, J. D. *Os Segredos de Virgínia: Estudo de Atitudes Racais em São Paulo (1945-1955)* (tese de doutorado). USP, 2013

GOMES, N. N. *O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017

GOMES, N. N. *Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas*. Cadernos ANPAE, v. 1, 2010, p. 1-13.

GONÇALVES, J. *Um olhar sobre a saúde mental do negro no Brasil*. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/instituto-amma-psique-e-negritude-traza-pauta-racial-paradentro-dos-consultorios-de-psicologia>

GONZALEZ, L. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, N°. 92/93 (jan./jun.), 1988.

GONZALEZ, L. *Mulher Negra*. Em E. L. Nascimento, *Guerreiras de Natureza: Mulher Negra, Religiosidade e Ambiente* (p. 29-47). São Paulo: Selo Negro, 2008

GONZALEZ, L. *Lélia Gonzales. Primavera para as Rosas Negras*. São Paulo: Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018

GUIMARÃES, G. *A cor da ternura*. 12. ed. São Paulo: FDT,1998. (Coleção Canto Jovem)

GUIMARÃES, A. S. (2003). *Como trabalhar com "raça" em sociologia*. In: Educação e Pesquisa. n°29(1), p. 93-107. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1517-970220030001&lng=pt&nrm=iso

HAMPATÉ BÂ A. *A tradição viva*. In: História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. p 167-212

hooks, bell. *Intelectuais Negras*. In: Estudos Feministas. IFCS/UFRJ -PPCIS/UFRJ – vol.3 nº 2/1995, p. 464-478.

IPCN. (s.d.). Disponível em: Blog Instituto de Pesquisa das Culturas Negras: <http://institutedepesquisadasculturasnegras.blogspot.com/>

Ipeafro. (s.d.). Disponível em: Ipeafro: <http://ipeafro.org.br/acoes/acervo-ipeafro/secao-ten/>

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação*. Rio de Janeiro: Codogó, 2019

KILOMBA, Grada. (30/03/2016). “O racismo é uma problemática branca”. (Djamila Ribeiro, Entrevistador) Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/2016-co-racismo-e-uma-problemativa-branca2016-duma-conversa-com-grada-kilomba>.

LEITE, C. R. S. C. A Frente Negra Brasileira. 14/12/2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/frente-negra-brasileira-2/>

LEMOS, R. *Feminismo Negro em Construção: a organização do movimento de mulheres negras do Rio de Janeiro* (dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1997

LEMOS, R. *Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas*. (tese de doutorado). Rio de Janeiro: UFF, 2016

LOURAU, René. *Análise Institucional e Práticas de Pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993

MADEIRO, C. *Repressão aos negros*. In: UOL 31/03/2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/ditadura-militar-espionou-movimento-negro-reprimiu-e-infiltrou-agentes/index.htm#repressao-aos-negros>

MELO, C. V. G. *Atuação das(os) profissionais de psicologia no tema das relações étnico-raciais*. (tese de doutorado). USP, 2019

MIRANDA, L. L. *Subjetividade: A (des)construção de um Conceito*. In: SOUZA, S. J. (Org.). *Subjetividade em questão: A Infância como Crítica da Cultura*. 1 ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000, v.1, p. 29-46.

MIRANDA, L. L.; SOARES, L. B. *Produzir subjetividades: o que significa?* In: *Estudos e Pesquisas em Psicologia* (Online), v. 09, 2009, p. 408-424

MBEMBE, Achille. (17/06/2016). “Cuando el poder brutaliza el cuerpo, la resistencia asume una forma visceral”. P. L.S. AMARELA VARELA (Entrevistador), LAPUENTE, P. (Tradutor). Disponível em: https://www.eldiario.es/interferencias/Achille-Mbembe-brutaliza-resistencia-visceral_6_527807255.html

MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. Portugal: Antígona, 2017

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: n-1, 201

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Traduzido por Renato Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018

Memórias da Ditadura. (s.d.). Fonte: Memórias da Ditadura:
<http://memoriasdaditadura.org.br/movimentosnegros>

MOORE, C. *Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. 2ª edição – Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MOURA, C. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988

MUNANGA, Kabengele. *Por que o racismo e suas práticas e qual é a responsabilidade social que se espera dos profissionais que lidam com as questões da sociedade?* In Revista Brasileira de Psicologia, 02(núm. esp.), Salvador, Bahia, 2015, Edição Especial: II PSINEP

MUNANGA, Kabengele. *Psicologia e Racismo: Uma Autocrítica Necessária I*. In: M. V. Silva, Psicologia e Direitos Humanos: Subjetividade e Exclusão (pp. 89-94). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004

MUNANGA, Kabengele. *Mestiçagem e Identidade Afro-brasileira*. In: I. d. Oliveira(Coord.), Relações Raciais e Educação: algumas determinantes. Niterói: INTERTEXTO, 1999

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do Negro Brasileiro Processo de um Racismo Mascarado*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1978.

NASCIMENTO, Abdias. *O Negro Revoltado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982

NASCIMENTO, Abdias. (2004). *Teatro Experimental do Negro: trajetória e relexões*. In: Estudos Avançados, 18 (50), p. 209-224. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9982/11554>

NASCIMENTO B. *Quilombola e Intelectual: possibilidades nos dias da destruição*. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018

NASCIMENTO, E. L. (Org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 277-297.

NASCIMENTO, E. L. *Sankofa: significado e intenções*. In: NASCIMENTO, E. L. (org). A Matriz Africana do Mundo (p. 29-54). São Paulo: Selo Negro Edições, 2008

NASCIMENTO, E. L. *O Movimento Social Afro- Brasileiro no Século X: um esboço suscito*. In:

NASCIMENTO, E. L. (org). *O Movimento Social Afro-Brasileiro no Século XX: um esboço suscito*. In: Cultura e Movimento: Matrizes Africanas e Ativismo Negro no Brasil. (p. 93-178). São Paulo: Selo Negro, 2008

NETO, S. (24/12/2016). *Tinta preta e pele escura: a necessidade de uma imprensa negras*. Disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/tinta-preta-e-pele-escura-a-necessidade-de-uma-imprensa-negra>

- NOBLES, W. *Sakhu Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado*. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 277-297.
- NOGUEIRA, I. B. *Psicologia e Racismo – Uma autocrítica Necessária III*. In: SILVA, M. V. *Psicologia e Direitos Humanos: Subjetividade e Exclusão* (p. 103-110). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004
- NOGUEIRA, Renato. *O ensino da filosofia e a lei 10,639*. Rio de Janeiro:CEAP, 2011.
- NOGUEIRA, Renato. (12/07/2015). *Afrocentricidade: por uma filosofia que descoloniza*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/afroperspectividade-por-uma-filosofia-que-descoloniza/>
- NOGUEIRA, Renato. *Amenemope, o coração e a filosofia, ou a cardiografia (do pensamento)*. In: Semn- Estudos de Egiptologia II (2015), orgs. BRANGLION, A. Jr., LEMOS, R. S. e SANTOS, R. T. Seshat/Editora Klíne.
- OLIVEIRA, R. M. S.; NASCIMENTO, M. C. *A Clínica e seus Desafetos: Pactos e Omissões nos Estudos Sobre o Negro no Brasil*. In: Revista da ABPN • v. 10, n. 24 • nov.2017 – fev. 2018a, p.129-147
- _____. *Psicologia e relações raciais: sobre apagamentos e visibilidades*. In: Revista da ABPN • v. 10, n. 24 • nov.2017 – fev. 2018b, p.216-240.
- Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.
- PEREIRA, M. A. *Do Movimento Negro à Cultura de Consciência Negra: reflexões sobre o antirracismo na sociedade brasileira*. Belo Horizonte: Nandyala, 2018
- PORTUGAL, F. T.; FACCHINETTI, C.; CASTRO, A. C. *História Social da Psicologia*. Rio de Janeiro: Nau editora, 2018.
- Psicologia 50 anos de Profissão no Brasil. Brasília: CFP, 2012
- Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os). Brasília: CFP, 2017. RESOLUÇÃO CFP N.º 018/2002. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp>
- RIBEIRO, M. *Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil (1986-2010)*. Rio de Janeiro: Garammond, 2014.
- ROMÃO, M. (04/03/2009). IPCN - escola de cidadania e consciência: Disponível em: <http://leliagonzalez-informa.blogspot.com/2009/03/ipcn-escola-de-cidadania-e-consciencia.html>
- SAMPAIO, A. S. *Corpo, Raça e Psicologia: Repensando o Silêncio dos Justos*. In: Revista da ABPN • v. 10, n. 24 • nov.2017 – fev. 2018, p.198-215.

SANTOS, A. O. , SCHUCMAN, L. V., MARTINS, H, V. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre étnico-raciais. In: Conselho Federal de Psicologia, *Psicologia: Revista Ciência e Profissão*. 2012, 32 (num. esp.), 166-175.
relações

SANTOS, A. *Escrevi um quadrinho sobre racismo e Rui Barbosa e o mundo caiu na minha cabeça*. In: Pragmatismo Político 20/12/2018. Disponível em:
<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/12/quadrinho-racismo-rui-barbosa-mundo-caiu.html>

SHAKUR, A. Assata Shakur escritos. Brasília: Reaja, 2018.

_____. Assata Shakur. Disponível na internet via <https://assatashakurpor.wordpress.com/frases-citacoes/> Arquivo capturado em 20 de novembro de 2017

SCHUCMAN, L. V. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo*. São Paulo: Annablume, 2014.

SCHUCMAN, L. V.; COSTA, E.; CARDOSO, L. *Quando a Identidade Racial do Pesquisador deve ser considerada: paridade e assimetria racial*. Revista da ABPN v. 4 nº 8, 15-29, 2012

SILVA, A. A.; MÉLLO, R. P. *Subjetivação e governamentalidade: questões para a Psicologia*. In: Fractal: Revista de Psicologia, v. 23 – n. 2, p. 367-388, Maio/Ago. 2011.

SILVA, F. P. *Por que Estudar Intelectuais Negros?* In: Revista da ABPN • v. 10, n. 24 • nov.2017 – fev. 2018, p.264-274

SILVA, S. M. *A escrita feminina negra: lugar de memórias na obra literária de Geni Mariano Guimarães*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado PPFH/UERJ, 2017

SIQUEIRA, M. (s.d.). *Principais Quilombos Brasileiros*. Disponível em:
<https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-do-brasil/principais-quilombos-brasileiros>

Sistemas Conselhos de Psicologia 30 anos de história. Edição Comemorativa. Brasília: CFP/CRPs, 2004

SOMÉ, Sobonfu. *O Espírito da Intimidade*. São Paulo: Odysseus, 2000.

SOUZA, N. S. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, V. S.; SANTOS, R. V. (2012) O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n3/a08v7n3.pdf>

TAVARES, J. *Dança de Guerra arquivo e arma (Elementos para uma Teoria da Capoeiragem e da Comunicação Corporal Afro-Brasileira)*. Belo Horizonte: Nandyala, 2012

WERNECK, J.; MENDONÇA, M.; WHITE, E. C. (orgs.). *O livro da Saúde das Mulheres Negras: nossos passos vêm de longe*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Pallas / Criola, 2006.